

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

***POVOS INDÍGENAS E AMPLIAÇÃO DOS DOMÍNIOS COLONIAIS:  
resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos  
XVIII e XIX***

Mariana, Junho de 2009  
UFOP

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

***POVOS INDÍGENAS E AMPLIAÇÃO DOS DOMÍNIOS COLONIAIS:  
resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos  
XVIII e XIX***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio.

Mariana, Junho de 2009  
UFOP

O482p

Oliveira, Ricardo Batista de.

Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais [manuscrito] : resistência e assimilação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX / Ricardo Batista de Oliveira. - 2009. xi, 159f. : il. color., mapas.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Estado, Região e Sociedade.

1. Índios da América do Sul - Brasil - Teses. 2. Índios - Minas Gerais - Teses. 3. Povos indígenas - Migração - Teses. 4. Povos indígenas - Resistência - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

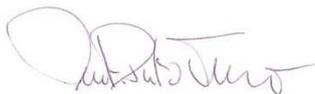
CDU: 308:39(815.1)

Catálogo: [sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)

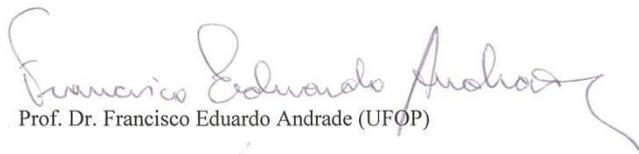
POVOS INDÍGENAS E AMPLIAÇÃO DOS DOMÍNIOS COLONIAIS: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX

**AUTOR: RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA**

Esta dissertação foi apresentada em sessão pública e aprovada em 16 de junho de 2009, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (Orientador / UFOP)



Prof. Dr. Francisco Eduardo Andrade (UFOP)



Prof. Dra. Maria Leônia Chaves de Resende (UFSJ)

Programa de Pós-graduação em História  
Departamento de História  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais -UFOP  
Rua do Seminário, s/n - Centro - Mariana - MG - 35.420-000

## RESUMO

Esta dissertação analisa um novo aspecto dos povos indígenas do Vale do rio Doce e Zona da Mata, destacando a perspectiva de suas fronteiras étnicas, e não os usuais limites administrativos que circunscrevem as capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Fundamentado em fontes historiográficas e documentais, o trabalho repensa as estratégias de resistência e associação, bem como as imagens forjadas sobre o indígena, a partir do rearranjo do processo migratório ocasionado pelo acirramento do contato com os neobrasileiros. Sendo tais fronteiras um fenômeno móvel, também foi possível destacar como o indígena ocupou importante papel no estabelecimento das mesmas, inserindo-o como sujeito ativo no processo histórico das capitanias mencionadas. Não obstante, mais importante do que incluir estes povos, muitas vezes esquecidos, ao se estudar a história indígena, percebe-se que a própria interpretação da história toma novos rumos.

Palavras-Chave: Indígenas – Fronteiras – Processo Migratório – Resistência – Associação

## ABSTRACT

This dissertation examines a new aspect of the indigenous people on Vale do Rio Doce and Zona da Mata, highlighting the prospect of its ethnic frontiers, not the usual administrative limits that circumscribe the Minas Gerais, Espírito Santo and Rio de Janeiro captaincies. Based on historiographic and documentary sources, the work rethinks the strategies of resistance and association, as well as fabricated images on the indigenous from the migration process rearrangement caused by the worsening of the contact with neo-brazilians. Since such frontiers are a mobile phenomenon, it was also possible to highlight how indigenous occupied important role in the establishment thereof, inserting it as active subjects in the historical process of mentioned captaincies. However, more important to include these people, often forgotten, to studying the indigenous history, one realizes that the own interpretation of the story takes new directions.

Keywords: Indians – Frontiers – Migration Process – Resistance – Association

## AGRADECIMENTOS

A Ângelo Carrara e Rosana Areal que, bem antes do meu ingresso no mestrado, já depositavam confiança no meu trabalho lendo cuidadosamente o projeto e me incentivando. A Rafael de Freitas e Souza, que sempre me recebeu tão bem em sua casa em Ouro Preto, apontando caminhos, tecendo críticas, lendo e relendo o meu projeto. Sem a ajuda desses professores meu ingresso no mestrado teria sido, com certeza, mais difícil. Aos professores e funcionários do ICHS, pela acolhida. Sinto-me honrado por fazer parte dessa família. Neste departamento as relações são mais que acadêmicas, ali pude fazer inúmeros amigos que me acompanharão por toda a vida. Minha pesquisa nos arquivos coloniais seria bem mais difícil sem o auxílio daqueles que tão bem conhecem as fontes manuscritas. Pude contar com a ajuda e a amizade do Cássio na Casa Setecentista de Mariana e de Carmem e Suely no Arquivo do Pilar em Ouro Preto, na assistência às transcrições dos documentos truncados, bem como pela indicação de várias obras pertinentes ao meu tema. Nos momentos finais da redação, tive o apoio de um pessoal muito competente. Sou grato a Thaís pelos mapas, ao Euler, não só pela formatação do texto, mas também, pela aula de informática, ao Dorian pelas sugestões, à professora Maria Beatriz Villela de Oliveira, por abrir mão do descanso na fazenda para revisar meu texto (que lhe entreguei na última hora), à Jeane, pela revisão do Abstract. Aos professores Andréa Lisly e Francisco Eduardo de Andrade, que compuseram minha banca de qualificação; a bibliografia e os documentos que vocês me indicaram foram de suma importância para a execução do trabalho. Sou grato à Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino público de qualidade, à FAPEMIG pela bolsa de Iniciação Científica ainda na graduação – foi ali que tudo começou –, à PROPP/UFOP pela concessão da bolsa que subsidiou a aquisição do material necessário para a pesquisa e ajudou na minha manutenção no período em que estudei na UFOP. Espero poder retribuir tudo o que o ensino público e, sobretudo, a UFOP e o ICHS me proporcionaram nestes anos de convívio e experiência. Agradeço à Gilcéia, sempre prestativa e divertida, que desempenhou um importante trabalho na secretaria do PPGHIS ainda no início do programa e ao Eduardo, que muito bem vem dando continuidade aos trabalhos na secretaria. Ao César e Gustavo e suas respectivas famílias, por me receberem tão bem em suas casas. A convivência com vocês me mostrou um lado muito importante de Ouro Preto, que ultrapassa a experiência na

comunidade estudantil, tendo me colocado diante de aspectos importantes dessa admirável cidade. Aos colegas de mestrado Daniela, Débora, Diego, Elisa, Sandra, Silvana, Welber, Welder e Luiz, pela ótima relação construída no período da realização dos créditos. Aos meus amigos da República Nau Sem Rumo em Ouro Preto pelo aprendizado, não só profissional, mas, principalmente, àquele propiciado pelo convívio. Muitos valores adquiridos nessa casa agora fazem parte da minha vida. Em especial gostaria de agradecer ao Gustavo Aguiar Araújo (Lesma), pela coleta de dados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, além dos inúmeros “galhos quebrados”. Valeu Lesmão... Às garotas da República Rebú, onde foi redigida boa parte deste trabalho, obrigado pelas discussões e pelos momentos de descontração, beijo meninas... Aos membros do atual Conselho do PPGHIS, cujo ambiente me fez ter certeza de que a carreira acadêmica era o que eu queria para minha vida. Em nenhum outro lugar vi tamanho comprometimento daqueles que se propunham a dar solução aos eventuais problemas. Parabéns Andréa, pelo excelente trabalho na coordenação do PPGHIS. Ao meu grande amigo Evandro Carlos Guilhon de Castro (Soneka), por me ajudar não só “neste ou naquele ponto”, mas por me acompanhar desde o meu ingresso na graduação, sempre com sugestões pertinentes, nas leituras críticas dos textos e dividindo o seu conhecimento sobre a História – já me ajudou na monografia e na dissertação, agora conto com você no projeto pro doutorado. Sou grato à Helena Miranda Mollo, Cláudia Chaves, Ronaldo Pereira de Jesus – meus professores no mestrado –, pelas produtivas discussões e as inúmeras dicas de leituras pertinentes ao meu tema, bem como ao meu orientador, Renato Pinto Venâncio, que me sugeriu o tema ainda na graduação e, desde então, vem me orientando na pesquisa com grande empenho. Sem o auxílio de sua experiência como pesquisador e docente este trabalho não se realizaria. Aproveito para parabenizá-lo pelo brilhante trabalho no Arquivo Público Mineiro. Aos meus amigos de Araguari pelo incentivo e companheirismo, em especial ao Marco Aurélio (Gargamel) e Carlos Magno (Bozo) pelos rock’s. À minha família, por sempre me dar incentivo e total apoio. Minha mãe, Maria Aparecida Batista de Oliveira, que, diante de todas as dificuldades criou três filhos, às vezes passando por privações para dar o melhor para mim e minhas irmãs. Ao meu avô, João Batista Bretas, exemplo de homem íntegro. Sempre presente, meu avô nunca abandona alguém – se é pra ser amigo, tem que ser amigo até o fim. A tia Marlene, pelos cuidados e carinho. A minhas irmãs Patrícia e Luciana, por sempre estarem próximas e zelar de nossa família nos momentos em que eu tive que me ausentar. Ao Osvaldo, tios Donizete e Joaquim, meus companheiros de

pescaria. Acho que agora vai dar pra gente tomar umas cachaças na beira do rio. Todos contribuíram de maneira significativa para a execução desse trabalho, contudo, a responsabilidade das eventuais falhas existentes é inteiramente minha.

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS .....	X
MAPAS E IMAGENS .....	XI
INTRODUÇÃO .....	1
<b>1 FRONTEIRA: UM DEBATE A RESPEITO DO CONCEITO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Construção e Trajetória do Conceito de Fronteira .....	7
1.2 Um Clássico da Fronteira: a Fronteira Americana na Análise de Turner ..	12
1.2.1 Principais Problemas na Tese de Turner.....	19
1.3 Webb e a Ênfase Sobre as Inovações Tecnológicas .....	21
1.3.1 Os “Homens das Planícies” e Seu Ambiente Singular .....	23
1.3.2 Os Índios das Planícies: Extraordinário Adversário .....	24
1.4 Considerações Sobre Turner e Webb .....	25
1.5 Terras Novas, Sertão e Fronteira em Capistrano de Abreu.....	26
1.6 Sérgio Buarque de Holanda e a Tese da Fronteira no Brasil .....	29
1.7 O Ritmo das Fronteiras.....	34
1.8 Fronteira: Suas Múltiplas Dimensões.....	40
<b>2 POVOS INDÍGENAS DO VALE DO RIO DOCE E ZONA DA MATA.....</b>	<b>43</b>
2.1 Os Índigenas do Vale do Rio Doce .....	43
2.2 Índigenas da Zona da Mata .....	47
2.3 O Modo de Guerrear dos “Naturais da Terra” .....	56
<b>3 OCUPAÇÃO COLONIAL: O VALE DO RIO DOCE .....</b>	<b>63</b>
3.1 Considerações Iniciais Sobre a Capitania do Espírito Santo .....	63
3.2 A Descoberta do Ouro nos Sertões dos Cataguases e Suas Implicações na Capitania do Espírito Santo .....	77
3.3 Incursões Índigenas Sobre o Espírito Santo: A Presença dos Temíveis Botocudo .....	82
<b>4 OCUPAÇÃO COLONIAL: A ZONA DA MATA .....</b>	<b>87</b>
4.1 A Fronteira Intermediária a Minas Gerais e Norte Fluminense .....	87

<b>4.2</b>	<b>Desentendimentos e Conflitos pela Posse de Terra .....</b>	<b>93</b>
<b>5</b>	<b>O DEVASSAMENTO DOS SERTÕES: RESISTÊNCIA E ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS .....</b>	<b>101</b>
<b>5.1</b>	<b>Organizando a Fronteira: A Administração Pombalina e o “Diretório dos Índios” .....</b>	<b>101</b>
<b>5.2</b>	<b>A Resistência Indígena na Fronteira .....</b>	<b>109</b>
<b>5.3</b>	<b>Intensificação dos Esforços na Ocupação da Fronteira: Estruturas de Comunicação e Controle .....</b>	<b>112</b>
<b>5.4</b>	<b>A Fronteira Entre o Espírito Santo e Minas Gerais: Possibilidades na Exploração de Recursos Naturais e Uso da Mão-de-obra Indígena .....</b>	<b>126</b>
<b>5.5</b>	<b>O Avanço na Zona da Mata: Introdução da Aguardente na Mata da Poaia.....</b>	<b>133</b>
<b>5.6</b>	<b>A Aliança Goitacá: Associação Indígena e Reforço Contra os Botocudo ..</b>	<b>140</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>153</b>

## ABREVIATURAS

ACL	Arquivo Colonial
ACSM	Arquivo da Casa Setecentista de Mariana
AEAM	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AHCMM	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CT	Cota
CU	Conselho Ultramarino
RAPM	Revista do Arquivo Público Mineiro
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGES	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
RIHGMG	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

## MAPAS E IMAGENS

Mapa 1 - Vale do Rio Doce e Jequitinhonha nos sec's XVIII e XIX .....	63
Mapa 2 - Zona da Mata (Leste-MG e Norte Fluminense) nos sec's XVIII e XIX .....	87
Imagem 1 - Mappa da Comarca do Sabará. José Joaquim da Rocha (1778) .....	38
Imagem 2 - The spirit of the frontier/ American Progress. Tela de J. Gast (1872).....	39

## INTRODUÇÃO

Quando tratamos do tema “fronteira”, sobretudo das fronteiras coloniais e daquelas que se estenderam até meados do século XIX, somos colocados diante da questão indígena, da violência enfrentada, tanto pelos “naturais” das regiões de fronteira, quanto pelos “brancos” e seus associados no momento do contato. Contudo, nem sempre os estudos contemplaram esse aspecto da história da formação de nossa sociedade<sup>1</sup> e, em menor escala ainda, consideraram as complexas redes de sociabilidade exercidas por índios, brancos, negros e demais mestiços.

Bem antes da chegada do europeu, a paisagem de muitas regiões já havia sido transformada por aqueles que ali viviam, sobretudo aquelas áreas habitadas por povos indígenas que praticavam algum tipo de agricultura.<sup>2</sup> Mesmo a interferência daqueles índios de traço volante, dos caçadores-coletores, poderia ser facilmente notada pelos adventícios. Prova disso são as inúmeras rotas e caminhos pré-cabralinos de que se valeram os neobrasileiros.<sup>3</sup> A maneira ainda comum de pensar o espaço de fronteira e, sobretudo, o sertão além da fronteira, como um lugar livre das ações humanas, durante muito tempo contribuiu para reafirmar a equivocada ideia de que os índios eram inferiores aos europeus, não tendo, portanto, influência no processo de formação da América Portuguesa. Isso explica, em grande parte, a desconsideração em relação às sociedades indígenas e sua interferência na paisagem.<sup>4</sup>

Os grupos indígenas dos quais tratamos foram geralmente conhecidos por nomes que não representam sua grande diversidade cultural. Grupos como, por exemplo, Botocudo ou Puri,<sup>5</sup> tiveram tais nomes forjados a partir de observações preconceituosas dos adventícios ou mesmo de outros grupos rivais, daí tornando-se termos recorrentes nas fontes e em diversos trabalhos acadêmicos que versam sobre o indígena do Vale do

---

<sup>1</sup> Sobre o aspecto trágico e violento da fronteira, ver: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: co-edição Programa de Pós-Graduação Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Editora Hucitec, 1997.

<sup>2</sup> Ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>3</sup> Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia, V.21, 2000.

<sup>4</sup> CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006.

<sup>5</sup> Em 1953, a Associação Brasileira de Antropologia estabeleceu que os nomes de povos e de línguas indígenas fossem empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número. Ver: *Revista de Antropologia*, 2(2), 1954, pp. 150-154.

rio Doce e Zona da Mata. Temos consciência de que as descrições sobre as populações indígenas ora apresentadas não refletem precisamente a situação em que estas se encontravam. Longe disso, elas servem, mesmo que de forma muito sumária, para indicar alguns daqueles indígenas que compunham o universo contemplado por esta pesquisa.

O recorte cronológico deste trabalho se justifica pela verificação de que, diferentemente do que as informações oficiais podem apresentar, a intensificação dos conflitos entre indígenas e os “brancos” e seus associados – na incorporação da fronteira circunscrita entre os pólos de exploração aurífera de Minas Gerais, a capitania do Espírito Santo e o Norte fluminense – tem início com o declínio da produção aurífera na segunda metade do século XVIII. Portanto, antes da promulgação da Carta Régia de 1808, decretando “Guerra Justa” aos Botocudo.<sup>6</sup>

Em nossa pesquisa, o recorte cronológico corresponde aos séculos XVIII e XIX. O estabelecimento de uma unidade de espaço não diz respeito simplesmente às capitanias mencionadas, pois o Vale do Rio Doce inclui porções da capitania de Minas Gerais e do Espírito Santo, ao passo que a Zona da Mata pertence a Minas Gerais, como também a parte da região Norte fluminense. A escolha desses espaços deve-se à fluidez de seus limites e à difícil tarefa de determinar onde começa e acaba um dado domínio, o que torna problemático estabelecer uma leitura cingida pelas atuais fronteiras administrativas.

Pretendemos analisar a evolução dos povos indígenas das capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Norte fluminense a partir da perspectiva de suas fronteiras étnicas, e não pelos limites administrativos atuais dos respectivos Estados. Aliás, cabendo lembrar que a região de fronteira circunscrita a estas capitanias estava indefinida até os anos iniciais do século XIX – para não mencionar ainda as questões relativas aos limites entre Minas e Espírito Santo, que se arrastaram até o século XX.<sup>7</sup>

A fronteira aberta possibilitava a expansão do território a partir de qualquer uma das mencionadas unidades administrativas. Se no espaço intermediário a Minas Gerais e

---

<sup>6</sup> Ver: LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, pp. 3,4.

<sup>7</sup> Ver: LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1, 2; ano 1904.

Rio de Janeiro ocorreu um adensamento da população ao longo do Caminho Novo, instalado ainda em 1707, o mesmo não foi observado entre a capitania mineira e o Espírito Santo. O sertão do Rio Doce, circunscrito a essas duas capitanias, foi lentamente ocupado por eixos migratórios originários tanto de uma quanto da outra capitania. Deste modo, a fluidez desses limites sinaliza para a possibilidade de novas abordagens, sendo uma delas a verificação de um espaço que extrapola as atuais fronteiras administrativas.

Como sublinharam Chaves e Langfur, faz-se necessário, para compreender os comportamentos e motivos tanto dos índios, quanto dos colonizadores, de forma mais equilibrada, deixar de pensar os indígenas como meros agressores. No entanto, não menos importante é deixar também de imaginá-los como “*invariavelmente vítimas inocentes da conquista*”.<sup>8</sup> Concordamos com os autores. Os indígenas, sobretudo os Botocudo, promoveram diversos ataques tanto na capitania mineira quanto na espírito-santense. Não obstante, acreditamos que tais ataques foram motivados por pressões desencadeadas pelo processo de ocupação das respectivas fronteiras capixaba e mineira, com ritmos e cronologias próprias.

Ao analisar as fontes e a bibliografia pertinente, sem nos atermos às atuais fronteiras administrativas, notamos que, na verdade, os Botocudo – desde os séculos XVI e XVII – foram vitimados por pressões impostas pelo avanço colonizador, não lhes restando alternativa se não resistir ou deslocar-se para outras regiões, visto que sua associação com os “brancos” foi tardia em comparação a outros indígenas da região observada. Não seria impróprio lembrarmos que, no século XVIII, a multiplicação de ataques indígenas no Espírito Santo e Minas Gerais coincidem com as novas atitudes do governo colonial, no que tange às formas de exploração econômica pautadas, além de na prospecção mineral, na exploração agrícola e dos recursos naturais, como madeiras e drogas do sertão.

Dada a grande dificuldade conferida pela impossibilidade de nos valermos de fontes genuinamente indígenas, fomos obrigados a recorrer a registros que são produzidos, na maioria das vezes, pelos “opositores” dos índios. Crisoston Tertio Vilas Bôas, em um trabalho que discute a bibliografia, as fontes e as possíveis abordagens no

---

<sup>8</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

campo da história indígena em Minas Gerais, chama a atenção para as dificuldades em se fazer uma *Etnologia Histórica*, ou seja, “...um discurso a partir do oeste”, na perspectiva dos povos indígenas, dos vencidos, portanto, “do outro”.<sup>9</sup> Deparamo-nos, então, com problemas de cunho teórico-metodológicos. Pedro Puntoni justamente sublinhou que, sendo os indígenas ágrafos, não temos como “*escrever com sucesso uma ‘história ao inverso’, recuperar uma visão dos vencidos, uma vez que nos faltam fontes autenticamente indígenas*”. Embora tal observação justifique a leitura da documentação administrativa e, no caso do trabalho ora apresentado, igualmente os relatos muitas vezes preconceituosos dos viajantes naturalistas do século XIX, acreditamos poder avançar para além dessa perspectiva. Apesar de Puntoni assinalar que uma leitura crítica “*nos fornecerá, apenas, uma reconstrução dos acontecimentos do ponto de vista do conquistador*”,<sup>10</sup> percebemos que novas abordagens, como, o estudo das rivalidades interétnicas e a complexa rede de sociabilidades existente no universo colonial podem descortinar um novo aspecto da história indígena, não mais limitado à ótica do conquistador.

A escassez de testemunhos diretos sobre o comportamento dos indígenas coloca os pesquisadores que tratam a etnohistória diante de alguns obstáculos e, provavelmente, a visão distorcida estabelecida pela perspectiva do “outro” venha ser um dos maiores. No entanto, trabalhos como os de Bruce Trigger<sup>11</sup> e Tzvetan Todorov<sup>12</sup> já avançaram rumo à superação destes obstáculos. Dentro da historiografia brasileira, também nota-se um grande progresso nos estudos da etnohistória, sobretudo, como os trabalhos de John Monteiro,<sup>13</sup> Regina Celestino<sup>14</sup> e Maria Leônia Resende.<sup>15</sup>

<sup>9</sup> BÔAS, Crisoston Tertio Vilas. *A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia*. Revista de História. Ouro Preto, LPH. n.º. 5, 1995, p. 55.

<sup>10</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p. 79.

<sup>11</sup> Sobre os avanços nos métodos da etnohistória, ver: TRIGGER, Bruce G. *Etnohistória: problemas e perspectivas*. San Ruan: Universidad Nacional de San Ruan, 1987.

<sup>12</sup> Sobre a complexa relação do comportamento envolvendo o “eu” e o “outro”, ver, p. ex.: TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés, São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>13</sup> MONTEIRO, John Manuel. *A descoberta dos índios*. D.O. *Leitura*, São Paulo, Ano 17 n.º 1, maio de 1999.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

<sup>15</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

Esta pesquisa está pautada na discussão da bibliografia pertinente, acrescida da leitura sistemática de fontes primárias que se entrecruzam,<sup>16</sup> possibilitando o desvendar de aspectos importantes das relações sociais vivenciadas no universo da América Portuguesa do século XVIII e XIX.

No *primeiro capítulo*, são discutidas algumas das possíveis definições e interpretações do termo “fronteira”, a trajetória e construção destas definições, bem como são apresentadas algumas pesquisas clássicas e as principais abordagens sobre o tema, assim como é esboçado o diálogo entre autores norte-americanos e brasileiros. Com isso, pretendemos contribuir para o esclarecimento do fenômeno fronteiriço que se efetivou no Brasil e, sobretudo, daquele ocorrido na região enfocada neste trabalho: o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata nos séculos XVIII e XIX.

O *segundo capítulo* apresenta, mesmo que de forma sumária e tendo consciência das limitações impostas pelas fontes disponíveis, os principais grupos indígenas observados no Vale do Rio Doce e Zona da Mata. Discorreremos sobre alguns de seus usos e costumes e, sobretudo, sobre a grande eficácia do uso de suas armas e estratégias militares. Estratégias que, desde cedo, foram assimiladas pelos adventícios como principal recurso para a sobrevivência em território alienígena.

O *terceiro capítulo* primeiramente recua até os anos iniciais da capitania do Espírito Santo, buscando demonstrar como se deram os primeiros contatos entre indígenas e os portugueses dessa capitania, bem como sublinha que, desde meados do XVI, os Botocudo passaram a ser distinguidos (e entendemos que de forma injusta) como agressores ferozes, incivilizáveis. São abordadas importantes associações e alianças militares entre índios e portugueses e como estas também contribuíram para o novo rearranjo nas migrações indígenas que, após a segunda metade do século XVIII, sofrerão profunda alteração, colaborando para a construção da imagem de agressor que alguns povos indígenas passaram a carregar.

O *quarto capítulo* retoma a discussão a respeito das consequências provocadas pela descoberta do ouro nos *Sertões dos Cataguases*, dando ênfase, agora, no seu

---

<sup>16</sup> Sobre as possibilidades de estudos pautados em fontes indiretas, ver, p. ex.: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

reflexo sobre a capitania mineira e como, meio século depois dos descobertos auríferos, a nova política econômica pautada pelo governo colonial promoveu a multiplicação de choques envolvendo colonos e diversos povos indígenas. Como se verá, esses embates não se resumiam à oposição índio/colono, já que foram vários os conflitos pela posse de terra disputados internamente por colonos e “agentes civilizadores”.

O último capítulo discute as reformas pombalinas e seu reflexo no que tange à questão indígena. Após essa explanação, nosso olhar incidirá no processo de intensificação dos esforços voltados para a redução indígena e seus desdobramentos, quais sejam: a resistência e associação indígena, acreditando ser este um importante aspecto da fronteira ora analisada. Será feita uma articulação entre os eventos ocorridos nas capitanias de Minas Gerais, do Espírito Santo e no Norte fluminense, despidendo-os do recorrente atrelamento à forma ainda usual de se pensar as fronteiras indígenas pautando as pesquisas dentro de um recorte que obedece às atuais fronteiras administrativas. Pensar as fronteiras indígenas a partir dos limites administrativos atuais acarreta problemas de ordem heurística, uma vez que, para o índio, essas fronteiras não faziam sentido algum. Essa hipótese é facilmente comprovada ao checarmos a multiplicação das migrações inter-capitanias/províncias propiciada pela política de ocupação da região de mata atlântica.

Eis a principal problemática de nossa pesquisa. Também procuramos rever a maneira, ainda usual, de se pensar o espaço de fronteira como uma área de terras novas, uma região a ser explorada. Dessa forma, buscamos revestir a análise do fenômeno fronteiro que se desenvolveu nos espaços contemplados neste trabalho, a partir de uma leitura pautada na dinâmica social dos povos indígenas.

Finalmente, é importante salientar que o trabalho em questão não esgota várias questões propostas e, embora algumas tenham ficado em aberto, acreditamos estar contribuindo para a discussão de um aspecto importante da história da dinâmica das fronteiras internas da América Portuguesa, sobretudo repensando a condição daqueles que tiveram seu espaço invadido de forma tão impetuosa.

# 1 FRONTEIRA: UM DEBATE A RESPEITO DO CONCEITO

## 1.1 Construção e Trajetória do Conceito de Fronteira

Embora a multiplicidade das recentes abordagens sobre o tema da fronteira possa revelar-se como um terreno movediço, trazendo o risco de “... *desvirtuar o encaminhamento da pesquisa e dificultar a escolha da metodologia que melhor demonstra e esclarece seus objetivos...*”,<sup>17</sup> acreditamos que o diálogo interdisciplinar contribui de maneira significativa para a discussão. Tendo em vista isso, pautamos nossas referências em vários campos das Ciências Sociais, sobretudo na História, Geografia, e Antropologia.

O trabalho incidirá sobre uma área geográfica específica, ao invés de abordar o processo do avanço da fronteira no Brasil como um movimento uniforme que se desloca do litoral rumo ao interior. Em vez de pensar uma fronteira que se desloca rumo a uma única direção, entendemos que o processo pode ser verificado a partir de uma região central e, daí, deslocar-se de forma multidirecional. A região circunscrita ao Norte fluminense, ao Espírito Santo, à Bahia e, mais tarde, a Minas Gerais, apresenta-se como um lócus privilegiado para o estudo da fronteira. As linhas imaginárias, traçadas para sanar questões administrativas de uma unidade administrativa em formação, cortaram territórios indígenas ancestrais, desarticulando-os e fazendo com que muitos povos indígenas, diante das pressões impostas pelo avanço da colonização, passassem por grandes reestruturações em sua forma de organização social.

Atualmente a discussão em torno do conceito de fronteira mobiliza estudiosos de várias áreas das Ciências Sociais em diversas instituições acadêmicas. Novas linhas de interpretação desse fenômeno vêm sendo traçadas a fim de esclarecer questões como, por exemplo: as raízes da concentração fundiária, degradação ambiental, desarticulação e rearranjo de populações, resistência e cooperação de povos indígenas, mestiçagem, construção de identidades e alteridades, etc. De acordo com o trabalho de José de Souza

---

<sup>17</sup> MENEZES, Maria Lucia Pires. *Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades*. Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, [ISSN 1138-9788], N° 45 (38), 1 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-38.htm>> Acessado em: 20/06/2008.

Martins, podemos principalmente apreender que é: “... *na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem*”.<sup>18</sup>

A discussão se inicia apresentando duas definições fundamentais para se pensar o termo fronteira. Pode-se falar – de maneira muito simplificada, é certo – sobre dois tipos distintos de fronteira: a *fronteira linha* e a *fronteira espaço*, sendo a primeira bem mais fácil de compreender, dada a sua objetividade, sobretudo, ao considerarmos seu aspecto físico e geográfico. María Cristina de Hevilla, citando o trabalho de Pierre Renard, explica que existem

*...las fronteras lineales: formadas por los límites de los territorios nacionales o las discontinuidades internas de los estados en el caso de organizaciones de carácter federal, o sociedades con diversidad de componentes culturales. Y por otro lado, los espacios fronterizos, que se forman en el proceso de conquista y de integración del territorio, donde el crecimiento, las estructuras y los comportamientos de la población pueden ser particulares.*<sup>19</sup>

Ainda a respeito desta dualidade, há uma contribuição do importante geógrafo argentino Carlos E. Reboratti. Segundo ele, existem duas definições formais para o termo fronteira. Enquanto a primeira trata da fronteira política e o termo encerra um limite propriamente dito, “*la parte del país que enfrenta a otro*”,<sup>20</sup> [...] a “*segunda definición, más confusa, [...] alude al borde exterior de alguna forma de asentamiento humano, (é) ‘la división entre áreas habitadas y deshabitadas’ dentro de un estado*”.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: co-edição Programa de Pós-Graduação Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Editora Hucitec, 1997, p. 12.

<sup>19</sup> RENARD, J-P. Population et frontières: problématiques et méthodes. *Espace Populations Societes*. vol. 2, 1992, p. 167-184. Apud. HEVILLA, María Cristina. *El estudio de La frontera em América: una aproximacion bibliográfica*. In: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] N° 125, 24 de noviembre de 1998, “grifo nosso”, Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-125.htm>> acessado em: 10/06/2008.

<sup>20</sup> GUICHONNET, P. & RAFFESTIN, C. *Geographie des frontie*. París: P.U.F., Collection SUP 13, 1974. Apud REBORATTI, Carlos E.. *Fronteras agrarias em América Latina*. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografía Humana. N° 87, mayo de 1990). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-26.htm>> Acessado em: 12 de junho de 2008. “grifo nosso”.

<sup>21</sup> O termo área desabitada aqui empregado não faz nenhuma referência ao aspecto demográfico – visto que muitas dessas áreas eram ocupadas por populações indígenas. Mais à frente ampliaremos a discussão em torno da construção da ideia de “áreas desabitadas” e “terras livres”.

Referindo-se às chamadas de “fronteiras de assentamento”<sup>23</sup>, esta última definição tem um sentido mais amplo e carrega uma conotação cultural e social.<sup>24</sup> As fronteiras políticas e, supostamente, os limites, embora predominantemente estáticos, podem mudar com o tempo. Por outro lado, as fronteiras de assentamento estão ligadas a fenômenos móveis, “*son dinámicas y no siempre resultan de fuerzas claramente definidas dentro o fuera de sí mismas*”.<sup>25</sup> O trabalho citado de Reboratti é de um respeitável guia para o entendimento de diversos termos, conceitos e tipologias da fronteira, bem como traz vários planos de análise para o fenômeno fronteiriço e algumas das possíveis abordagens metodológicas. Seu texto é pautado numa discussão interdisciplinar.

De forma semelhante a antropóloga Denise Maldí proporciona uma importante contribuição sobre os temas territorialidade e fronteira, quando afirma que:

*Enquanto parte do patrimônio material e ideológico que determina as relações da sociedade com seu espaço, a fronteira pode ser definida ao mesmo tempo como construção ideológica, cultural, política, e como o conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações. Mesmo na sua concretude, a fronteira exprime necessariamente uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto localizado do fenômeno.*<sup>26</sup>

A fronteira entendida como um dado cultural relaciona-se à edificação que a sociedade faz da alteridade. Deste modo, a identidade do indivíduo é construída a partir da referência que faz em relação a um grupo e de sua relação com a totalidade. Portanto, “... *na raiz da percepção do território está a percepção do nós...*”, princípio

---

<sup>22</sup> PRESCOTT, J.R.V. *The Geography of frontiers and boundaries*. Londres: Hutchinson University Press, 1965. Apud. *Idem*.

<sup>23</sup> É importante salientar que, para Reboratti, a fronteira de assentamento significa uma forma de ocupação distintiva e não efêmera do território, separando a “Frente” de “Fronteira”.

<sup>24</sup> REBORATTI, Carlos E. *Fronteras agrarias en América Latina*. *Fronteras agrarias en América Latina*. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Nº 87, mayo de 1990). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-26.htm>> Acessado em: 12 de junho de 2008.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> MALDI, Denise. *De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX*. Rev. Antropologia, vol. 40, nº 2, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci_arttext)> Acessado em: 18/06/2008.

fundamental da identidade coletiva e, por conseguinte, da afirmação da diferença, “o limite para a construção da alteridade enquanto uma situação antagônica por definição”. Logo, se a representação coletiva fundamental da sociedade é expressa pelo território, a “... fronteira é a representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade”.<sup>27</sup>

Como se vê, na análise antropológica a fronteira representa o limite na vida social dotado de um imenso simbolismo e de um poder de constituição social peculiar.

Um ponto crucial para o entendimento do fenômeno fronteiro consiste na percepção de que a fronteira é mais um espaço do que uma mera linha que divide limites territoriais, não podendo ser resumida de modo algum à fronteira geográfica. Contudo, não queremos com isso abolir o aspecto geográfico da fronteira. Isso seria impossível dada a sua importância, sobretudo dentro do recorte espacial escolhido nesta pesquisa (o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata), onde a disposição dos rios e a densa floresta também influenciaram em muito o ritmo do devassamento e ocupação do território. Também não devemos suprimir a “fronteira linha” em detrimento de uma “fronteira espaço”, uma vez que a primeira ainda pode ser pensada como limite entre dois mundos geralmente antagônicos – mas de maneira alguma intransponíveis. Esta linha, portanto, deixa seu aspecto geográfico e físico para adquirir um sentido simbólico dentro de uma dimensão sociocultural.

Seguindo a mesma corrente interpretativa do sociólogo José de Souza Martins, diz a historiadora Hilda Pívaro Standnik:

*Mais que a demarcação política entre dois países ou o limite entre regiões habitadas ou colonizadas, a linha divisória entre duas culturas ou civilizações, a fronteira é um lugar de encontro e colisão de culturas, de mundos distintos e, em geral, incompatíveis.*<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> MALDI, Denise. *De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX*. Rev. Antropologia, vol. 40, n° 2, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci_arttext)> Acessado em: 18/06/2008.

<sup>28</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

Esta última definição apresenta-se de forma muito atraente. Uma fronteira cujo “... cenário (é) altamente conflitivo de humanidades que não forjam o Homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações humanistas”. Tanto a figura do “pioneiro” quanto a do “bandeirante”, imagens que receberam uma grande carga ideológica, merecem uma releitura. Não obstante, os espoliados da fronteira também merecem atenção especial.<sup>29</sup>

O estudo do tema da fronteira como símbolo de violência social é abordado pelo sociólogo José de Souza Martins, que dá grande atenção ao aspecto trágico, à conflitividade e ao genocídio sofrido pelos indígenas. A fronteira no âmbito dos explorados, daqueles que se encontram “do outro lado” e nas concepções de espaço e do homem “... é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.<sup>30</sup>

Ao tratar o termo fronteira, devemos estar sempre atentos para a grande carga etnocêntrica, eurocêntrica e racista que a palavra carrega. Nela ocorre “... a disputa pela definição da linha que separa a Cultura da Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é”.<sup>31</sup> Geralmente os mais vitimados nos espaços de fronteira, as populações nativas, os diversos povos indígenas, foram encarados como não humanos, como verdadeiros “animais”. A fronteira surge, então, como um espaço de dualidades, repleta de binômios. Nela temos a separação entre o *eu* e *outro*, entre os *civilizados* e os *bárbaros*, entre o *sedentário* e o *nômade*, entre o *trabalho* e a *vadiagem*, etc. A leitura acerca do termo fronteira em geral foi feita a partir da ótica dos “civilizados”,<sup>32</sup> e não dos povos explorados, sendo estes até mesmo, muitas vezes, desconsiderados como agentes ativos do processo histórico. Contudo, é preciso muita cautela quando tomamos a fronteira como um espaço de invariável conflito, um espaço *trágico*, como quer Martins. A análise não deve ser reduzida a uma perspectiva teleológica, na qual o

---

<sup>29</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: co-edição Programa de Pós-Graduação Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Editora Hucitec, 1997, pp. 11 *et seq.* Para Martins: “*O privilégio epistemológico da ideologia do pioneiro gera limitações dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos*”.

<sup>30</sup> *Ibidem*, pp.11-12.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>32</sup> A fim de evitar o uso exaustivo de aspas na palavra *civilizado*, chamamos a atenção para a imensa distância a que ela se encontra daquilo que poderíamos definir como exemplo de vida civilizada. A violência, o extermínio e a escravização de nativos foram ações recorrentes entre os *civilizados* da fronteira. Porém, no século XVIII e XIX o termo remetia, *grosso modo*, àqueles alcançados pelo cristianismo.

indígena ocupa um lugar bem definido, em oposição aos “civilizados”. Em muitos casos essa visão dicotômica deve ser relativizada. Como veremos, na fronteira podemos perceber uma imensa gama de estratégias de sociabilidades.

Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur tratam da necessidade de se inserir o índio como sujeito ativo na história. De acordo com eles, os indígenas, “*mesmo quando reconhecidos, foram reputados como meros apêndices dos estudos, se prestando em geral a um papel secundário*”.<sup>33</sup> Portanto, urge que se rompa o silêncio consentido aos índios nos trabalhos de pesquisa histórica.

Seria um grande erro não considerá-los como atores centrais dentro do processo de constituição de nossas fronteiras internas. Izabel Missagia de Mattos ao tratar a fronteira indígena em Minas Gerais da segunda metade do século XIX, enfatizando o processo de resignificações simbólicas e as reconstruções de estratégias de vivência indígena, aborda a necessidade de se focar o índio como protagonista de sua história, capaz de fazer suas escolhas e, portanto, distinto daquele recorrente na crônica de destruição que ainda predomina na interpretação da história indígena. Para a autora, é necessário dar “*visibilidade aos atores indígenas*”.<sup>34</sup>

Apresentaremos a seguir, alguns dos estudos clássicos a respeito do tema da fronteira, para em seguida indicar conceitos fundamentais que são recorrentes nessa leitura.

## 1.2 Um Clássico da Fronteira: a Fronteira Americana na Análise de Turner

Considerado o pai da historiografia moderna nos Estados Unidos, Frederick Jackson Turner ganhou reconhecimento como o maior historiador norte-americano e

---

<sup>33</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

<sup>34</sup> MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 26 et seq.

tornou-se um dos principais pensadores daquele país no século XX.<sup>35</sup> Apesar de deixar um grande legado às Ciências Sociais, com a introdução de conceitos modernos para o pensamento histórico nos Estados Unidos daquela época – como a noção de “forças invisíveis”<sup>36</sup> e do “presentismo”,<sup>37</sup> assim como um atenuado relativismo –, seu grande destaque veio com a sua famosa “tese da fronteira” (proferida há pouco mais de um século), quando então o historiador lançou as bases para uma releitura acerca da formação da sociedade estadunidense. É justamente da “tese da fronteira” turnerniana e de sua influência na interpretação da fronteira no caso brasileiro que trataremos agora.

Com a apresentação de “*The significance of the frontier in American History*” [O significado da fronteira na história americana] em 1893, Turner propõe os fundamentos de sua tese. Segundo ele, a fronteira Oeste ocupou lugar decisivo no desenvolvimento social estadunidense e foi o enorme motivo da sua distinção frente à história da gênese de outros países, tornando-se, portanto, a característica mais importante da história de formação e desenvolvimento da nação norte-americana. Ele insiste num processo de “americanização” de forma muito peculiar, fortalecendo “... o sentimento dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única...” e fornecendo “... uma explicação sobre o que era ‘ser americano’”.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Turner nasceu em 1861 em Porthage, Wisconsin, um estado fronteiro. Seus pais saíram de New York, sendo eles próprios representantes do homem da fronteira. Turner cresceu junto a índios, imigrantes europeus, aventureiros e comerciantes de madeira. Viveu em estreito contato com a natureza, onde ouviu histórias e mitos de pioneiros e desbravadores que, certamente, compuseram o seu imaginário e vieram a influenciar “... de maneira decisiva sua proposta histórica”. Cf. SOUZA, Melissa de Mello e, *Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner*. Dissertação (mestrado), orientador, Marco Antonio Pamplona. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC, Departamento de História, 2003. p. 23.

<sup>36</sup> Para Turner, as “forças invisíveis” são compostas por diversos elementos econômicos e sociais que agem de forma determinante no processo histórico.

<sup>37</sup> Ainda segundo Turner, a história estava em constante transformação. O passado era reescrito e recriado de acordo com as necessidades do presente. “*Each age tries to form its own conception of the past. Each age writes the history of the past anew with reference to the conditions uppermost in its own time*”. [Cada era tenta formar sua própria concepção do passado. Cada era reescreve a história do passado com referência às condições próprias de seu tempo] TURNER, Frederick Jackson. *The significance of history*. In: FARAGHER, John Mack. (org) *Rereading Frederick Jackson Turner: “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays*. New Haven: Yale University Press, 1998, p. 18. “tradução nossa”.

<sup>38</sup> SILVA, Lígia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG: ABPHE, 2003. p. 2.

Ao definir a fronteira como “terra livre”: “*Aquilo que é mais significativo na Fronteira Americana é que ela se encontra no limite das terras livres*”,<sup>39</sup> Turner demonstra o ponto nevrálgico de sua tese: as “terras livres” estariam disponíveis aos colonos anglo-americanos, garantindo a edificação de uma democracia política e social e propiciando o crescimento econômico a partir das “...*bonanças sucessivas da fronteira*”.<sup>40</sup> Estes “pioneiros”, distantes da legislação e de instituições arcaicas remanescentes de uma Europa atrasada,<sup>41</sup> estariam diante de um novo mundo, repleto de oportunidades, onde seus ideais de *liberdade* e *individualidade* poderiam se desenvolver favoravelmente. “*O território americano ofereceria um campo aberto, livre das determinações do passado, onde um modo de existência mais vital que a da decadente Europa poderia ser criado*”.<sup>42</sup> Se, por um lado, a sociedade que se formava nas sucessivas fronteiras do Oeste era dotada de uma autoconsciência, a do litoral Atlântico não passava de um mero arremedo da Inglaterra.

Para Turner, o individualismo proporcionado pela experiência vivida na fronteira Oeste foi o elemento essencial na construção da democracia americana. Distantes do poder centralizador da costa atlântica, os colonos experimentaram a possibilidade de se autogerirem e de estabelecerem suas instituições de acordo com a realidade vivenciada na fronteira.<sup>43</sup> Ampliaram o número de eleitores com o abrandamento das exigências do sufrágio e, por conseguinte, estenderam a participação popular nas decisões governamentais. Só posteriormente a ampliação do direito do voto

---

<sup>39</sup> “*The most significant thing about the American Frontier is, that it lies at the hither edge of free land*”, TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996. p. 3, “tradução nossa”.

<sup>40</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

<sup>41</sup> “A Europa, identificada com o domínio das monarquias, do feudalismo, do obscurantismo religioso e outras mazelas do “Velho Mundo”, era encarada como uma terra conspurcada pelo passado, onde a liberdade e criatividade humanas permaneciam amarradas pelas instituições e tradições”. SANTOS, Fabio Muruci dos. *Um Éden Germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 35, p.22 – 46, 2006, p. 3.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>43</sup> Segundo a análise de Turner, a legislação agrária existente foi influenciada pela experiência da fronteira. TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996. p. 25. Lembremos que, a partir do século XIX, as autoridades norte-americanas passaram a incentivar a fixação de colonos na região Oeste por meio da oferta de terras a preços baixos e, sobretudo, pela aplicação de doutrinas agrárias que beneficiavam sua expansão territorial. Tal medida foi responsável por um grande afluxo de indivíduos americanos e de outras partes da Europa rumo ao interior do continente americano. Podemos dizer que a história dos Estados Unidos no século XIX foi marcada por uma grande reforma agrária sobre vastos territórios indígenas e pela anexação de grandes territórios por meios diplomáticos e intervenções militares.

chegaria ao litoral Leste dos Estados Unidos, pressionado por inovações advindas da experiência na fronteira.<sup>44</sup>

Turner estabelece em sua tese a imagem de um personagem-construtor. De acordo com Fabio Muruci dos Santos, a partir de várias “*elaborações literárias*” ao longo do século XIX, foi forjado o mito do americano que renascia.

*Livre dos constrangimentos feudais europeus, o “homem comum” americano assumiria o papel de construtor ativo da história, tornando desnecessária a tutela de elites de perfil aristocrático. [...] A desconcentração do poder, antes disseminado num estado geral de consenso em torno de alguns valores básicos, e o respeito pela diversidade resultariam no fluxo progressivo e natural de mudança na história norte-americana. [...] O espaço por excelência para a formação e o exercício dos valores americanos seria a “Fronteira”, os vastos territórios do Oeste, onde o homem não pode contar com nada mais que seu próprio talento para sobreviver.*<sup>45</sup>

O historiador americano inovou. Sobretudo, uma vez que “*a importância da fronteira como força primária no desenvolvimento americano foi primeiramente reconhecida por Turner*”.<sup>46</sup> Também foi ele quem recusou a abordagem literária e valorizou as análises econômicas e sociais. Em um século dominado pela historiografia romântica, em que a preocupação com uma metodologia voltada para o caráter científico era relegada em favor da narração e do aspecto literário, a nova abordagem de Turner tornou-se muito fascinante. Não obstante, muitos dos trabalhos científicos sobre o desenvolvimento norte americano ainda ligavam as raízes da nação à Europa. *Grosso modo*, podemos dizer que a historiografia dos Estados Unidos de fins do século XIX baseava-se nestas duas linhas supramencionadas. A “romântica” e a “teoria genética”.

---

<sup>44</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996. p. 30 et seq.

<sup>45</sup> SANTOS, Fabio Muruci dos. *Um Éden Germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 35, p.22 – 46, 2006. pp.3-4.

<sup>46</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

Essa última dava destaque às origens da democracia americana como legado dos genes germânicos dos quais os anglo-americanos eram dotados.<sup>47</sup>

Apesar de agregar a análise histórica ao que antes era mera narrativa, o texto de Turner é permeado por um estilo épico e a maneira como privilegia as idéias de progresso, liberdade e democracia denunciam que em seu texto existe “... *uma continuidade com a filosofia da história presente nos românticos*”. Contudo, se por um lado há certa continuidade com a historiografia romântica, por outro, sua grande ruptura com os modelos explicativos da historiografia do século XIX encontra-se na negação da teoria genética.<sup>48</sup>

Em linhas gerais, pode-se dizer que Turner distingue dois momentos da história americana. No primeiro está a referência à relação americana com o mundo atlântico e sua dependência em relação à Inglaterra. No segundo, temos a fase da fronteira Oeste, em que se destaca a negação das tradições européias e a gênese das características peculiares da sociedade americana. Essa excessiva rejeição da Europa e, sobretudo, da Inglaterra, por sua vez, vem demonstrar o amplo caráter ideológico contido na tese de Turner.

O recuo a uma América autóctone, livre para a edificação de uma nova sociedade, também converteu rapidamente a “tese da fronteira” em uma espécie de ideologia da fronteira. Neste contexto, vários mitos foram forjados e a tese de Turner apresentava alguns deles. O “pioneiro”, as “*free lands*” e “a fronteira como berço da democracia americana – e de forma mais pretensiosa, de demais nações –” são bons exemplos dos mitos que figuram no seu trabalho.

Para Turner, a vida selvagem que os pioneiros enfrentaram na fronteira Oeste, – ambiente diverso daquele do litoral Atlântico, análogo ao europeu –, gerou um tipo nacional peculiar, uma cultura genuinamente americana e a fundação de novas instituições políticas. Uma vez que os pioneiros – imigrantes anglo-americanos e de outras nacionalidades – se distanciavam do litoral Atlântico e, por sua vez, do controle das instituições arcaicas remanescentes da Europa (sobretudo instituições britânicas, que

---

<sup>47</sup> Ver: FARAGHER, John Mack. (org) *Rereading Frederick Jackson Turner: “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays*. New Haven: Yale University Press, 1998, pp. 11-30.

<sup>48</sup> SOUZA, Melissa de Mello e, *Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner*. Dissertação (mestrado), orientador, Marco Antonio Pamplona. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC, Departamento de História, 2003, pp. 17-18.

são ordinariamente às que se refere Turner), convertiam-se a uma “vida selvagem” que, posteriormente, passaria por uma segunda transformação. Num segundo momento, estes imigrantes transformados em “selvagens” tornar-se-iam civilizados. Embasados no individualismo, no autogoverno e dotados de uma maior capacidade de improvisação, não seriam mais “anglo-americanos civilizados”, mas sim, genuínos americanos civilizados. Assim, a tese de Turner eliminava os primeiros atributos europeus do povo americano.

A tese de Turner ainda revela o sentido da interação<sup>49</sup> de povos que resultou no americano tão peculiar descrito em seu trabalho. De acordo com Hilda Pívaro Standnk:

*A fronteira colocou colonos ingleses ao lado de colonos de outras nacionalidades que dividiram experiências e compartilharam idéias ao longo de muitos anos possibilitando o desenvolvimento de uma única nacionalidade americana que era composta de todos.*<sup>50</sup>

Ligia Osório é outra autora que se refere a esse processo de interação, dizendo que, se por um lado, a tese de Turner

*... ajudou a reafirmar um sentimento idealista de identidade do povo americano [...], por outro lado, permitiu a rápida assimilação dos europeus de diferentes origens, “consolidando” e “nacionalizando” a jovem América, fato incontestável, e de grande influência no fortalecimento das instituições americanas.*<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Turner não aplica a idéia de raça ou miscigenação racial, tão preciosas nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda ao discutir a fronteira na América Portuguesa. Por outro lado, Turner fala de um processo de interação, do qual o negro e o indígena são relegados. Portanto, a interação biológica só é observada entre os imigrantes.

<sup>50</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

<sup>51</sup> SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG: ABPHE, 2003. p. 2.

A ocupação das “terras livres” também significava uma nova possibilidade aos desempregados e desprovidos de terras. Estas “*free lands*” serviriam como uma verdadeira “válvula de escape” a estes esbulhados. De acordo com a observação de Ligia Osório da Silva:

*A existência de “terras livres” foi determinante na edificação da democracia americana, porque enquadradas por uma legislação agrária que as tornava acessíveis a contingentes significativos de população, gerou oportunidades de ascensão social numa escala incomparável com as existentes nas sociedades européias.*<sup>52</sup>

Turner não só ganhou notoriedade com sua tese da fronteira, como também ocupou um importante papel com o incremento de novas abordagens para se pensar – e repensar – a Ciência Histórica e ao estabelecer pressupostos que seriam amplamente utilizados nos Estados Unidos.<sup>53</sup> Inovou ao tecer críticas à “história como feito de poucos.” Em suas palavras:

*A história tem sido romance e tragédia. Nela lemos os brilhantes anais de poucos. As intrigas das cortes, o valor dos cavaleiros, os palácios e as pirâmides, o amor das damas, a canção dos menestréis e as arestas das catedrais passam como um espetáculo, ou permanecem como música enquanto viramos as páginas.*<sup>54</sup>

Ao transferir a ação de importantes personagens da história americana para a massa de anônimos, Turner explica as origens da nação e suas instituições, agora

---

<sup>52</sup> SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG: ABPHE, 2003. p. 3.

<sup>53</sup> Uma das grandes inovações para a Nova História Ocidental reside no desenvolvimento de uma autoconsciência a partir da tese de Turner.

<sup>54</sup> “*History has been a romance and tragedy. In it we read brilliant annals of the few. The intrigues of courts, knightly valour, palaces and pyramids, the love of ladies, the songs of minstrels, and the chants from the cathedrals pass like a pageant or linger like a strain of music as we turn the pages.*”. TURNER, Frederick Jackson. *The significance of history*. In: FARAGHER, John Mack. (org) *Rereading Frederick Jackson Turner: “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays*. New Haven: Yale University Press, 1998, p. 15, “tradução nossa”.

dotadas de uma identidade genuína e original, tendo esses anônimos ocupado lugar central na edificação da democracia americana.

Ao mesmo tempo, aproximou a história da economia e da sociologia, dando grande ênfase às análises sócio-econômicas. Assinalava Turner:

*Hoje, as questões mais importantes não são tanto as políticas, mas as econômicas. A era do maquinário, do sistema fabril, é também a era da investigação social.*<sup>55</sup>

### 1.2.1 Principais Problemas na Tese de Turner

Ainda que tenha revolucionado a Ciência Histórica em vários aspectos, Turner teve sua tese prejudicada ao associá-la a teorias ultrapassadas provenientes da Inglaterra e França do século XVIII. “*A imersão de Turner neste fluxo de influência intelectual teve o efeito desastroso de comprometê-lo a certas premissas arcaicas que impediam a abordagem dos problemas sociais do século XX*”.<sup>56</sup> Assinalando como ponto mais significativo da fronteira o fato de que ela se encontra nos limites das “terras livres” – ou seja, nos limites da natureza segundo a sua construção mitológica do que seriam as “terras livres” – e que, por sua vez, seria a experiência da fronteira o elemento principal na edificação da democracia americana, Turner apresentava um antiquado determinismo geográfico, sobretudo ao tentar “*explicar os acontecimentos atuais*” a partir dessa construção mitológica de “terras livres”, e por dar demasiada ênfase ao aspecto físico em detrimento do humano.

Contudo, o maior problema enfrentado na exposição da tese de Turner reside na adoção da idéia de civilização e, por conseguinte, o seu comprometimento com uma teoria na qual as sociedades – até mesmo a da fronteira – se desenvolvem por meio de

---

<sup>55</sup> “*Today the questions that are uppermost, and that will become increasingly important, are not so much political as economic questions. The age of machinery, of the factory system, is also the age of socialistic inquiry*”, TURNER, Frederick Jackson. *The significance of history*. *Idem*, p. 18, “tradução nossa”.

<sup>56</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

estágios, que vão do mais simples ao mais complexo e progressivo.<sup>57</sup> Assim, os valores mais elevados do que seria o homem civilizado corresponderiam ao fim do processo, à sociedade urbana e industrial. Além disso, a teoria de estágios sociais chocava-se com uma das idéias centrais da tese turnerniana, na qual “... *os valores sociais mais altos se encontravam na sociedade relativamente primitiva no interior da fronteira agrícola*”. De acordo com os partidários da teoria dos estágios sociais, os colonos da fronteira representavam um estágio primário da evolução social, opondo-se, portanto, de forma radical ao “... *conceito do agricultor do Oeste como o sitiante rodeado por um esplendor utópico*”.<sup>58</sup> A fim de sanar esse problema teórico contido em sua tese, Turner pensou a marcha rumo a Oeste na forma de sucessivas fronteiras, nas quais os estágios mais elevados eram constatados com a evolução de cada região sucessiva do Oeste, adequando sua tese à teoria de civilização e progresso, associando-a ao valor mais elevado da democracia alcançada nas “terras livres”.<sup>59</sup>

Segundo Hilda Pívaro, ao associar a democracia à terra livre, Turner “... *a tinha ligado inevitavelmente à idéia da natureza como fonte de valores espirituais*”, contrapondo-se ao conceito de civilização, uma vez que sua idéia de democracia não se ajustava com o modelo de homem rude e primitivo da fronteira. Contudo,

*Turner aceitara a idéia de civilização como uma descrição geral da sociedade que tinha se expandido através do continente e, com o desaparecimento da terra livre, esta idéia era o único princípio remanescente com a qual podia realizar a análise da sociedade americana contemporânea. Como a democracia estava ligada à idéia da natureza e parecia não ter nenhuma relação lógica com a civilização, a conclusão posta por Turner era que a sociedade americana pós-fronteira não continha nenhuma força rumo à democracia.*<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> Para Turner o meio ambiente age sobre o homem e não o contrário, evoluindo a sociedade dos estágios de caça pesca e coleta para a agricultura, manufatura, indústria e comércio sucessivamente. Essa análise de Turner recebeu forte influência dos pressupostos darwinistas.

<sup>58</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro, op. cit.

<sup>59</sup> Análises mais refinadas sobre o papel que o meio ambiente desempenha sobre a formação da cultura só seriam observadas anos depois da publicação da tese de Turner. Como exemplo temos o importante trabalho de Ferdinand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 1949.

<sup>60</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

Como se vê, dentre os temas centrais da tese turnerniana estavam o individualismo e a democracia, ambos tendo a experiência na fronteira como sua principal fonte de instrução. Ao propagar sua tese, Turner expressava anseios de sua geração, de seu tempo e os gerados pela experiência que ele próprio havia vivenciado. A propagação de suas doutrinas também foi basilar na construção da identidade e do nacionalismo norte-americanos.

Algumas conclusões e abordagens podem trazer questionamentos a respeito da validade da tese de Turner. Ela é desprovida de crítica à violência e usurpação envolvida na saga dos pioneiros que rumavam sobre territórios indígenas. Como se sabe, o Novo Mundo americano não era um “vazio demográfico”. Porém, na referida obra, o indígena ocupa um papel subordinado, bem diferente do papel ativo prestado aos “brancos”.<sup>61</sup> Ela retrata um processo de conquista das terras selvagens do Oeste elevando as ações dos anglo-americanos de forma presunçosa e etnocêntrica. Ainda assim, as conclusões de Turner e seu modelo metodológico garantiram o seu reconhecimento. Apesar dos problemas expostos, sua tese deve ser interpretada dentro do contexto de sua época.

### 1.3 Webb e a Ênfase Sobre as Inovações Tecnológicas

Quase meio século após o surgimento da discussão historiográfica da fronteira estadunidense, em 1931, Walter Prescott Webb publica um trabalho no qual analisa as Grandes Planícies<sup>62</sup> e os indivíduos que ali viviam entre os séculos XVI e XX. Webb avalia a influência do ambiente físico sobre os indígenas, conquistadores e missionários espanhóis e agricultores anglo-americanos, dando ênfase no seu estilo de vida, nas

---

<sup>61</sup> O termo “branco” não faz, necessariamente, menção ao europeu. Muitas vezes estes “brancos” tão recorrentes em diversas obras historiográficas passaram por um processo de miscigenação. Neste trabalho, utilizaremos o mencionado termo como referência do “outro” na perspectiva do indígena. Deste modo o “branco” é relativo. Doravante não utilizaremos mais aspas para tal termo.

<sup>62</sup> De acordo com a tese de Webb, as “Grandes Planícies” representam uma vasta região que vai desde o meridiano 98<sup>o</sup>, passando pelos estados de Dakota, Nebraska, Kansas e Texas, rumo ao Pacífico, nas proximidades dos estados de Washington, Oregon e Califórnia. WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959. p. 20 et-seq.

instituições e nas estratégias desenvolvidas por aqueles que foram chamados de “homens das planícies”.<sup>63</sup>

O objetivo da tese de Webb é bem claro: em um estudo comparativo entre o Leste e o Oeste, procura demonstrar como as três características dominantes das Grandes Planícies – escassez de madeira, insuficiência de chuvas e semi-aridez – moldaram a vida anglo-americana, seus costumes, instituições e suas características peculiares.

Webb argumenta que, diferentemente da região Oriental, além do meridiano 98<sup>o</sup> elementos essenciais para a vida dos habitantes do Leste dos Estados Unidos como reservas de madeira, chuvas regulares e água disponível, eram escassos. Esse ambiente estranho para os habitantes dos Estados Unidos acabou por forçá-los a um salto das florestas úmidas do Leste para o Pacífico, fazendo com que os Estados Unidos ficassem fracionados em dois terrenos, separados por um espaço que Webb chamou de “Grande Deserto Americano”.<sup>64</sup>

Para Webb, a efetiva ocupação e desenvolvimento dessa região foram posteriores às adaptações das instituições e estilo de vida americano. Os anglo-americanos e demais europeus não tiveram maiores contratempos no litoral Leste, uma vez que suas ferramentas, suas instituições e seu estilo de vida ali não diferiam em muito daquele já vivido na Europa. O mesmo não se deu com a experiência em um ambiente estranho. O rifle Kentucky de apenas um disparo, a pecuária de base florestal, as habitações e cercas feitas com madeira ou pedra, a água em abundância, as terras úmidas, as leis e literatura cederam lugar a uma série de inovações. Dentre as novidades temos o uso do cavalo como transporte, a carabina Winchester, o revólver Colt de seis balas, o arame farpado, a irrigação, os moinhos de vento, as habitações de SOD, como também as novas leis e literatura. Tais inovações foram conduzidas por esse novo ambiente físico. As técnicas e costumes comuns ao Leste eram ineficazes no ambiente da Planície. Ou os pioneiros adaptavam-se ou recuavam.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959, p. 8.

<sup>64</sup> *Ibidem*, pp. 8, 17, 27, 32.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 171. As casas de SOD têm suas paredes feitas de despoja do gramado colocado horizontalmente em cursos como tijolos. Estas casas foram muito comuns no avanço rumo ao Oeste Americano, em locais onde pedras e madeira eram escassas. Sobre as casas de SOD e a vida na fronteira

Segundo Webb, nos dois últimos séculos, os pioneiros tiveram que implementar técnicas diferentes daquelas utilizadas a Leste do rio Mississippi. Ao encontrar soluções para os desafios de um ambiente novo, os pioneiros foram conquistando a fronteira numa taxa constante de aceleração. Deste modo, atravessaram o Mississippi e despontaram sobre as “Grandes Planícies”, num ambiente desconhecido, no qual não tinham qualquer experiência. “*O resultado foi uma completa ruptura temporal apesar da maquinaria e dos modos de ser pioneiro*”.<sup>66</sup>

### 1.3.1 Os “Homens das Planícies” e Seu Ambiente Singular

Webb dedica boa parte de seu texto a citar exemplos da incapacidade do pioneiro em lidar com o ambiente das Planícies valendo-se de métodos tradicionais. Entre eles estão: culturas agrícolas que dependiam de abundantes índices pluviométricos, as quais não sobreviveram nas Planícies; transporte fluvial quase impossível devido à escassez de rios; falta de madeira e pedras que impossibilitava a construção de habitações e cercas para as criações e a utilização do rifle Kentucky, empregado na densa floresta, mas ineficaz nos espaços abertos, uma vez que, ao recarregá-lo, o pioneiro ficava exposto aos velozes ataques dos índios cavaleiros. Com isso, a efetiva ocupação das Planícies demorou décadas, obedecendo ao ritmo das inovações, dos métodos e, sobretudo, das tecnologias.

Diante dessas impossibilidades, o pioneiro foi forçado a adaptar-se ao novo ambiente. São exemplos dessas adaptações: a substituição do transporte fluvial pelo uso do cavalo – contudo, para Webb somente com a ferrovia é que o transporte realmente melhora; introdução de novas culturas e métodos agrícolas mais adequados à baixa umidade; busca de novas fontes de água, como por meio da perfuração do subsolo; construção de habitações de SOD – só substituída com a importação de madeira após a

---

Oeste dos Estados Unidos, ver também: DICK, Everett. *The Sod-House Frontier: Everyday life in Kansas, Nebraska and Dakota, 1854-1890*. Lincoln, NE: Johnsen Publishing Company, 1954.

<sup>66</sup> “*The result was a complete though temporary breakdown of the machinery and ways of pioneering*”. WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959, p.8, “tradução nossa”.

implantação da ferrovia<sup>67</sup> –, assim como a introdução do revólver Colt de seis balas e da carabina Winchester, mais eficientes em terrenos abertos. Também houve a introdução de técnicas do vaqueiro do México e o advento do arame farpado, indispensável numa região que, como foi observado, era desprovida de madeira e pedras.

O ambiente físico das “Grandes Planícies”, hostil aos primeiros que ali se aventuravam, só pôde ser domado com sucesso quando essas adaptações foram implementadas. Contudo, essas mudanças não se deram tão rapidamente, sendo fruto de experiências, de erros e acertos.

### 1.3.2 Os Índios das Planícies: Extraordinário Adversário

Ao passo que os pioneiros dependiam de um avanço tecnológico, sobretudo no campo bélico, os indígenas das Planícies há muito possuíam armas bem adaptadas para o confronto naquele ambiente. Durante um quarto de século os povos indígenas que habitavam as Planícies revelaram-se um grande entrave ao avanço da fronteira rumo ao Oeste dos Estados Unidos. Os militares americanos encontraram grande dificuldade em subjugar os indígenas. Dotados de um amplo conhecimento do terreno, os índios faziam ataques relâmpago sobre cavalos, desaparecendo logo em seguida. De acordo com Webb, o povo indígena das “Grandes Planícies ... adotou o cavalo bem antes da civilização branca entrar em contato com eles e o uso do cavalo efetuou uma revolução de longo alcance nos seu modo de vida.”<sup>68</sup> A resistência indígena a expansão americana rumo a Oeste só terminou por volta de 1880.

Uma vez estando os índios Comanches equipados com arco e flechas, armas bem adaptadas ao uso sobre o cavalo, somente com a introdução do Colt e da Winchester é que os “Rangers”<sup>69</sup> puderam fazer frente aos povos nativos das Planícies.

---

<sup>67</sup> As construções de ferrovias, além de dinamizar as rotas econômicas, também atendiam a uma necessidade militar. WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn, 1959, p. 197.

<sup>68</sup> “... adopted the horse long before white civilization came in contact with them, and the use of the horse effected a far-reaching revolution in their ways of life”. Idem, p. 52.

<sup>69</sup> Os Rangers foram criados para dar proteção aos colonos que marchavam sobre território indígena. A figura do Ranger também foi fruto de uma grande construção mitológica, de que encontramos vastos exemplos tanto na literatura quanto no cinema norte-americano.

Webb atribui à resistência indígena grande parte da derrota espanhola na colonização da região. Segundo ele, os anglo-americanos obtiveram êxito, pois suas armas bem adaptadas compensavam qualquer vantagem que os índios tinham sobre os cavalos. Por seu turno, os espanhóis não tiveram sucesso em sua experiência colonial na fronteira na segunda metade do século XVIII. Não estavam adaptados e sua tecnologia não pôde fazer frente aos indígenas. Se na análise de Webb os espanhóis fracassaram, os mexicanos tiveram ainda menos êxito do que os espanhóis.<sup>70</sup>

#### 1.4 Considerações Sobre Turner e Webb

Ao ler Webb somos levados a fazer comparações com a tese turnerniana. Assim como Turner, Webb ainda traz muitos traços da escola romântica, tanto no estilo quanto no apelo. Se a obra de Turner pode ser vista como uma exaltação apaixonada aos Estados Unidos, a tese de Webb não é muito diferente. Nela encontramos uma história de apelo nacionalista, em que os anglo-americanos das “Grandes Planícies” marcham rumo a Oeste derrotando inexoravelmente indígenas e mexicanos. Contudo, diferentemente de Turner, Webb não alcançou a mesma importância, sobretudo em termos metodológicos.

Se na tese de Turner a fronteira foi a principal influência na história Americana, para Webb, a própria Revolução Industrial e as tecnologias nela produzidas tiveram papel central no avanço rumo a Oeste. O arame farpado, as ferrovias e, sobretudo, o Colt usado pelos “Rangers” são exemplos dos novos avanços tecnológicos essenciais à efetiva ocupação das “grandes Planícies”.

As adaptações por que passaram as instituições e o modo de vida americano no “Grande Deserto Americano”, segundo Webb, foram muito mais para a sobrevivência – pelo menos durante longo período do XIX – do que para prosperar. Neste ponto, a tese de Webb também se distancia da de Turner, pois, como já visto, este último reveste o espaço da fronteira Oeste com o mito do rejuvenescimento e regeneração da sociedade, repleto de bonanças. Mas, assim como Turner, Webb dá demasiada ênfase ao poder que

---

<sup>70</sup> WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959, p, 160.

o ambiente físico exerce sobre as ações humanas. Essa irreducibilidade, ao insistir que o ambiente era o principal fator que explicava o isolamento demonstra forte influência de pressupostos do determinismo geográfico.

Tal como a tese de Turner, Webb narra a aventura do povo americano numa perspectiva de coragem e vitória, deixando em segundo plano suas vítimas. Para ele, enquanto os espanhóis e mexicanos foram afastados, empurrados para além da fronteira americana, os indígenas foram meramente subjugados. Nenhuma atenção foi dada ao aspecto cruel da marcha sobre a fronteira Oeste. A história da mancha de sangue deixada pelos anglo-americanos em sua saga pelo Oeste não teve espaço numa época de historiadores progressistas.

### **1.5 Terras Novas, Sertão e Fronteira em Capistrano de Abreu**

A idéia de uma terra nova, repleta de possibilidades, também esteve presente no clássico de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*. Discorrendo sobre a ação de integrantes de uma armada que penetrou pelo Rio da Prata em 1513, “...seiscentas a setecentas léguas de terras novas...”, Abreu dá um exemplo interessante de que, desde longa data na historiografia, o termo terra nova não estava diretamente associado a fatores de ordem demográfica. Ora, se Abreu segue dizendo que os atores desse episódio encontraram “*diversos objetos metálicos*”, “*um machado de prata*” e até mesmo tiveram notícia “...*de serras nevadas ao Ocidente*”,<sup>71</sup> seria um engano pensar que o autor entendia como terras novas um espaço livre das ações humanas. Por outro lado, ao longo de seu texto fica evidente que o termo faz referência a um espaço ainda não inserido dentro da lógica de exploração, do interesse econômico há muito em voga entre os povos tidos como civilizados. Assim como fez mais tarde

---

<sup>71</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 39.

Caio Prado Júnior, Capistrano de Abreu valeu-se desse modelo de terras novas para “descrever o processo de avanço da ocupação portuguesa”.<sup>72</sup>

Já a idéia de sertão em Abreu tinha como referência uma área que fica além da fronteira de ocupação. Em vários momentos, menciona o sertão como um lugar distante da civilização<sup>73</sup> litorânea. Embora o autor reconheça a presença indígena, como já assinalado, nenhuma dinâmica é dada ao espaço do sertão, salvo as escaramuças entre índios e agentes colonizadores. O trabalho desse historiador omitiu, e a historiografia brasileira continuou omitindo durante muito tempo, a interferência indígena como componente fundamental no processo transformador da natureza.

*O historiador cearense descreveu a paisagem colonial e o sertão como uma paisagem natural, virgem, destituída de sinais de interferências humanas, regiões desertas, onde quando muito perambulavam índios. Simultaneamente, contudo, em várias passagens mostrou encontrar-se esse espaço ocupado por grupos indígenas. Indicou a existência de trilhas, de roças, de aldeias, de sociedades se comunicando.*<sup>74</sup>

O certo é que, após a chegada do europeu, as transformações do cenário então existente adquiriram um ritmo antes nunca visto.<sup>75</sup>

No que diz respeito à administração colonial e sua interferência em áreas que se distanciavam do litoral, Abreu fala da postura das câmaras do interior cearense e da maneira como concordavam com suas análogas no litoral. Ainda segundo Abreu: “Nada confirma a onipotência das câmaras municipais descoberta por João Francisco Lisboa, e repetida à porfia por quem não se deu ao trabalho de recorrer às fontes”.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006.

<sup>73</sup> De acordo com Espindola: “Civilização e uma categoria fundamental por enquadrar um conjunto de diferenciações decisivas para caracterizar a paisagem do sertão nos campos da religiosidade, urbanidade, costumes etc., permitindo contrapor civilização/barbárie, religião/superstição, entre outras.” ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Unival e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005, p. 77.

<sup>74</sup> CORRÊA, Dora Shellard, op.cit.

<sup>75</sup> Ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>76</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 141. João Francisco Lisboa foi um renomado jornalista e historiador maranhense. Ver: LISBOA, João Francisco, *obras de João Francisco Lisboa - precedidas de uma notícia biográfica...* Editores e

Para Ivan de Andrade Velasco, “... o lugar da violência e da barbárie é o sertão; contraposto a ele, a justiça”. Assim o autor diferenciou o sertão do universo civilizado ao analisar um documento a respeito de uma agressão, no qual a testemunha acautelava os réus dizendo-lhes que “... não estavam no *sertão* para praticarem uma violência tão bárbara e desumana à face da justiça”.<sup>77</sup> Contudo, com a consolidação dos núcleos de povoamento, a “justiça”, ou melhor, a força legal de um aparelho de governo que se afirmava passou a ganhar terreno.

Ao que tudo indica, a liberdade experimentada pelos colonos norte-americanos descrita por Turner em sua Tese da Fronteira não havia ocorrido, mais de um século antes, com a mesma intensidade na América Portuguesa. Vejamos o que dizia Manoel Martins do Couto Reys em 1785. Na época, o militar refletia sobre a população dos Campos dos Goitacases, e afirmava que a liberdade propiciada pela vida no sertão, longe do aparato da justiça, acabou por gerar um tipo de indivíduo insubordinado, amante da liberdade, confirmando a visão a respeito da relativa impunidade vivenciada por aqueles que se embrenhavam nos sertões. No entanto, de maneira distinta daquela fronteira desenhada pelos historiadores norte-americanos anteriormente mencionados, onde a referida liberdade era fundamental como elemento emancipador de toda criatividade norte-americana; no caso em questão, a administração colonial preocupou-se – em locais onde lhe era mais conveniente é certo – em sossegar os ânimos dos seus colonos. Algumas regiões despertavam maior interesse econômico e, por conseguinte, atraíam aparatos de controle da ordem e de cunho fiscal, como os quartéis e registros que também tinham como função alargar a fronteira. De acordo com Manoel Martins: “A criação das Tropas Auxiliares, foi o mais poderoso freyo, para se reprimirem as revoluções agitadas pelas qualidades referidas”.<sup>78</sup>

O termo fronteira, muito recorrente em Abreu, não alude a um espaço de contato e transformação. Muito menos traz à baila as dimensões étnico-sociais, tão bem apreciadas por Sérgio Buarque de Holanda. Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu refere-se ao termo fronteira simplesmente como uma linha divisória que decompõe um dado espaço físico. Seu trabalho é desprovido de uma

---

revisores, Luiz Carlos Pereira de Castro e o Dr. Henriques Leal. 2ª edição acrescida de apêndice de Sotero dos Reis, 2 vols, Lisboa, 1902.

<sup>77</sup> VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004, p. 189. “grifo nosso”.

<sup>78</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 53.

análise que contempla a fronteira como um espaço cuja variedade de ocupação pode propiciar a averiguação dos mais interessantes arranjos sociais. Dentre esses, a resistência e associação entre povos indígenas e os neobrasileiros.

A apresentação de uma *Tese da Fronteira no Brasil* em sua dimensão indígena só foi problematizada com Sérgio Buarque de Holanda. A partir de então, o estudo das fronteiras brasileiras adquiriu novas perspectivas.

## 1.6 Sérgio Buarque de Holanda e a Tese da Fronteira no Brasil

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*, obra que marca seu aparecimento como historiador. Em seu primeiro trabalho de grande fôlego, Holanda trata o processo de formação da sociedade brasileira dentro da já discutida perspectiva da “teoria genética”, ou seja, ele dá grande importância ao legado ibérico e às adaptações pelas quais passou a cultura portuguesa em solo brasílico.<sup>79</sup> Velhos valores são aplicados em uma nova terra. Os primeiros cinco capítulos de *Raízes do Brasil* tratam a expansão da fronteira européia sobre o continente americano e o seu papel na formação da sociedade brasileira, enquanto os capítulos seis e sete tratam das consequências dessa formação conformada com a contemporaneidade dos anos 30.<sup>80</sup>

A fim de demonstrar a incompatibilidade entre o mundo tradicional – legado ibérico – e o moderno, Holanda cunha o conceito de *ruralismo*, central em *Raízes do Brasil* e também revelador no que tange à adoção da teoria genética. Munido desse conceito, Holanda discorre sobre a estrutura da sociedade colonial, uma estrutura rural, controlada por senhores rurais e sua consequência no processo de modernização do Brasil.<sup>81</sup>

Enquanto nos trabalhos de Turner e Webb há um forte determinismo geográfico combinado com o rompimento radical do legado europeu, em *Raízes do Brasil* Holanda afirma que “o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi

---

<sup>79</sup> Em 1948 Holanda lança a segunda edição de *Raízes do Brasil*. Nela o autor traça uma grande revisão, sendo o principal alvo de suas autocríticas a abordagem genética como principal fator explicativo do surgimento da sociedade brasileira e o seu respectivo malogro no processo de modernização.

<sup>80</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1936.

<sup>81</sup> Sobre a comparação de *Raízes do Brasil* com as obras posteriores de Sérgio Buarque de Holanda ver: WEGNER, Robert. *O Brasil e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

*antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio*".<sup>82</sup> Ou seja, neste ponto seu trabalho difere muito dos dos autores norte-americanos, já que, em *Raízes do Brasil*, o fator humano detém maior importância do que o geográfico. Além disso, Holanda não rompe com a ideia do legado ibérico herdado pela sociedade brasileira, como haviam feito Turner e Webb ao negar as origens européias da sociedade americana. Contudo, é importante salientar que embora Holanda tenha aplicado uma leitura genética, de transposição de valores ibéricos para o Brasil, será justamente essa transposição a chave para a explicação da falência de nosso processo de modernização, não havendo, portanto, uma exaltação descomedida dos valores ibéricos.

Embora se possa dizer que é em "*Raízes do Brasil*" que Holanda primeiro aborda o tema da fronteira, – aliás, *Fronteiras da Europa* é o título de seu capítulo inicial – foi só nos trabalhos seguintes que ele melhor discutiu a experiência na fronteira e suas consequências para a formação da sociedade brasileira. Além disso, Holanda adota em seus novos textos uma explicação "situacional" em oposição àquela "genética" encontrada em *Raízes do Brasil*. Também se encontra uma nova tomada de consciência em que o "americanismo"<sup>83</sup> é evocado, visando a dar uma dinâmica própria ao continente americano.

Como não é nosso interesse discutir a produção de Sérgio Buarque de Holanda neste trabalho, mas sim a importância do conceito de fronteira em sua obra e o possível diálogo com os trabalhos de Turner e Webb, centraremos agora nossa análise no seu livro *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957. Tal salto se justifica pelo fato de que podemos entender esse livro como fruto dos trabalhos posteriores a *Raízes do Brasil*; *Monções* (1945), *Expansão paulista no século XVI e princípio do século XVII* (1948), *Índios e Mamelucos na expansão paulista* (1949), todos tratando o tema da fronteira.

Ainda se inscreve, entre as obras de Holanda que tratam da experiência na fronteira, *O extremo Oeste*, trabalho deixado inconcluso ainda nos anos 50 e que só apareceu postumamente em 86. O livro segue a mesma lógica dos anteriores, sendo dada grande importância ao trato com as fontes primárias e trazendo de forma

---

<sup>82</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., p. 55.

<sup>83</sup> Sobre a ideia de "americanismo" em Sérgio Buarque de Holanda, ver: *Considerações sobre o americanismo*. Cobra de vidro, São Paulo: Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. 1941.

surpreendentes investigações da cultura material e no campo das mentalidades. Também há nesta obra importantes observações sobre a tecnologia e estratégia militar de povos indígenas bem adaptados ao ambiente: os Guaicurú, exímios cavaleiros, aos quais Holanda compara os Comanche e Apache norte-americanos citados por Webb e os Paiaguá, consumados na construção e uso de canoas de casca de árvore como veículo de guerra.<sup>84</sup> De acordo com Holanda, esses indígenas ocuparam um importante papel no processo de devassamento do interior do “*nosso Oeste*”, forçando os adventícios a novos padrões de ocupação.

De maneira distinta do seu primeiro livro, em *Caminhos e Fronteiras* Holanda trata da adequação do povo ibérico às necessidades do novo continente. Segundo ele, a conquista do Oeste brasileiro só poderia ser efetivada mediante adaptação do europeu aos modos indígenas, devendo a caça, a pesca, a coleta, as técnicas de navegação e, sobretudo, à incorporação das armas indígenas. Mas, se o povo ibérico é forçado aos modos nativos, em um segundo momento dá-se a retomada dos valores europeus. Contudo, o resultado final da sociedade que se forma é, ao mesmo tempo, distinto daquele praticamente selvagem encontrado no princípio da experiência na fronteira e distinto do europeu com seus valores ibéricos. Surge uma cultura genuinamente brasileira, na qual o bandeirante paulista é a figura central. Nesse ponto reside a nova abordagem de Holanda, pela qual os valores ibéricos são transmutados, ou melhor, “americanizados”. Fica praticamente impossível não nos lembrarmos de Turner nesse momento. Essa aproximação e influência da tese turnerniana sobre os trabalhos de Holanda posteriores a *Raízes do Brasil* já foi apresentada por Robert Wegner, o qual sugere que “... a idéia de fronteira [e aqui Wegner se refere à tese de Turner] forneceu a Sérgio Buarque uma chave que lhe permitiu requalificar a dinâmica americana, agora numa chave positiva”.<sup>85</sup>

Partindo de uma vasta análise da cultura material e das técnicas indígenas, Holanda chega ao exame das mentalidades, campo em que o europeu sofre grandes transformações com a experiência na fronteira. Um ponto importante que deve ser salientado é a introdução da ideia do índio como elemento imprescindível ao sucesso da empresa colonial, rompendo com a historiografia de até então, a qual resumia a história

---

<sup>84</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, pp. 54-55.

<sup>85</sup> WEGNER, Robert. *Os Estados Unidos na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Cadernos de Sociologia e Política, Rio de Janeiro: V. 3, p. 13-25, 1997, p. 20.

indígena ao extermínio e subjugação.<sup>86</sup> Os colonos portugueses que se estabeleceram no planalto de Piratininga, segundo Holanda, tiveram como única forma de sobrevivência a incorporação dos modos indígenas, visto que o ambiente encontrado apresentava-se de forma hostil e diversa do europeu. O indígena também passava a ser um aliado imprescindível no processo de avanço da fronteira rumo ao Oeste brasileiro.

Se o europeu, em contato com o indígena, recebeu grande carga genética destes, no campo das mentalidades também não foi diferente. Vários hábitos indígenas foram incorporados à vida dos adventícios, fazendo com que o espaço fronteiro se apresente como um locus privilegiado para o intercambio cultural e biológico. De acordo com Holanda, os “*brasilíndios*” ou bandeirantes paulistas eram dotados da “... *consistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude*”.<sup>87</sup> Este trecho de Holanda, exaustivamente citado por inúmeros estudiosos, nos traz à lembrança as palavras de Webb sobre a experiência nas Grandes Planícies. Segundo Webb, “*As Grandes Planícies dobraram e moldaram a vida anglo-americana, destruíram tradições e influenciaram instituições na maneira mais singular*”.<sup>88</sup> Quanto a Turner, acreditamos ser desnecessária outra citação desse autor sobre essa ideia.

Embora a tese da fronteira turnerniana não possa ser totalmente aplicável em outras partes da América, sendo entendida por muitos como uma tese isolacionista, percebe-se que a ideia da dinâmica de adaptação dos modos da sociedade da fronteira sugerida antes por Turner foi utilizada nos trabalhos de Holanda, respeitando, é claro, as peculiaridades do caso brasileiro. Contudo, diferentemente da tese de Turner, no Brasil<sup>89</sup> não ocorreu uma total ruptura com os valores ibéricos. Por outro lado, esses valores foram transformados pela experiência na fronteira, possibilitando outra variante

---

<sup>86</sup> Alguns trabalhos já introduziam o índio como elemento fundamental no processo de formação da sociedade brasileira, como o clássico de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.- 47ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2003.

<sup>87</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 29.

<sup>88</sup> “*Great Plains have bent and molded Anglo-American life, have destroyed traditions, and have influenced institutions in a most singular manner*”. WEBB. Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959, p. 8, “tradução nossa”.

<sup>89</sup> Neste ponto falo de Brasil e não de América Portuguesa, pois, remeto-me ao *Lugar Social*, isto é, “*ao presentismo da narrativa do historiador [...] do lugar de onde fala o historiador e dos seus interesses implícitos no seu trabalho*”. Sobre essa discussão ver: CERTAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. .pp. 66-67.

da modernidade. Também a valorização do indígena como partícipe da história em Holanda distancia-se muito do papel deixado aos índios por Turner e Webb.

Se na tese de Turner houve a construção do mito do pioneiro e em Webb foi atribuída grande importância ao Texas Ranger, na obra de Holanda também foram forjados mitos, embora de maneira menos radical que na de seus predecessores. Em *Caminhos e Fronteiras* dá-se a desconstrução mitológica da figura de um bandeirante branco, carregado de traços europeus,<sup>90</sup> para então ser criado um novo bandeirante, munido de elementos indígenas. De acordo com Holanda, até a fase das monções, aquele que desbravava as fronteiras rumo a Oeste percorria vastos espaços a pé, valendo-se dos conhecimentos dos “*negros da terra*”. Mais do que isso, eram eles próprios fruto da miscigenação entre o europeu e o indígena, bem distintos dos bandeirantes impregnados de elementos europeus, tão recorrentes nos trabalhos de história da época. Holanda afirma que o que garantia o êxito das expedições no século XVII era o processo de mestiçagem biológica e cultural entre o indígena e o português, formando o mameluco paulista, também chamado por ele de “*raça especial*”. Segundo Holanda, os traços biológicos e culturais herdados dos indígenas eram carregados com orgulho pelos luso-brasileiros. Nas palavras do autor:

*Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do selvagem da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deve ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar.*<sup>91</sup>

Para Holanda, a ação bandeirante sofreu uma evolução com a introdução das cavalgadas ainda no início do século XVIII, quando o contato com comerciantes de gado do sul propiciaria o surgimento do tropeiro paulista. O século XVIII também marcou um período cujos caminhos navegáveis passaram a ser explorados com a introdução das jangadas indígenas feitas de casca de árvores. Trata-se do período das monções, e embora este seja uma extensão do bandeirantismo, o que dificulta traçar

---

<sup>90</sup> Sobre a construção do *Mito da sociedade Bandeirante*, ver, por exemplo: Affonso d’Escragno Taunay. *História: São Paulo nos primeiros anos*, São Paulo: Paz e Terra – Graal, 2003; *História Geral das Bandeiras paulistas: escripta a vista de avultada documentação inédita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portuguezes*. São Paulo: Tipografia Ideal; Imprensa Oficial, 1924-1950.

<sup>91</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 21.

uma linha divisória entre os dois momentos, de acordo com Holanda o movimento das monções gerou uma grande mudança no campo das mentalidades desses sertanistas. Ainda segundo Holanda, aquele paulista aventureiro, que percorria grandes distâncias ao modo indígena, evoluiu para uma espécie de “quase capitalista”, ordenado por um princípio racional de comércio.

Essa leitura da experiência da fronteira nas sucessivas obras posteriores à publicação de *Raízes do Brasil* também permitiu a Holanda a construção de uma teoria que se distancia daquela aplicada em seu primeiro livro, em que os valores ibéricos são rejeitados e vistos como nocivos à modernidade brasileira.

Embora Holanda também compreendesse os limites geográficos transpostos pelos desbravadores, em *Caminhos e fronteiras* a ênfase dada ao termo fronteira corresponde, sobretudo, aos limites culturais, sejam eles europeus (adventícios) ou aqueles encontrados em solo americano (indígenas). Esses valores, contudo, não são vistos como limites intransponíveis, pois houve grande capacidade dos colonos em ultrapassar seus limites culturais originais e congregar outros. Como já salientado, não podemos suprimir totalmente o aspecto linear da fronteira, principalmente quando tratamos de limites culturais, e *Caminhos e fronteiras* é inovador nessa perspectiva.

Como veremos, a flexibilidade, a capacidade de transmutação de valores culturais não foi uma qualidade exclusiva do europeu. Numa via de mão dupla, os indígenas da América Portuguesa conseguiram agregar, em muitos casos é certo, estratégias de sobrevivência advindas do “mundo civilizado”. Complexas redes de sociabilidades e rearranjos no sistema organizacional indígena marcaram o universo colonial e adentraram por todo o século XIX.

## **1.7 O Ritmo das Fronteiras**

As fronteiras no caso estadunidense e brasileiro obedecem a ritmos e contextos temporais distintos. Enquanto os EUA avançaram rumo a Oeste a partir da segunda década século XIX, tendo praticamente encerrado esse avanço ainda nesse século em um processo intenso, no caso brasileiro a dilatação dos espaços, “*começada mais de*

*duzentos anos antes*”,<sup>92</sup> – e só recebendo impulso a partir de fins do século XVII com o descobrimento das minas de ouro nos *Sertões de Cataguases* pelos paulistas –, foi um processo menos concentrado.

Na América Portuguesa ainda não havia ocorrido uma “evolução tecnológica” satisfatória para subjugar os perigos de um ambiente hostil, como aquela a que Webb atribui a vitória norte americana na experiência da fronteira. No entanto, como apontou Wegner, essas diferenças ocupam um papel secundário na obra de Holanda, pois “... *o que lhe é sugestivo é a dinâmica de formação do homem da fronteira*”.<sup>93</sup> A grande e necessária “evolução tecnológica” por que passaram os adventícios consiste na adoção dos modos indígenas, cujas armas e estratégias, por exemplo, detinham grande vantagem sobre aquelas conhecidas do povo ibérico. Nas palavras de Holanda, sendo a experiência da fronteira no caso brasileiro muito anterior à norte-americana,

*...se achariam os sertanistas de São Paulo ainda mais desamparados do que esses pioneiros das selvas e prados do hemisfério norte, se a comunicação ancestral e também a larga miscigenação com os índios da terra não os preparasse singularmente para tamanha empresa.*<sup>94</sup>

Quanto ao caso posterior norte-americano, Holanda afirma que,

*... dispondo aqueles anglo-saxões de armas muitíssimo mais perfeitas que os nossos arcabuzes e escopetas coloniais, nem sempre revelaram, por isso, manifesta superioridade sobre o mexicano ou até sobre o pelevermelha.*<sup>95</sup>

Ainda sobre os diferentes ritmos e obstáculos que o processo de avanço fronteiriço pode enfrentar, temos nas palavras de Ligia Osório, (ao comparar o processo de ocupação da fronteira do Brasil com a da Argentina) a ideia de que

---

<sup>92</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 54.

<sup>93</sup> WEGNER, Robert. *O Brasil e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

<sup>94</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. loc. cit.

<sup>95</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 53.

*No Brasil, o verdadeiro fator de retardamento do avanço do povoamento não foi o índio, (de caráter pouco agressivo e desarmado), mas sim a mata impermeável e fechada, e o avanço da fronteira ocorreu de modo linear e por núcleos, sem necessidade de uma “guerra de conquista” como a expedição de Roca.*<sup>96</sup>

- Tal asseveração merece uma análise cautelosa. Sendo assim, vamos por partes:
- a) concordamos que o indígena não tenha sido o verdadeiro fator de retardamento do avanço da fronteira, como quer Osório. Ele foi, muitas vezes, o grande aliado dos brancos e seus associados na conquista e manutenção de novas áreas, fato há muito salientado por Holanda. Não obstante, em diversos casos, grupos indígenas resistiram tenazmente à ocupação de seus territórios, o que nos leva a re-pensar a dinâmica da fronteira como um processo, ora de resistência, ora de associação. Contudo, devemos ter cuidado para não cairmos na visão equivocada da simples dicotomia *inimigo x aliado*, *Tupi x Tapuia*, tão recorrente na história tradicional.
  - b) considerando inúmeras fontes primárias, somos levados a discordar do “*caráter pouco agressivo e desarmado*” dos indígenas no Brasil. Como se verá adiante, esses indígenas possuíam não só armas muito eficazes para a época e bem adaptadas às condições do ambiente, mas também estratégias militares superiores às dos brancos no período focado neste estudo. As reclamações sobre ataques e resistência indígena foram diversas dentro do recorte contemplado nesta pesquisa.
  - c) com relação ao impedimento causado pela floresta tropical, ele foi, realmente, de grande importância, principalmente no que diz respeito aos altos índices de mortalidade causados por doenças tropicais que assolavam determinadas regiões.<sup>97</sup>
  - d) Osório também descarta a necessidade de uma “guerra de conquista”. Não se pode esquecer, entretanto, que em 1808 houve a declaração de uma “guerra justa” a que

---

<sup>96</sup> L. Waibel. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: IBGE, 1979, L. O. Silva & M. V. Secreto, ob. cit. p. 127. Apud. SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG: ABPHE, 2003. “grifo nosso”.

<sup>97</sup> Ainda hoje, pouca importância foi dada à investigação das doenças como fator de impedimento da ocupação da floresta tropical brasileira. Ver: CAMILO, Tiago de Araújo. *Entre febres e feras, o imigrante vai à floresta: a saúde e o meio ambiente na formação da colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900*. [dissertação de mestrado] Viçosa: UFV, 2006. O vale do alto São Mateus foi uma das regiões conhecidas pelos seus terríveis focos de malária. Tal fama colaborou para que suas áreas ficassem durante longo tempo livres do devassamento. Ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

muitos se referem como “guerra de extermínio”.<sup>98</sup> Resta analisar se esta foi verdadeiramente uma guerra de extermínio, ou melhor, se o extermínio era a intenção principal do governo. Ao que parece, a lógica central era a redução de diversos grupos indígenas, que por sua vez seriam de suma importância para a manutenção (defesa militar e produção agrícola) de postos avançados. Somente quando os índios resistiam às imposições dos brancos ocorria a “Guerra Justa”, sendo, portanto, pertinente relativizar a afirmação de Osório. Como veremos, por ocasião da declaração da “Guerra Justa”, surgiram novas estratégias voltadas à dominação dos povos indígenas.

Ainda na segunda metade do século XVIII, em Minas Gerais, Lobo da Silva passa a dar forte estímulo ao avanço da fronteira. Os anos 60 do século XVIII marcam o período em que mais se concedeu sesmarias até então já visto. Entre 1764 e 1768, o governador Luís Diogo Lobo da Silva concedeu 362, correspondendo a uma média anual de 90,5; José Luís de Meneses, seu sucessor, entre 1768 e 1773, concedeu 443, perfazendo uma média de 88,6 a cada ano.<sup>99</sup>

Temos como caso exemplar o de Inácio Correia Pamplona.

*Mestre de campo nas Minas Gerais, que de 1764 a 1766 andou chefiando, por ordem do governo, expedições para a segurança e povoamento do Campo Grande, rio das Abelhas e circunvizinhanças.*<sup>100</sup>

Entre 1766 e 1790, Pamplona mandou fazer outras seis entradas exploradoras às suas próprias custas<sup>101</sup> e foi tornando-se o maior latifundiário do Oeste de Minas Gerais.<sup>102</sup>

---

<sup>98</sup> Ver por exemplo: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>99</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 114; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, pp. 243, 244; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003, pp. 111 -112.

<sup>100</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. (Coleção reconquista do Brasil. 3. serie; v.6) Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 287.

Em 1771, Pamplona é nomeado pelo Conde de Valadares como Mestre de Campo Regente, o que vem reafirmar sua autoridade sobre uma região que já se estendia, pelo menos, desde 1765, época em que o governador Luís Diogo Lobo da Silva “o encarregou, mediante a concessão de algumas sesmarias de terras que escolhesse com os seus companheiros [...], para penetrar a região com ânimo e promover a sua civilização”.<sup>103</sup> Durante o que seria a primeira de suas expedições no Oeste de Minas, Pamplona se incumbiu de arrasar a nação dos índios Araxá e, nas entradas ulteriores, combater tenazmente os Caiapó.



Imagem 1 - Mappa da Comarca do Sabará. José Joaquim da Rocha (1778)

Em 1778, – contexto, portanto, em que o governo colonial já havia principiado o incentivo do avanço colonizador às áreas de fronteira antes sob políticas que restringiam seu devassamento –, José Joaquim da Rocha confeccionou o *Mappa da Comarca do Sabará*. Não se tratava apenas de um trabalho de cartógrafo. A imagem é composta por elementos que extrapolam a simples descrição de acidentes geográficos.

<sup>101</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. (Coleção reconquista do Brasil. 3. série; v.6) Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 287.

<sup>102</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, pp. 206, 207.

<sup>103</sup> APM, CC 519, planilha 30553. Apud. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003, p. 114.

Crisoston Tertio Vilas Bôas, em trabalho já mencionado neste texto, tece um elucidativo comentário sobre o Mapa de Rocha. Segundo Vilas Bôas:

*A imagem no mapa identifica os atores: um cartógrafo e um índio. O cartógrafo, com seu compasso, estabelece as medidas do reino, indica os acidentes e nomeia a terra. Vestido com suas roupas de reinol, sentado e circunspecto, seu olhos miram com atenção o seu gesto de assinalar no papel as terras do oeste. Diante dele, sorrateiramente um índio se lhe opõe de arco flexionado. Este se posta do lado oeste, e sua flecha é dirigida para um ponto enigmático entre o corpo e o papel de seu inimigo.<sup>104</sup>*

A dicotomia entre o universo civilizado e bárbaro foi presente no imaginário das autoridades da América Portuguesa, como evidenciado no mapa de Rocha.

Quase cem anos depois da criação do *Mappa da Comarca do Sabará*, nos Estados Unidos, J. Gast apresenta seu quadro intitulado *O espírito da fronteira/Progresso Americano*, de 1872.



Imagem 2 - The spirit of the frontier/ American Progress. Tela de J. Gast (1872).

Dividido ao meio pela figura de uma mulher que representa o progresso e a liberdade, neste quadro pode-se observar o Oeste sombrio, no qual índios e animais

<sup>104</sup> BÔAS, Crisoston Tertio Vilas. *A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia*. Revista de História. Ouro Preto, LPH. n.º. 5, 1995, p. 42.

selvagens cedem lugar aos novos avanços tecnológicos (o telégrafo, as ferrovias, a construção de cidades e a domesticação da natureza selvagem) e aos ideais democráticos (observe o livro indicando o novo conjunto de leis).

Se o discurso bipolarizado, onde a civilidade se opõe à barbárie, aproximam ambas as imagens, já a temporalidade expressa em cada uma revela um ritmo distinto do avanço da fronteira norte americana em relação ao ocorrido na América Portuguesa. Não obstante, pensar o avanço fronteiro de forma linear, em um movimento contínuo que se desloca do Leste rumo à Oeste, levado a cabo por destemidos homens de origem europeia, equivale, no mínimo, a uma reflexão simplista. Como veremos, nos espaços observados o processo foi multidirecional e a composição dos atores envolvidos se apresentou de forma mais complexa do que aquela proferida pela historiografia oficial.

## 1.8 Fronteira: Suas Múltiplas Dimensões

A partir da leitura de pesquisas a respeito de experiências históricas bastante diferentes, foi possível identificar uma série de conceitos que estruturam a análise da fronteira nas Américas:

a) *Pioneiro*: muito utilizada na tese turnerniana, a imagem do pioneiro remete basicamente ao colono que primeiro penetra nas terras livres a fim de se fixar e produzir. O pioneiro, então, seria não só uma espécie de desbravador, mas ocuparia territórios.<sup>105</sup> Deste modo, o colono difere do pioneiro por não ser necessariamente apenas um desbravador. O termo colono também é comumente aplicado a situações contemporâneas.

b) *Terras livres*: também apresentado como “*terras novas*” ou “*terras virgens*”, este termo pode remeter à idéia de existência de espaços livres de ação humana. Contudo, esse cenário, tão recorrente nas obras que versam sobre o tema fronteiro, está muito distante do real. Guiadas muitas vezes por pretensões etnocêntricas ou pressupostos ideológicos, as abordagens tradicionais com frequência desconsideram a ação do

<sup>105</sup> Ver: TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996; REBORATTI, Carlos E. . *Fronteras agrarias en América Latina*. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos de publicados sobre geografía y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografía Humana. N° 87, mayo de 1990). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-26.htm>> Acessado em: 12 de junho de 2008. passim.

indígena dentro desses espaços. O termo “*terra livre*” é recorrente na obra de Turner. Como observado, este termo ocupa papel central dentro do discurso turnerniano e na própria idéia do que é a fronteira para esse autor.

Numa crítica a essa ideia de “terra livre”, Warren Dean pondera:

*É surpreendente que a realidade de um Novo Mundo densamente povoado, castigado por doenças subitamente introduzidas, foi negada não só por aqueles que a testemunharam, mas também por todos os seus descendentes, por mais de quatrocentos anos, em interminável cadeia de cumplicidade que permitiu aos neo-europeus arrogarem-se herdeiros de uma terra vazia, uma “fronteira” ilimitada.<sup>106</sup>*

Contudo, como já ponderamos sobre o trabalho de Abreu, pode-se incorrer num erro, numa visão simplista ao pensarmos que se trata de um deslize ou falta de atenção por parte de alguns dos autores que simplesmente parecem desconsiderar a intervenção indígena no espaço de fronteira. Por outro lado, muitas vezes trata-se mais de uma construção ideológica, visto que geralmente o termo “terra livre”<sup>107</sup> pode ser empregado como ideia de uma área livre de atividades econômicas voltadas ao interesse de um governo constituído ou em fase de implantação.<sup>108</sup>

c) *Sertão*: o termo sertão frequentemente confunde-se com “fronteira”; esse último é empregado para delimitar áreas potencialmente ocupáveis por um esforço colonizador.<sup>109</sup> A expressão também foi utilizada para designar espaços pouco conhecidos, como as “terras novas” e “desabitadas” já mencionadas. Contudo, o sertão

<sup>106</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 80.

<sup>107</sup> Referindo-se especificamente à construção e aplicação do termo “terra livre” no Brasil, há um trabalho de Dora Shellard Corrêa. Nele a historiadora analisa de forma crítica a trajetória de construção desse termo no Brasil, bem como chama a atenção para a extrema necessidade de se “inserir” os indígenas nesses espaços como sujeitos ativos do processo histórico. Segundo ela, “*Recuperar as populações indígenas na história significa discutir o processo de invasão e ocupação do território brasileiro e do estabelecimento de suas fronteiras*”. CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006, pp. 4-7.

<sup>108</sup> “*A crítica a essa construção da imagem de terras desertas no Brasil não é novidade, porém, deixou de ser acompanhada pela reconstrução do cenário. Continua-se a separar a descrição das sociedades indígenas do espaço por elas ocupado e da paisagem constituída. Consolidou-se a imagem de que havia e ainda existem áreas naturais em território hoje brasileiro. Essas representações falsas, parciais da paisagem colonial e do sertão tanto nos convencem que a reproduzimos até hoje. Ignoramos os passos iniciados por Sérgio Buarque de Holanda, o qual, desde a edição de Monções (1945), apresenta um cenário diverso, uma outra visão da fronteira*”. CORRÊA, Dora Shellard. loc.cit.

<sup>109</sup> Ver: REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrárias em América Latina. *Geo Critica*, Cuadernos Críticos de Geografía Humana, n° 87, mayo de 1990.

pode ser pensado, como vimos, como o espaço que fica **além da fronteira**. Para Hilda Pívaro, *Do ponto de vista de teoria econômica, o sertão além da fronteira, o reino da barbárie, é uma área de terras livres em constante recessão*.<sup>110</sup> Se em algumas análises a ideia de fronteira – sobretudo aquela desenhada por Turner e muito ecoada por autores que o professaram – remete a um ambiente de renovação, bonança, esperança e vida, a ideia de sertão sugeria o espaço da morte, repleto de animais peçonhentos, índios selvagens e florestas lúgubres.<sup>111</sup> Repleto de imagens antagônicas, o sertão configurou-se como o espaço do ilegal, da ausência de autoridade.<sup>112</sup> Em função dessa dificuldade de se compreender a sua área, a aplicabilidade da lei nos seus domínios geralmente se apresentava de forma complexa, e, como se verá, ela não foi completamente ausente.

Essa explanação apresentada no presente capítulo se faz pertinente, visto que os termos acima apresentados são recorrentes neste trabalho, vinculando sua utilização em repetidos momentos no texto.

---

<sup>110</sup> STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

<sup>111</sup> ARAÚJO, Emanuel. “*Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo*”. IN: PRIORE, M. L. M. (Org.) *Revisão do Paraíso - Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. 1. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2000. *passim*.

<sup>112</sup> Ver: VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004; ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005.

## 2 POVOS INDÍGENAS DO VALE DO RIO DOCE E ZONA DA MATA

### 2.1 Os Indígenas do Vale do Rio Doce

O nome Botocudo, atribuído pelos portugueses em função de esses indígenas usarem botoques labiais e auriculares, generalizou-se, passando a designar vários grupos indígenas do tronco Macro-Jê que eram bravios e relutantes à associação com os brancos.<sup>113</sup> Os relatos da época deixam transparecer o imenso preconceito e o etnocentrismo frente a esses indígenas. De acordo com um relatório de 1826, “*A mocidade Botecuda, facilm.<sup>te</sup> abandona este ridículo ornam.<sup>to</sup>, os velhos o não podem por perderem a saliva pela brecha enorme q’. deixa o Imató*”.<sup>114</sup>

Para o riobranquense Oiliam José, os Gacnun, Machali, Maconi, Malali, Nacnuque, Pojicha e os Quejaurin representavam o grupo Botocudo nas florestas dos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. “... *esses agrupamentos abrangeriam, ainda, como subdivisões, os indígenas Aranãs, Catolés, Creniques, Giporoques, Honarés ou Norettes, Pataxós, puruntuns ou Peruntins (sic), entre tantos outros*”.<sup>115</sup>

Os indígenas reconhecidos como Botocudo, por sua ferocidade e relutância ao processo de aldeamento, tornaram-se um sério empecilho ao avanço da colonização do Vale do Rio Doce, obstruindo o avanço tanto daqueles que partiam de Minas Gerais, quanto dos que tentavam incursões saindo do Espírito Santo ou do litoral fluminense. Pelo menos até a chegada da “ação civilizadora” empreendida por Guido Thomas Marlière,<sup>116</sup> o mais eficiente entre os agentes de fronteira, os Botocudo eram avessos ao contato com os brancos. Situação abrandada com o trabalho de Marlière, mas não resolvida. Os Botocudo mostraram-se resistentes ao contato com os brancos até as

<sup>113</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 77; LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 2. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>> Acessado em: 20/03/2009.

<sup>114</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 87.

<sup>115</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 15-16. Aqui foi mantida a forma escrita pelo autor citado; Sobre as especificidades linguísticas e culturais dos Botocudo, ver: MATTOS, Izabel Missaglia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

<sup>116</sup> Diretor-Geral dos Índios de Minas Gerais, Marlière foi o responsável pelo controle dos aldeamentos na Mata mineira. Nas RAPM de números X, XI e XII encontra-se um vasto volume de sua correspondência e demais relatos sobre seu trabalho.

primeiras décadas do século XX, como nos demonstrou o engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht, ao relatar o conflito entre colonos e o “*gentio*” – provavelmente Botocudo dada a sua recorrência na região – na zona do Rio Mucuri no primeiro decênio do referido século. Segundo ele, subjugar esses índios por meio de ações militares era tarefa muito penosa. Sendo assim, a atuação de “*línguas*”<sup>117</sup> seria para intermediar de forma pacífica o contato entre colonos e índios.<sup>118</sup>

Neste contexto o governo passou a tomar medidas para que fosse criado um ambiente menos hostil aos colonos e, ao mesmo tempo, empregou meios para reduzir os Botocudo aos trabalhos. Estes passaram a atuar nas fazendas, na coleta de poaia<sup>119</sup> e, sobretudo, na navegação dos rios. Viviam em pequenos grupos nômades, e em função disto não eram recorrentes os aldeamentos envolvendo um número expressivo destes índios. Marlière, em 20 de janeiro de 1828, relatava a dificuldade imposta pelo caráter nômade dos Botocudo ao apresentar um mapa estatístico dos aldeamentos sob seu controle:

*Para que o meu Mappa podesse servir efficazmente a Estatística da Província seria necessário dar hum numero approximativo dos Botocudos que afluão às Aldeãs formadas desde 1823, mais he trabalho este mais difficil do que contar os habitantes de hum formigueiro, emquanto pelo decurso do tempo, e a fixidade delles mais determinada, não poder alcançar por via dos sub-Directores, e de Instruçoens que em*

---

<sup>117</sup> O *língua* ou *intermediário cultural* era a “ponte” que ligava os adventícios aos índios. Eram geralmente índios ou mestiços. Para John Manoel Monteiro, a utilização de intermediários culturais ocupou papel decisivo no que tange ao êxito dos paulistas na ação de captura de índios. Estes intermediários, segundo Monteiro, eram muitas vezes “principais” das aldeias aliadas. Ver: MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 62-3. Contudo, embora pudessem causar menos estranheza e medo por parte dos índios abordados, muitos desses indivíduos estavam condenados a vagar entre dois mundos. Em um momento, gerando desconfianças entre os “brancos”, em outro, entre os índios ainda não aliados.

<sup>118</sup> O observador Guilherme Giesbrecht, após ter descartado a ação marcial como meio de se ocupar a região do Rio Mucuri, trouxe como possível alternativa a intervenção do governo. Sugerindo garantias mínimas aos índios, aponta: “*Cabe aqui a ação do governo de intervir, garantindo-lhes a subsistência [...] marcando-lhes uma linha divisória, um rio por exemplo (aqui, a margem esquerda do Rio Mucury), garantindo-lhes por leis especiais a não invasão pelos colonos*”. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XIII, 1908, v. 1, p. 134.

<sup>119</sup> Uma droga do sertão largamente utilizada pela medicina da época. Também conhecida como *ipecacuanha*, trata-se de um emético, muito explorado nos sertões que intermediavam Minas e Espírito Santo e Norte fluminense. De acordo com o Grande dicionário da língua portuguesa, de Antônio Moraes Silva: Poaia – s. f. Bot. Designação brasileira atribuída a várias plantas, em grande parte também designadas pelo nome de *ipecacuanha*; são eméticas e rubiáceas.

*consequência lhes dirigir o resultado desejado, o qual Communicarei á V. Ex.<sup>ca</sup> logo que possível for.*<sup>120</sup>

Descritos como “bestas selvagens”, ávidos por carne humana, os chamados Botocudo representaram os indígenas mais hostis do Vale do Rio Doce, área localizada entre Minas Gerais e o Espírito Santo, causando muitas perdas de vidas e fazendas, principalmente nessa última capitania, onde os ataques se multiplicaram desde meados do século XVIII. Como assinalou Hal Langfur, o nome Botocudo não foi utilizado apenas para fazer referência a mais um grupo indígena que resistiu a se submeter à subjugação portuguesa. O termo “*Botocudo, em outras palavras, era sinônimo de inimigo*”.<sup>121</sup>

A fim de se evitar uma interpretação enviesada e reducionista sobre os Botocudo, faz-se necessária a contemplação de algumas questões sobre eles.<sup>122</sup> Em primeiro, seriam estes antropófagos? E ainda, quais seriam os motivos dos recorrentes ataques ao Espírito Santo no século XVIII? Vejamos o seguinte:

a) se para os Tupi do litoral existem fontes convincentes da prática antropofágica, o mesmo não pode ser dito para os indígenas do grupo Jê, entre os quais se encontravam os Botocudo. Ora, mesmo que presente nos relatos dos viajantes, tal prática não foi observada “em primeira mão”. Entretanto, o que parece mais provável é que, com esse discurso justificavam-se as ações ofensivas contra os índios que relutavam em se associar aos colonos.<sup>123</sup> Embora a questão econômica em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII fosse uma tônica, certamente a ocupação de territórios férteis

<sup>120</sup> Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s.

<sup>121</sup> LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, pp. 2, 3. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>> Acessado em: 20/03/2009. Ver também do mesmo autor o capítulo: *Cannibalism and Other “Abominable Scenes”: Frontier Violence as Cultural Exchange*. In: *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, p. 227 et seq.

<sup>122</sup> Sobre as imagens retratadas sobre os Botocudo “*com o respaldo da ciência*” nos Oitocentos, e a “*ideia paradoxal da possibilidade de uma conversão os indígenas*” alcançados pelo trabalho missionário na região do Rio Doce e Mucuri, ver: MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

<sup>123</sup> BIEBER, Judy. *Soldados-Etnógrafos, Viajantes e Canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais oitocentista*. Departamento de Historia da Universidade do Novo México. Conferência realizada na FAFICH-UFMG, no dia 24 de maio de 2007.

por populações indígenas ameaçou real ou imaginariamente as bases da colonização, o que, por sua vez, serviu como uma oportuna justificativa para a situação de penúria da capitania, resultando em inúmeras referências aos indígenas como *barreira natural*. Torna-se muito comum na fala das autoridades e nas cartas pedindo providências ao governo metropolitano, o discurso sobre as possíveis formas de controle e as tentativas de desenvolvimento para Minas.

Para Langfur,

*A política para as terras proibidas limitou o processo de interesse no controle social e econômico, tentando estruturar a geografia da colônia, rigidamente concebida ao longo dos parâmetros raciais. Durante a segunda metade do século dezoito, autoridades de Minas resolvem desafiar estas restrições numa procura inquieta de novas fontes de riqueza, revigorando padrões expansionistas profundamente arraigados e reformulando a visão da Coroa de um **cordão sanitário** costal.*<sup>124</sup>

b) quanto às investidas dos índios Botocudo à capitania do Espírito Santo, estas devem ser entendidas dentro de um conjunto de movimentos migratórios de índios que, pressionados por ondas de povoamento do interior mineiro, buscaram novas áreas e, por sua vez, entraram em choque com instalações e povoamentos que surgiam em sentido contrário.

A grande pressão sobre os Botocudo foi justificada pela visão de que eram “*incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação.*” Soma-se ainda, a necessidade de “levar a paz” à região, condição extremamente necessária para que o “desenvolvimento” e “progresso” ali fossem alcançados.<sup>125</sup> Ora, não devemos nos esquecer que, a partir da segunda metade do século XVIII, sucedeu um grande esforço por parte das elites e do aparato estatal no sentido de “*civilizar e enraizar as*

<sup>124</sup> LANGFUR, HAL. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. pp. 227, 228. “*The forbidden lands policy had constrained the process in the interest of social and economic control, attempting to structure the colony's geography along rigidly conceived racial lines. During the second half of the eighteenth century, seeking unsettled and new sources of wealth, Minas settles and officials challenge these constraints, reinvigorated deeply ingrained expansionist patterns, and reshaped the Crown's vision of a coastal cordon sanitaire.*” “tradução nossa”. Essa questão será oportunamente tratada mais adiante neste trabalho.

<sup>125</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 83.

*populações, de forma a comprometê-las objetivamente com um projeto de ordem e estabilidade*". Todo o discurso das elites estava pautado numa diferenciação de espaço, numa oposição entre áreas civilizadas e espaços onde reinava a barbárie. Esta última identificada com o sertão.<sup>126</sup> Se, por um lado, o imaginário português acerca dos Botocudo era povoado pelas formas mais grotescas e bárbaras, por outro – e é bem provável –, os indígenas não achavam os colonos menos bárbaros. Diversos são os relatos de extrema violência sofrida pelos índios. Dessa forma, poderiam os indígenas estar respondendo com a “mesma moeda” a violência a que eram expostos. A correspondência de Marlière é repleta de reclamações contra os abusos sofridos pelos índios, chegando a dizer que sua obra civilizadora precisava às vezes ser mais voltada para os brancos do que para os índios. Se considerarmos que a guerra indígena foi desde tempos pré-cabralinos movida na maioria das vezes pela vingança, podemos inferir que alguns gestos brutais como a decapitação ou o costume de se levar as orelhas dos vencidos em combate – gestos que sem dúvida viriam contribuir para a afirmação da idéia de antropofagismo – foram uma espécie de reação contra um tipo de violência que os indígenas vinham sofrendo.<sup>127</sup> Existem relatos sobre bandeiras movidas contra o “gentio” em que consta a prática de levar as orelhas dos índios abatidos como forma de contabilização dos mesmos. Nestes casos, o pagamento do expedicionário era proporcional ao número de índios mortos.<sup>128</sup>

## 2.2 Indígenas da Zona da Mata

Dos diversos povos que habitavam a região intermediária a Minas Gerais e Rio de Janeiro, os Coroados foram os mais observados e descritos pelos viajantes. Tal fato é justificado pela menor resistência destes indígenas ao processo de aldeamentos e,

---

<sup>126</sup> VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004. pp. 189-190.

<sup>127</sup> BIEBER, Judy. *Soldados-Etnógrafos, Viajantes e Canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais oitocentista*. Departamento de História da Universidade do Novo México.

<sup>128</sup> Ver, por exemplo, o caso da expedição punitiva aos índios: mesmo depois de expirada a declaração de guerra aos Botocudo, regressou o comandante militar do distrito de São Mateus (ES), após 1838, com trezentas orelhas dos indígenas vencidos. Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.173.

também, por terem sido estes os que primeiro se associaram aos brancos na região dos Campos dos Goitacases. Isso ocorrendo ainda no início do século XVII, e depois no Arraial do Presídio,<sup>129</sup> já na segunda metade do XVIII, local muito visitado por diversos viajantes europeus, sobretudo após o trabalho de catequese do Pe. Manoel de Jesus Maria e da “ação civilizadora” de Guido Thomas Marlière.

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em contato com os Coroado, descreveu algumas das atividades desses indígenas. Nas suas palavras:

*Fazem, com muita arte, arcos e flechas; sabem tirar estopa dos ramos tenros da ceceopia [embaúba], e com ela fabricam redes e um tecido cruzado bastante forte, porém grosseiro, de que fazem calções que apenas descem até os joelhos: a isso se limita toda a sua indústria. As choças não são mais que uma espécie de latada muito mal construída, alta de cerca de quatro pés, e coberta de folhas de palmeira.*<sup>130</sup>

Oiliam José ainda nos diz que os Coroado usavam machados de pedra – provavelmente não com finalidade bélica – maiores que os utilizados pelos Puri. Segundo o autor, os Coroado, ao serem aldeados conheceram uma agricultura rudimentar, contudo acabaram por centrar suas atividades na coleta e no comércio da *poaia*.<sup>131</sup>

Georg Wilhelm Freyreiss, outro viajante europeu, observou pouca diferença entre os indígenas brasileiros. Segundo ele, distinguem algumas tribos antropófagas pelo uso de pedaços de madeiras no lábio inferior e nas orelhas, referindo-se aos Botocudo. O relato do viajante é revelador no que diz respeito a tamanha generalização feita pelos europeus ao descreverem os índios. De acordo com Freyreiss, os indígenas são de estatura geralmente média, cor pardo-amarelada, cabelos lisos e pretos e o olho um pouco oblíquo, também pardo escuro. “*As formas de seu corpo não são graciosas porque o ventre é geralmente saliente, a cabeça grande e as pernas magras*”. Também são desprovidos de pelos “... *na cara, nos genitais e nos sovacos*”, o índio ainda bravo

<sup>129</sup> Hoje Visconde do Rio Branco.

<sup>130</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 32.

<sup>131</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 23.

anda “... *completamente nu*”, afirma referindo-se aos indígenas não reduzidos, ou não “associados” aos colonizadores e comerciantes.

Entre algumas tribos, os homens “*costumavam amarrar o prepúcio por fora da glândula, alegando que isso impede a entrada dos insetos*”. Já as mulheres, salvo em raras exceções, nunca têm mais de quatro filhos e, logo após nascida uma criança indígena, a mãe se dirige para a água próxima, geralmente um rio, onde procede à necessária lavagem corporal. Várias testemunhas confirmaram, de acordo com Freyreiss, que o pai “*se finge de doente*”, permanecendo vários dias deitado na rede.<sup>132</sup>

A mulher indígena se ocupava com todos os trabalhos domésticos. A ela cabia transportar a caça abatida pelo homem e coletar as raízes e os frutos, enquanto o homem levava o arco e as flechas. Ainda era encargo da mulher buscar a lenha e água.

Uma aldeia indígena visitada por Freyreiss nas proximidades de São João Batista (provavelmente de nação Coroado) se compunha de “*três ou quatro cabanas baixas, de*

---

<sup>132</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 84.

Não devemos empregar a descrição de Freyreiss a todos os índios brasileiros. É bem provável que os indígenas observados pelo viajante se restringiam aos aldeados ou àqueles que viviam próximos aos aldeamentos das regiões das minas, área frequentemente visitada pelos naturalistas do século XIX. Warren Dean, ao tratar da adoção do escravo africano em detrimento do “braço indígena”, parece ter cometido certo descuido. Embora Dean tenha atribuído a grande depopulação das sociedades indígenas ao choque microbiano, – fato já há muito assinalado pela historiografia corrente –, o que gerou a redução da mão-de-obra disponível para atender a demanda dos engenhos, o historiador americano incorre em uma visão preconceituosa, e há muito superada, na qual os indígenas não foram preferidos para o trabalho por serem indolentes. Nas suas palavras, os índios “...*recusavam-se a trabalhar e fugiam facilmente para a floresta [...] Por isso eram trabalhadores insatisfatórios e de baixo valor comercial*”. Dean poderia ter se privado desse equívoco uma vez que, ao longo de seu texto, percebe-se que tinha consciência de alguns arranjos no interior da sociedade tribal que colaboraram para dificultar a sujeição do indígena. Além do temor provocado pela ocorrência de epidemias, a divisão sexual do trabalho entre os índios com certeza gerava dificuldade aos adventícios no que tange à sua sujeição. Essa divisão das atividades entre homens e mulheres indígenas foi verificada por Dean. Segundo ele, a prática da lavoura era de responsabilidade das mulheres, e não dos homens, mais propensos às atividades bélicas. Em outra passagem o autor afirma que os indígenas podem ter sido persuadidos a romper a divisão sexual do trabalho ao se sujeitarem às plantações, contudo “*o trabalho doméstico da fazenda continuava a ser realizado pelas mulheres e crianças*”. Ainda para Pedro Puntoni, “...*o processo de substituição do indígena pelo o africano nas fábricas e plantações no Nordeste brasileiro, no primeiro quartel do século XVII, deve ter suas razões buscadas não apenas na dinâmica do capital mercantil ou populacional, mas também na política de povoamento e alianças militares levada a termo pela metrópole*”. Ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 75, 77, 105; PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002, p. 50, 51. Sobre a transição do trabalho compulsório indígena para o africano em Minas Gerais, ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext)> Acessado em: 23/02/2007.

*palha*". O acesso à aldeia se dava por "... *um trilho estreito...*", e uma estava afastada das outras por horas de viagem.

As cabanas de palha dos indígenas aldeados eram construídas na maioria das vezes da mesma maneira: "... *uma vara alta firmada no chão forma o centro e da parte superior dela partiam outras varas sobre as quais amarrava-se a palha formando assim um cone. Os arcos, as flechas e alguns potes de barro constituíam toda a mobília*".

Os remédios utilizados pelos indígenas eram buscados no reino vegetal. Embora tivessem grande eficácia contra uma série de doenças, tais remédios eram ineficazes contra as epidemias introduzidas pelos adventícios e, sobretudo, contra a varíola, responsável pela morte de um imenso contingente de índios.

Ainda existia entre os índios a "... *idéia de respeito de imortalidade da alma...*", pois eles depositavam as armas no tumulo de seus mortos para "... *como dizem: usar lá em cima*". Em seu ritual fúnebre, os Coroado, após quebrarem todos os ossos do cadáver, colocam-no nos recipientes usados para o preparo de sua bebida de milho fermentado – o *verú*. O chefe de família é enterrado, por ordinário, no centro da cabana em que vivia e em seguida os demais abandonam o local. Os índios casualmente voltam ao local onde estão enterrados os seus mortos e "... *testemunham a sua lembrança deles por altos gritos e lamentos*".

O *verú*, bebida fabricada pelos indígenas do grupo Coroado era obtido por meio de um processo que chamou a atenção dos viajantes. Segundo o relato de Freyreiss:

*As mulheres assentam-se em círculo e mastigam com grande presteza o milho que depois de bem triturado é cuspidos dentro de um pote grande em pé no meio delas. Durante um a dois dias continua essa mastigação até que a quantidade suficiente esteja preparada. Neste milho mastigado e misturado com saliva, põem ainda água e deixam tudo fermentar, depois do que decantam o líquido que se parece com cerveja fraca e começa a festança.*<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 102. Ver também: REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 74.

Embora os registros oficiais<sup>134</sup> nos mostrem um número bem equilibrado entre homens e mulheres, a prática da poligamia foi recorrente entre a maioria dos povos indígenas. Tais registros fazem referência a índios destribalizados e, portanto, deve ser levado em conta o esforço empreendido pelos “civilizadores”, sobretudo pelos religiosos, como o padre Manoel de Jesus Maria e seus sucessores, no combate à poligamia.

Manoel Martins do Couto Reys, na segunda metade do século XVIII, falou da possível antropofagia ente os indígenas Coroado e Puri na região dos Campos dos Goitacases. Segundo o oficial:

*O inexplicável odio, que os Coroados conservão aos seus inimigos não se satisfaz só em lhes dar a morte; ainda s convidam a assar aquelles deffuntos que podem alcançar para lhes comerem algumas partes das pernas, e braços, como em dispique da sua opozição. Os Poriz constame terem a mesma barbaridade por costume ordinario, sem precedencia de ira.*<sup>135</sup>

O ritual pode ter se perpetuado século XIX adentro, quando nas primeiras décadas Freyreiss descreveu um ritual bem peculiar praticado pelos Coroado. Em suas palavras:

*quando matam algum inimigo, de ordinário um Purí, levam consigo para a cabana um braço do cadáver, como uma espécie de troféu da vitória. Chegados em casa arranjam uma festa na qual se regalam com a bebida predileta que fabricam fermentando o milho e que é servida em grandes potes de barro, cujo fundo pontudo está enterrado no chão. Neste pote colocam o braço do inimigo morto e cada um, por sua vez, tira-o de vez em quando do pote para chupar a extremidade cortada.*<sup>136</sup>

<sup>134</sup> Ver: *População do Bispado de Mariana (1814)*, ANRJ, cód. 808, livro 1, fl. 129 et-seq, cópia no AHCMM; *População da freguesia de São João Batista do Presídio (1819)*, AHCMM, cód. 398.

<sup>135</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 76.

<sup>136</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 92.

Os conflitos intertribais envolvendo vários grupos indígenas eram movidos principalmente pela vingança<sup>137</sup>, uma vez que os índios eram desprovidos da ideia de propriedade. Geralmente viviam da caça, pesca e coleta, não se preocupavam em acumular nenhum excedente. Contudo, os “*européus tinham suas próprias razões para participar na guerra interaldeias e até para estimulá-las como meio e expulsar seus rivais – portugueses ou franceses – da costa e para aumentar a safra de escravos*”.<sup>138</sup>

O complexo guerreiro era fundamental para a manutenção da memória dos grupos indígenas. Os índios mais velhos constantemente lembravam os membros de seu grupo dos feitos de seus valentes guerreiros predecessores.<sup>139</sup>

Embora em muitos relatos os índios tenham sido descritos como portadores de “*repugnante sujeira*”, como apontou Saint-Hilaire em sua descrição preconceituosa,<sup>140</sup> o asseio do corpo dos indígenas era superior ao dos portugueses aqui chegados em 1500.<sup>141</sup> Prova disto foram os diversos pedidos de Marlière para se fazer os aldeamentos indígenas próximos aos cursos d’água, o que, segundo o próprio Marlière, faria com que os trabalhos de “civilização” alcançassem maiores resultados. Não obstante, se os indígenas estavam mais afeitos à vida no interior dos matos e próximos aos rios, não podemos descartar o fato de que a lógica dos aldeamentos promovidos por Marlière esteve, sobretudo, relacionada com a prática da agricultura em que os índios estavam submetidos.

<sup>137</sup> Ver: Correspondência de Guido Thomaz Marlière, RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

<sup>138</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 66. Ao analisar a sociedade Tupi, Warren Dean afirmou que estes índios “*Reconheciam graus variáveis de relação e obrigação, dos quais o mais íntimo era o selado pelo casamento intergrupal*”. Para Dean, os primeiros europeus “*não conseguiram, ou evitaram compreender*” que a lógica da permuta no seio da sociedade indígena correspondia, sobretudo a “*um sinal material de aliança*”, não sendo, portanto, uma mera forma de comércio. Contudo, podemos inferir que os padres e, sobretudo o governo colonial do século XVIII não foram tão desatentos, percebendo logo que, com o fim da poligamia entre os indígenas, estes estariam enfraquecidos, uma vez que os laços de parentesco, fundamentais no processo de alianças seriam cerceados. Dean também parece ter desconsiderado o processo de formação da sociedade paulista, em que a mestiçagem ocupou importante lugar no quadro das relações entre europeus e indígenas. Ver também: HOLANDA, Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>139</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 26-28.

<sup>140</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 30.

<sup>141</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.- 47ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2003, p181.

Aliados aos Coroados, estavam os indígenas do grupo Coropó. Estes, segundo Oíliam José, “... possuíam físico avantajado e usavam machados de pedra maiores que os seus vizinhos purís (sic)”. As informações sobre os indígenas Coropó parecem confundir-se com aquelas sobre os Coroados. Ao que parece, estes índios associaram-se rapidamente aos brancos, como feito pelos Coroados, oferecendo menor resistência que os Puri e Botocudo.

Ao tratar a itinerância dos grupos indígenas, Warren Dean verificou que “enquanto os portugueses mantiveram a política de isolamento da região do ouro a fim de diminuir o contrabando, a selva a leste, rumo ao litoral, permaneceu um porto seguro”. Neste contexto, os índios Goitacá expulsos da região de Campos “derrotaram e absorveram os Coropó, ampliando o seu poderio contra outros grupos invasores”.<sup>142</sup>

Para o historiador riobranquense, os Puri faziam parte dos indígenas pacíficos da região de mata intermediária às capitanias/províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. “Só se defendiam pela Guerra, e muito mal, quando atacados de surpresa ou impedidos de fugir”.<sup>143</sup> Neste ponto algumas impressões de Oíliam José parecem se contrapor com as do viajante Freyreiss. Em primeiro lugar, de acordo com as observações deste, os Puri não eram vistos pelos brancos como indígenas pacíficos, provocando temor entre os fazendeiros da mata mineira. Segundo Freyreiss, apesar da aparente maneira inofensiva dos índios Puri em relação aos fazendeiros, os portugueses os temiam. Um morador de Santana dos Ferros confessa que “... ele nunca caçava no outro lado do rio”, lugar onde se encontravam vagando os indígenas da tribo dos Puri e, mesmo o diretor dos índios tendo “... amansado 500 Purís (sic) e os domiciliados em lugares determinados”, os moradores de Santana ainda evitavam o contato com os índios. Como solução para esse quadro, o comandante (?) propôs que “se devia levar-lhes a

<sup>142</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 121. De acordo com Oíliam José, os Puri deslocaram-se do litoral fugindo de seus inimigos naturais, dos primeiros colonizadores e das entradas que inclusive praticavam o apresamento indígena. Ainda na segunda metade do século XVII, já há relatos de sua escravização por armações paulistas. John Manuel Monteiro cita um documento em que “o capitão Antonio Raposo Barreto, de Taubaté, escrevendo a um correspondente comercial no Rio de Janeiro, em 1680, expressa o receio de perder os quarenta escravos (possivelmente Puri) que seu filho tinha trazido da Serra da Mantiqueira, já que estes sofriram de um surto de gripe. Ver: JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. pp. 23-24; Antônio Raposo Barreto a Pedro João Malio, s. d., no inventário de Antônio Raposo Barreto, Taubaté, 1684, Museu de Taubaté, Inventários, cx. 1, doc. 10. Apud. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 85.

<sup>143</sup> JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. pp. 23-4.

*varíola para acabar com eles [os índios] de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível para essa gente*". Em segundo lugar, afirmava Freyreiss "... *que os Purís são sempre os mais fortes do que os Coroados [...] e o arco de um Puri, nenhum Coroado pode armar*". Assim foi narrado o quanto um Puri era mais forte que um Coroado. A possível superioridade dos Coroado sobre os Puri, descrita por Oíliam José, parece verdadeira somente se considerarmos a superioridade numérica daqueles em relação a estes, e não as condições físicas e materiais de ambos os grupos. O próprio Freyreiss diz que os Coroado eram considerados mais poderosos que os Puri, uma vez que, no caso dos primeiros, somados às mulheres e crianças, chegavam a 2.000 indivíduos, enquanto os segundos não passavam de 500.<sup>144</sup>

Freyreiss parece não ter considerado os vários aldeamentos dirigidos por Marlière, levando em conta, provavelmente, somente os Puri aldeados nos Bagres (Guiricema) e Manoel Burgo ou Muriaé.<sup>145</sup> Somando se todos os Puri aldeados em 1828 sob o comando de Marlière, tem-se o número de 3.300 índios.<sup>146</sup> Contudo, nesta época a ação de Marlière já atingia o Vale do Rio Doce.

Além do mais, sendo os Puri índios volantes, que, de acordo com vários relatos foram menos afeitos a se instalarem em pousos fixos, torna-se um grande desafio conhecer o seu verdadeiro contingente.

Devemos estar atentos para o fato de que os números apresentados por viajantes naturalistas do século XIX não refletem o real contingente dos referidos povos indígenas, bem como suas informações devem ser processadas com muito cuidado. A própria rivalidade entre Coroado e Puri, descrita muitas vezes como ancestral, pode ter se desenvolvido ou mesmo ter o seu acirramento com a presença dos neobrasileiros. Podemos inferir que, durante os séculos XVIII e XIX, conseqüentemente, no contexto

---

<sup>144</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 78-102. Ver também: REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 72.

<sup>145</sup> De acordo com Oíliam José, estes foram os primeiros aldeamentos de índios Puri na mata mineira. JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 22.

<sup>146</sup> Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s

dos aldeamentos, os reagrupamentos étnicos poderiam ter reconstruído novas formas de solidariedade a partir da experiência compartilhada no cotidiano colonial.<sup>147</sup>

Os relatos dos viajantes estavam, geralmente, carregados de visões preconceituosas e etnocêntricas, além do fato de terem, na maioria das vezes, pesquisado índios aldeados, em franco processo de contato com os brancos. Além disso, há um fato curioso durante no relato de Freyreiss. Ao confrontar suas informações com as do “militar ilustrado” Manoel Martins do Couto Reys, datadas de 1785, portanto, quase trinta anos antes da possível estadia de Freyreiss entre os indígenas, pode-se inferir que, ou ambos cometeram os mesmos erros e acertos, ou o viajante alemão reproduziu partes do documento produzido por Couto Reys, o que não é surpreendente. Contudo, sendo os povos indígenas ágrafos, nesta pesquisa podemos nos valer apenas dos relatos feitos pelas autoridades, pelos viajantes naturalistas e, em alguns casos, por aqueles membros de armações destinadas a dismantelar grupos indígenas. O que, por sua vez, não nos impossibilita – como já apontado nesse trabalho – de descortinarmos importantes aspectos contidos na leitura pautada pelos métodos da etnohistória.

Com a intrusão dos colonos no território indígena, ocorreu uma desorganização de caráter social e econômico entre os grupos que ali viviam. O equilíbrio entre índio e natureza passa a ser desfeito. Contudo, o processo de assimilação cultural mostra-se como uma via de mão-dupla. Como veremos, os índios muitas vezes irão se valer de diversos elementos do “mundo civilizado” a fim de manter sua sobrevivência.

Tanto os indígenas do Vale do Rio Doce, quanto os da Zona da Mata eram nômades na época das primeiras descrições feitas pelos brancos. Não tinham pouso fixo, viviam basicamente da caça, pesca e coleta. Contudo, isso não quer dizer que não tivessem praticado alguma espécie de agricultura antes do contato com os europeus. Em busca de maior mobilidade, necessária para que os indígenas se distanciassem de conflitos indesejáveis e dos surtos epidêmicos, alguns grupos poderiam ter abandonado

---

<sup>147</sup> Sobre a idéia de “*eticidade construída no contexto da colonização*” ver: MONTEIRO, John Manuel. *A descoberta dos índios*. D.O. *Leitura*, São Paulo, Ano 17 n° 1, maio de 1999, Suplemento 500 anos de Brasil; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. Mais a frente voltaremos a essa questão ao tratarmos dos indígenas Temiminó do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

a prática da agricultura, tornando-se caçadores-coletores, como os Coroados, Coropó, Puri e Botocudo.

### 2.3 O Modo de Guerrear dos “Naturais da Terra”

Armas de fogo, pólvora, chumbo; acrescente-se ainda o fardo dos mantimentos necessários ao sustento dos que se aventuravam no interior dos “*mattos*”. Toda essa carga tornava o deslocamento dos homens demasiadamente lento e penoso. Pior ainda, o peso não era o único problema gerado pelas armas dos brancos, lento também era o seu recarregamento, reduzindo sua eficácia durante as ações de guerra, ou numa eventual escaramuça contra “*o gentio bravo*”. Deste modo, as alianças e a assimilação de diversas práticas indígenas foram cabais para a sobrevivência dos brancos e seus associados.

A utilização do arco e flecha se deu de maneira muito eficaz nos combates no interior dos matos, propiciando, até mesmo, certa superioridade em relação às armas de fogo. De acordo com Couto Reys, escondidos na densa mata, os indígenas poderiam eliminar facilmente seus inimigos com suas flechas, onde o “*uzo mais geral, he de emboscada, e a traição*”.<sup>148</sup> Além de seu reduzido peso, o que facilitava o deslocamento dos “flecheiros”, o arco e flecha poderiam ser usados durante as chuvas, mesmo com sua precisão afetada. O silêncio dos disparos dos flecheiros tornava as emboscadas indígenas o grande “pesadelo” de seus opositores. Enquanto isso, a explosão produzida pelo disparo de uma arma de fogo expunha o atirador às flechas indígenas. Sérgio Buarque de Holanda já havia apurado as vantagens e os inconvenientes das armas de fogo utilizadas pelo branco em *O Extremo Oeste*. Segundo o autor, desde os tempos dos primeiros contatos com os europeus, os indígenas detinham um interesse “*mágico*” pelas armas de fogo. Tais armas mexiam com o imaginário dos índios, uma vez que eles se interessavam, sobretudo, pelo fato de o projétil manter uma trajetória invisível e também pelo barulho provocado pela detonação. Contudo, não demorou e o interesse se desfez. Os índios logo perceberam que era possível disparar várias flechas enquanto um

---

<sup>148</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 76.

arcabuz era recarregado. Ainda nas palavras de Holanda: “*Mesmo a detonação, se podia aterrorizar o adversário, tinha o defeito de ajudar a localizá-lo...*”.<sup>149</sup>

Emboscadas e ataques relâmpago eram, entre outras, estratégias de que se valiam os índios. Alguns grupos indígenas tinham o costume de se esconder após o confronto com seus inimigos e, dentro da mata, poderiam acompanhá-los com certa margem de segurança, atacando-os quando fosse mais conveniente. A guerrilha ou guerra nos matos, como também era conhecida essa tática, muitas vezes na forma de emboscadas noturnas, popularizou a ideia de que os índios eram covardes e traiçoeiros. Tal imagem foi descrita por muitos oponentes dos indígenas, agentes do governo e também por alguns dos preconceituosos viajantes naturalistas. Contudo, o relato de Freyreiss parece ser dotado de certa sensibilidade:

*Em geral tem-se o indígena brasileiro por falso, mau e traidor, e como prova se afirma que ele sempre assassina de emboscada; porém não se considera que esta pobre gente vive exclusivamente na mata. Ali são os índios molestados pelos brancos e a experiência os ensinou a serem pendentes; razão porque eles aí andam sempre cautelosos, usando de mil artifícios para se aproximarem de seu inimigo, que eles não convidam para uma luta aberta, mas que matam com uma flechada certa.*<sup>150</sup>

Tal modo de luta empregado pelo indígena foi causador de sérios danos aos adventícios. Pedro Puntoni, em *A guerra dos bárbaros*, cita um papel anônimo datado de 1691 que descreve bem a superioridade da guerra no estilo do “*gentio bárbaro*”. Segundo o documento, os índios vão

*... nus, e descalços, ligeiros como o vento, só com arco e flechas, entre matos e arvoredos fechados, os nossos soldados embaraçados com espadas, carregados com mosquetes, e espingardas e mochilas para o seu sustento, ainda que assistem o inimigo não podem seguir, nem prosseguir a guerra: eles a cometem de noite por assaltos [...] E eles [andam] escondidos entre os matos onde os nossos soldados não podem seguir com a mesma segurança, instância e diuturnidade por [estarem]*

<sup>149</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter, São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 54.

<sup>150</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p.84.

*carregados de ferro e mochilas onde carregam o seu sustento que não pode ser mais que para quatro ou seis dias...*<sup>151</sup>

O mesmo relato faz referência à maneira pela qual o índio conseguia os seus provimentos. Segundo este, os índios, conhecedores das “*manhas dos sertões*”, iam abatendo a caça e coletando frutas e raízes que encontravam no seu caminho.

Ainda sobre o poder das estratégias utilizadas pelos indígenas, pronunciou-se Daniel de Carvalho em *A formação histórica das Minas Gerais*:

*Os índios usavam táticas desconhecidas dos europeus. Combatiam invisíveis nas tocais. Os invasores ouviam sibilar as flechas e zunir os murucus de pontas afiadas, sem perceber de onde partiam. Descoberto o local ocupado pelo inimigo, se caminhassem em direção a ele, corriam o risco de cair em fojos habilmente camuflados.*<sup>152</sup>

Os períodos de chuvas e as travessias de rios também poderiam configurar-se em obstáculos às ações dos brancos. Estes eram outros limitadores da utilização das armas de fogo, uma vez que a pólvora, se molhada, perderia sua função até que secasse. Por isso, as ações de guerra contra os índios eram feitas preferivelmente nas estações de seca, como nos mostra a Carta Regia de 13 de maio de 1808, pela qual o então Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, recebe do Príncipe Regente uma ordem de: “...*considerar como principiada uma Guerra Ofensiva, que continuareis sempre em todos os annos nas Estações Secas...*”<sup>153</sup> Mesmo se avaliarmos que os rios navegáveis – aqueles que apresentavam poucas quedas d’água – poderiam facilitar o transporte da carga, na fronteira circunscrita a Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, muitos rios apresentavam-se de forma bastante acidentada, e por isso, de difícil navegação. Neste

<sup>151</sup> Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), ajuda. 54 XIII 16, fl. 162. Apud, PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p.198-9.

<sup>152</sup> CARVALHO, Daniel de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Direção de José Simeão Leal. Cadernos de cultura - Ministério da Educação, 1956. pp. 10-11.

<sup>153</sup> Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos *Botocudos Antropófagos*. Disponível em: <[www.brown.edu/facilities/john\\_carter\\_brown\\_library/cb/](http://www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/)> Acessado em: 10/09/2005.

ponto cabe salientar que também as canoas de casca de árvores utilizadas pelos indígenas foram empregadas pelos seus opositores. Mais leves e menores que outras formas de embarcação, tais canoas podiam ser transportadas nas costas de poucos homens e, deste modo, evitavam-se as quedas d'água. Holanda aponta em *O extremo Oeste* para “a importância que tiveram [as canoas indígenas] durante as incursões no sertão remoto”.<sup>154</sup>

Nas poucas alianças que os Botocudo fizeram com os brancos, quase sempre foram utilizados como canoeiros.<sup>155</sup> Estes índios representaram um sério obstáculo ao avanço da fronteira dos brancos. Vítimas de várias “guerras justas” decretadas pelo governo, os “*Botocudos antropófagos*” mostraram o quanto poderiam ser resistentes ao processo de devassamento de suas áreas. Estes índios promoviam ataques sistemáticos às roças dos colonos e destacamentos militares que passaram a ser instalados nas margens dos rios nas regiões de fronteira. Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso, os ataques observados nos quartéis e destacamentos indicam que os Botocudo conheciam a importância dessas estruturas como pontos de apoio à penetração dos seus territórios.<sup>156</sup> Ora, se fosse diferente, eles restringiriam seus ataques às roças dos colonos, que, por sua vez, estariam bem menos guarnecidas que os quartéis e destacamentos supracitados. Deste modo, as ações empreendidas pelos Botocudo não se resumiam a apenas guerras de cunho defensivo, mas também eram empreendidas ações de caráter ofensivo.<sup>157</sup> Não seria impróprio lembrar os ataques promovidos pelos “*tapuia*”<sup>158</sup> do Rio Grande ainda no último quartênio do século XVII, quando estes já demonstravam sua capacidade

<sup>154</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter, São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 49.

<sup>155</sup> Ver: *Mappa fazendo conhecer os Aldeamentos...*, RAPM. Volume XII, 1907/1908. p.498 et seq.

<sup>156</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*, in: Revista de antropologia. São Paulo: USP, v. 35 1992. p. 75-90.

<sup>157</sup> Não devemos desconsiderar que, provavelmente, incontáveis famílias de colonos pudessem ter sido dizimadas por ataques indígenas, sem que com isso, figurassem nos registros oficiais. Sobre esse aspecto da história que re-pensa o índio como vítima, mas também como perpetrador dos conflitos, ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

<sup>158</sup> O termo *Tapuia* era empregado em oposição ao *Tupi*. Conhecidos como índios que habitavam áreas interioranas, os Tapuia também eram referidos como índios de “língua travada”, sendo sua fala “incompreensível”. A distinção entre povos Tupi e Tapuia fez-se imprescindível num contexto que foi marcado pela necessidade de se obter índios aliados e, ao mesmo tempo, justificar ações de guerra justa, sendo esta legitimadora das ações de extermínio e escravização do índio. Segundo Pedro Puntoni, “A bipolaridade Tupi-Tapuia, marca fundamental da percepção da diversidade dos povos indígenas pelos colonizadores, estava representando o corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, como nos contextos concretos”. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p.60-1.

belicosa, não se restringindo a guerra defensiva. Antes, os indígenas promoveram investidas às instalações guarnecidas, como o quartel que abrigava Domingos Jorge Velho e Antonio Albuquerque Câmara, que fora cercado no ano de 1688, obrigando estes a bater em retirada.<sup>159</sup>

Em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Jean Baptiste Debret descreve a composição que havia no Quartel de Aguiar, situado no Rio Doce: “... *unicamente de oito soldados, índios civilizados, preferíveis a qualquer outra espécie de soldados para o combate aos seus companheiros ainda selvagens*”.<sup>160</sup> Tal registro refere-se a imensa necessidade de incremento dos indígenas junto aos outros soldados. Debret ainda observa uma tática de defesa de que se valiam os brancos e seus associados e o quanto era árdua a utilização dos referidos gibões empregados nesta estratégia:

*É costume, entre cada vinte homens organizados em destacamento, oito usarem couraças a fim de proteger os outros doze durante o ataque [...] Tem-se o cuidado em cada posto, de conservar sempre em reserva um certo número de couraças ou gibões. São casacos de algodão, alcochoados e pespontados em quadrados, à prova de flechas, que descem até os joelhos, escondendo em parte o braço; mas seu peso os torna muito incômodos, quando se faz necessário combater no calor.*<sup>161</sup>

Mais uma vez temos referência a como a tecnologia militar de que se valiam os opositores dos índios esbarrava em inúmeros empecilhos.

Rafael de Freitas e Souza, em um artigo sobre os indígenas Puri, menciona o medo provocado pela aparência desses índios e como isso oferecia vantagens aos índios sobre os seus opositores. Segundo ele,

*As perfurações, pinturas e adornos com dentes de animais contribuíram para intimidar e aterrorizar seus opositores; como, por exemplo, no caso*

<sup>159</sup> PUNTONI, Pedro. *Ibidem*, p.146.

<sup>160</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sergio Milliet, apresentação de M. G. Ferri, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. pp. 93-5.

<sup>161</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sergio Milliet, apresentação de M. G. Ferri, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. pp. 93-5..

*mais expressivo dos botocudos (sic), com seus grandes botoques no lábio inferior e nas orelhas. Sem dúvida, isto contribuía para o sucesso das investidas de todos os indígenas.*<sup>162</sup>

A historiografia tradicional subestimou durante muito tempo a eficácia das armas e estratégias utilizadas pelos indígenas. Estes foram, em alguns casos, representados em combates caóticos e extremamente desorganizados em oposição à arte da guerra em voga na Europa, metódica e sistematizada. Contudo, tanto as armas, quanto os estratagemas de diversas tribos foram extremamente eficazes para a resistência e desarticulação de muitas expedições que se encontravam no seu encalço.

Cabe aqui responder a pergunta que mesmo o leitor mais desatento faria. Se as armas e táticas dos índios eram tão boas assim, por que eles foram – em muitos casos é certo –, subjugados, ou forçados a buscar novas formas de resistência? Ora, em primeiro lugar, devemos considerar que tanto o aparato bélico quanto as estratégias indígenas foram rapidamente assimilados pelos brancos e seus associados. Não são poucos os registros que nos trazem tal informação. Além dos documentos escritos, existem fontes iconográficas que representam brancos e mestiços lutando ao lado de indígenas, usando armas de fogo ou mesmo arco e flecha, e/ou fazendo *a guerra nos modos do gentio bravo*. Em segundo lugar, o elemento indígena estava quase sempre presente na composição das bandeiras, armações, ou qualquer outro tipo de expedições nos matos, chegando a representar a totalidade dos guerreiros envolvidos numa dada campanha, como ficou registrada na correspondência já citada de Marlière. Por último, devemos considerar aquela que foi a mais poderosa arma utilizada pelos opositores dos índios: a arma biológica. Roupas infectadas com varíola eram deixadas junto aos indígenas, causando a morte de grande parcela deles. Os adventícios logo perceberam que os conflitos envolvendo diversos grupos indígenas se configuravam em ótimos eventos a serem explorados a fim de obterem proveito. Assim, uma lógica de alianças foi estimulada. Ao mesmo tempo, “aos olhos dos invasores”, os prisioneiros de guerra poderiam suprir inúmeros braços para “os eventuais empreendimentos coloniais”. Rapidamente os indígenas perceberam os danos provenientes das alianças com os europeus. O choque microbiano, aliado às transformações no padrão e frequência das

---

<sup>162</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Puris: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v. 3, n. 1, p. 53-64, jul. 2003. p. 55.

guerras intestinas foi responsável por “*sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas*”.<sup>163</sup>

Outro problema decorrente do aumento da hostilidade intertribal verificado pelo historiador ambiental Warren Dean reside na hipótese de que, com o multiplicar dos conflitos, ficava limitado “*o intercambio das técnicas de subsistência de cada grupo*”. Mesmo tendo Dean assinalado que a guerra intertribal “*era mais freqüente empreendida por agricultores*”<sup>164</sup> – o que é pertinente para o contexto tratado por ele no momento dessa passagem em seu livro–, os choques entre os índios caçador-coletores da Zona da Mata e Vale do Rio Doce também se multiplicaram com o aumento da densidade populacional nas referidas regiões.

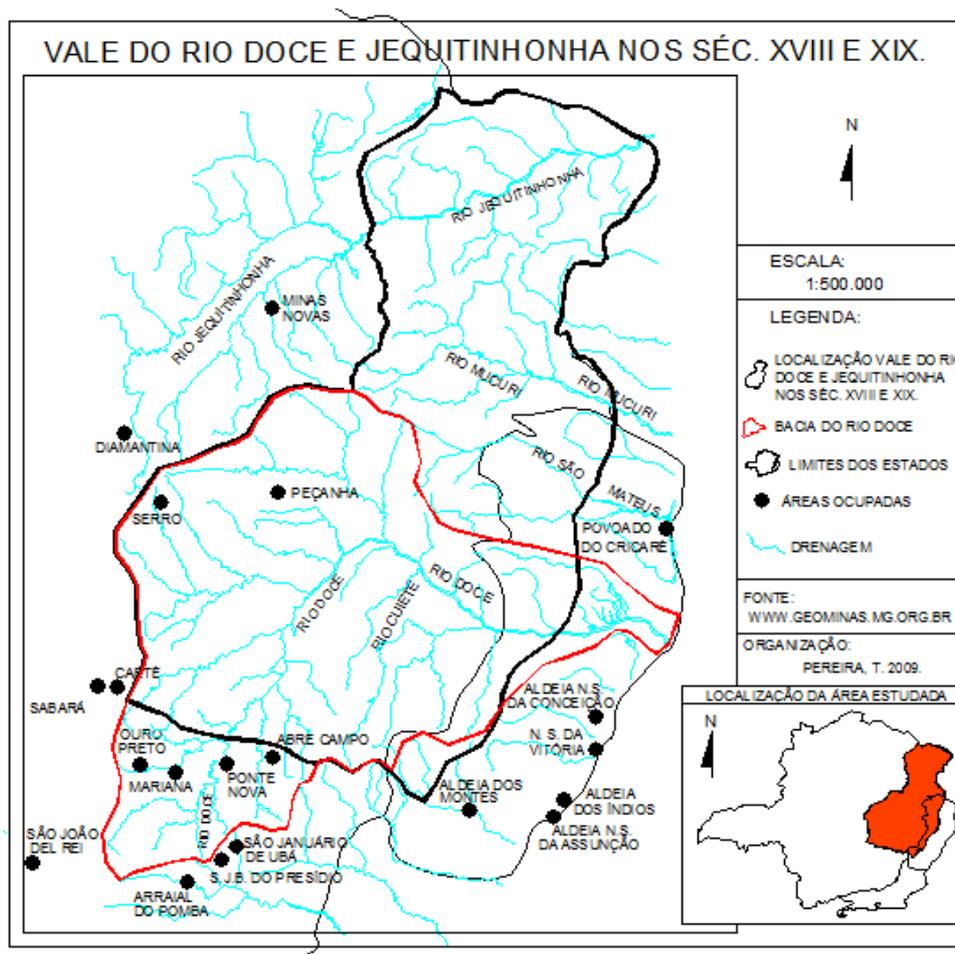
Se dúvida, entender a guerra nos moldes que se desenvolveu no Brasil colonial, a “guerra brasílica” como já foi chamada, é de suma importância para a compreensão histórica desse período. Acreditamos que não foi a tecnologia militar dos brancos – como no caso estadunidense descrito por Walter Prescott Webb – o principal elemento responsável pela subjugação indígena provocada pelos invasores de suas terras. A assimilação de suas armas e estratégias, a política de alianças do branco e seus associados junto aos indígenas e, sobretudo, o choque microbiano tiveram papel decisivo na redução e extermínio de diversas nações indígenas, o que por sua vez, não deve ser entendido como uma mera crônica da destruição indígena. Como veremos a Guerra não foi o único meio e resistência de que se valeram os índios.

---

<sup>163</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 29.

<sup>164</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, P. 53.

### 3 OCUPAÇÃO COLONIAL: O VALE DO RIO DOCE



Mapa 1 - Vale do Rio Doce e Jequitinhonha nos sec's XVIII e XIX

#### 3.1 Considerações Iniciais Sobre a Capitania do Espírito Santo

Desde os princípios do período colonial, alguns exploradores, partindo da capitania do Espírito Santo, vinham embrenhando-se no sertão em busca de riquezas minerais. O mito da “*Serra das esmeraldas*”,<sup>165</sup> sustentado pelas informações obtidas

<sup>165</sup> “*De cristal sabemos em certo haver uma serra na capitania do Espírito Santo em que estão metidas muitas esmeraldas, de que Marcos de Azevedo levou as mostras a el-rei, e feito exame por seu mandado, disseram os lapidários, que aquelas eram da superfície, e estavam tostadas do sol, mas que se cavassem ao fundo as achariam claras e finíssimas, pelo que el-rei lhe fez mercê do hábito de Cristo, e de dois mil cruzados, para que tornasse a elas...*” SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, p. 7. Sobre Marcos Azevedo ver: SALETTO, Nara. *Donatários*,

por meio de relatos de índios,<sup>166</sup> povoava o imaginário dos primeiros portugueses que se fixavam em terras brasílicas e daqueles que os sucederiam, incitando-os rumo a regiões desconhecidas, a lugares sob o domínio de uma natureza praticamente inexplorada.

A primeira expedição em busca das “intermináveis” riquezas ocultas no Vale do Rio Doce partiu da capitania Espírito Santo ainda no final do terceiro quartel do século XVI.<sup>167</sup>

Entretanto, ao depararem-se com inúmeras barreiras naturais – doenças, animais peçonhentos, dificuldades na navegação dos rios e índios resistentes ao contato – e os péssimos resultados obtidos em suas incursões, os colonizadores tiveram o processo de esquadramento dos sertões subjacentes à sua capitania inibido.

Nos seus primeiros anos de colonização, a capitania do Espírito Santo florescia, estabelecendo comércio com Portugal e Angola. Contudo, na segunda metade do XVI, a multiplicação de ataques promovidos pelos índios reduziu em muito a produção de gêneros agrícolas, levando a capitania à decadência econômica. Neste contexto, o retrocesso não foi resultado apenas das investidas de grupos indígenas opostos aos portugueses. Deve também ser considerado o descaso do governo-geral, sobretudo, quando o então governador Mem de Sá culpava os espírito-santenses pela morte de seu filho, Fernão de Sá, abatido em um confronto ocorrido no Rio Cricaré (hoje São Mateus) contra índios opostos aos portugueses.<sup>168</sup> De acordo com João Eurípedes Franklin Leal,

*Os desmandos e o desgoverno, [...] além da pouca atenção das Coroa Portuguesa, principalmente do governador-geral Mem de Sá, após a*

---

*colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo.* Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 69 et seq.

<sup>166</sup> De acordo com José de Oliveira Teixeira, estes índios eram recém-chegados de terras interioranas. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: IBGE, 1975, pp. 137-8.

<sup>167</sup> A primeira exploração na região do Rio Doce de que temos notícia foi a de Sebastião Fernandes Tourinho, um sertanista baiano que ali chegou por volta de 1572/1573. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, p. 20. Após essa expedição que partira da Bahia, alguns espírito-santenses tentaram alcançar as tão sonhadas esmeraldas com viagens a região do Rio Doce, contudo os resultados foram, na maioria das vezes, desanimadores.

<sup>168</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, p. 46.

*morte de seu filho predileto, no combate a indígenas junto ao rio Cricaré, contribuíram para o caos da capitania.*<sup>169</sup>

Embora tenha sido atribuído à região do Cricaré “o grosso do gentio que hostilizava o donatário da capitania – Vasco Fernandes Coutinho”,<sup>170</sup> não se pode desconsiderar que as frequentes incursões efetuadas pelos indígenas foram consequência de pressões de ataques dos portugueses provenientes da Bahia, que impeliam as populações indígenas numa direção oposta a essas ondas de ataque, isto é, em direção ao Espírito Santo. Portanto, os povos indígenas que habitavam a região do Cricaré não devem ser entendidos como meros agressores, pois, eram estes geralmente atacados pelos brancos e seus associados.

A incipiente povoação às margens do Rio Cricaré (por volta de 1544), muito distanciada de sede da capitania, foi resultado das “*incursões organizadas a fim de repelir os ataques freqüentes movidos pelos selvagens aos primeiros colonizadores da Capitania do Espírito Santo*”.<sup>171</sup> Somente na segunda metade do século XVIII, a região, já conhecida como São Mateus, experimentou o desenvolvimento comercial, fruto da dinâmica de seu porto. O referido núcleo populacional ainda pertenceu à Bahia até 1823, quando, por Carta Régia, ficou ligado ao Espírito Santo, sendo que, até por volta de 1830, do Rio Doce à Vila de São Mateus praticamente inexistiu colonização.

Na época de seu primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho (1535-1561),<sup>172</sup> a capitania do Espírito Santo não pôde alargar suas fronteiras rumo ao interior. Os recursos eram escassos e o número de colonos insuficiente para sequer “*dominar os índios e garantir a ocupação da terra*”.<sup>173</sup> Em 1550, Coutinho recuava. Pressionado pelos constantes ataques indígenas, transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo

---

<sup>169</sup> LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

<sup>170</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Planejada e orientada por Jurandir Pires Ferreira, Volume VI, Rio de Janeiro: 1958, pp. 144-145.

<sup>171</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. loc. cit.

<sup>172</sup> Este dado e os que seguirão referentes à organização cronológica dos governantes de Portugal e do Espírito Santo no período colonial foram extraídos de: LEAL, João Eurípides Franklin. *Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000, pp. 149-150.

<sup>173</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p.15.

Antonio, a qual receberia o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, em função do sucesso alcançado contra as investidas de grupos indígenas hostis.<sup>174</sup>

Vasco Fernandes Coutinho também foi responsável pelo envio de uma jornada ao sertão em busca das riquezas minerais.<sup>175</sup> Contudo, os constantes levantes de índios atrapalhavam todas as expedições que se distanciassem do litoral.

Ainda no Governo de Coutinho, mais precisamente em 1549, os padres da Companhia de Jesus desembarcaram na América Portuguesa. Estes teriam vindo com o primeiro Governador-geral, Tomé de Souza. A ação dos jesuítas teve grande importância na obra de aproximação entre portugueses e indígenas. Com métodos mais hábeis, os missionários converteram um grande número de indígenas ao cristianismo. Estes também realizaram várias entradas com o intuito de reduzir os indígenas hostis aos aldeamentos.<sup>176</sup>

Sem dúvida, a sujeição dos indígenas ao cristianismo resultou em um grande dano à sua autonomia e na acelerada transformação da sua cultura, o que, por sua vez, não deve ser entendido de forma reducionista, como um mero processo de destruição cultural, mas sim, como reconstrução ou reelaboração cultural.

Se, por um lado, os índios aldeados gozavam de certa proteção contra ataques de outros índios, que muitas vezes lhes eram inimigos ancestrais, – ou até mesmo, passaram a ser com os inúmeros rearranjos ocasionados pela presença europeia –, e da escravização por parte dos colonos, por outro, o sistema de aldeamentos jesuítas foi responsável por uma profunda transformação dos hábitos indígenas. Com a introdução destas “aldeias” artificiais, os índios passaram a ter sua organização social profundamente alterada, sobretudo ao se fixarem nelas, desviando o seu traço volante, assim como abandonando o costume da poligamia, o que se refletia na redução dos laços de parentesco indígena. Ademais foram pressionados a integrar uma lógica

---

<sup>174</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, p. 26. DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica, cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879. SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 16.

<sup>175</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p.17.

<sup>176</sup> Embora não tenha sido raro o emprego do termo “aldeia” nas fontes primárias para designar localidades controladas pelos padres jesuítas, será feita aqui a distinção entre os termos “aldeia” e “aldeamento”. Enquanto o primeiro representa um modelo de agrupamento indígena espontâneo, o segundo corresponde a aglomerações jesuíticas ou, posteriormente, aos aldeamentos Régios.

produtiva, sendo sua mão-de-obra amplamente utilizada – como veremos – em práticas agrícolas, corte e transporte de madeira, coleta de drogas do sertão, defesa de postos avançados e, sobretudo, em incursões pelos *mattos*.

O caso a seguir é um bom exemplo do que John Monteiro Chamou de “*etnicidade construída no contexto da colonização*”,<sup>177</sup> proporcionando uma nova perspectiva para as interpretações sobre a identidade étnica dos grupos indígenas, que agora, passa a ser entendida como um processo de reformulação e (re)significação feita pelos próprios índios “... *de acordo com as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos*”.<sup>178</sup>

Por volta de 1555, o chefe guerreiro dos Maracajá, – tribo Tupi que se localizava na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro –, Maracajaguaçu (Grande Gato), ao se ver encurralado por seus inimigos (os Tupinambá, Tamoio e seus aliados franceses) recorreu aos portugueses pedindo-lhes proteção. Em troca do auxílio, ele e os demais índios de sua tribo tornar-se-iam cristãos.<sup>179</sup> Diante disto, Vasco Fernandes Coutinho não hesitou. Transportou os Maracajá liderados por Maracajaguaçu para o Espírito Santo e assim garantiu a aliança que seria a chave para a sua resistência frente aos índios que hostilizavam sua capitania. Uma vez instalado no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), o índio Maracajaguaçu desempenhou papel decisivo no processo de associação de seu povo com os colonos espírito-santenses.<sup>180</sup> Maria Regina Celestino de Almeida aponta para o fato de que a “política de agradar e enobrecer lideranças indígenas em situação colonial [...] iria se manter até o século XVIII...”<sup>181</sup> Concordamos com a autora. A prática se repete na mata Mineira até o início do século XIX.

Entre os inúmeros trabalhos prestados aos portugueses, destaca-se – pelo menos na história tradicional – o apoio militar do chefe guerreiro no combate aos franceses e

<sup>177</sup> MONTEIRO, John Manuel. *A descoberta dos índios*. D.O. *Leitura*, São Paulo, Ano 17 n° 1, maio de 1999, Suplemento 500 anos de Brasil. pp. 6-7. Apud: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 46.

<sup>178</sup> *Ibidem*. p. 46.

<sup>179</sup> Um caso análogo de associação espontânea aos cristãos foi o ocorrido no processo de catolização do Congo a partir de fins do século XVI. Ver: VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Maria Mello e. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo*. Revista Tempo, Niterói, v. 6, p. 95-118, 1999.

<sup>180</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, pp. 21-24.

<sup>181</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *op. cit.*, p. 49.

Tupinambá no Rio de Janeiro no ano de 1560, ao enviar o seu filho, Araribóia (Cobra Feroz), liderando um grande contingente indígena na expedição chefiada por Estácio de Sá.<sup>182</sup> Contudo, nos previne Almeida: “...se [Araribóia] veio ao Rio com Mem de Sá para destruir o forte Coligny (1560) foi na condição de soldado anônimo”. Tendo aparecido com destaque somente em 1564, ao fundar a aldeia de São João em solo espírito-santense.<sup>183</sup>

A veracidade da participação de Araribóia na expedição de Estácio de Sá é tomada como secundária por Almeida. Ao analisar Carta de Anchieta ao padre Diego Lainez, datada de 1565, a autora percebe a imensa gama de “possibilidades de rearticulação de alianças e inimizades dos índios entre si e com os europeus” e sugere a possibilidade de novas interpretações sobre as crônicas que apontam os Tupinambá como inimigos ancestrais dos Tamoio e Tupiniquim.<sup>184</sup> Almeida problematiza a etnia Temiminó, mostrando que esta foi edificada na conjuntura da guerra no Espírito Santo e depois no Rio de Janeiro, sendo portanto, a etnia Temiminó construída a partir do contato com os portugueses.

Com a derrota dos franceses em 1560, o Rio de Janeiro, sobretudo a zona Oeste da baía de Guanabara, voltou-se para a produção de cana-de-açúcar. Muitos Tupinambá aliados dos franceses foram retidos em cativeiro e passaram a ser vendidos como escravos nas cidades costeiras.

Araribóia deslocou-se da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição e fundou com o padre jesuíta Braz Lourenço, a Aldeia de São João (hoje Carapina). O local teria atraído muitos outros índios Tupi em função da importância que a parentela de Maracajaguaçu alcançara no Espírito Santo. No entanto, conflitos entre colonos e índios, epidemias e, principalmente, a crescente escravização do elemento indígena motivaram a evasão daqueles da referida aldeia. O próprio Maracajaguaçu, com todo o prestígio que detinha, afastara-se, sendo mais tarde convencido a retornar à aldeia

---

<sup>182</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 77. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, pp. 47; 56; 57. SALETTO, Nara. *Op. cit.*, pp. 23; 24.

<sup>183</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 51.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

controlada pelos jesuítas.<sup>185</sup> Tal situação vem demonstrar como os indígenas podiam resistir ou se associar com os portugueses tendo em vista a obtenção de alguma vantagem, mesmo que essa – como ocorreu na maioria das vezes – fosse momentânea.

Ao assumir o governo do Espírito Santo, o segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho Filho (1564-1589), obteve significativo êxito. Uma de suas principais medidas foi intensificar o processo de redução indígena. No final do século XVI, um grande contingente de índios já se encontrava associado aos brancos, reduzidos aos aldeamentos administrados pelos jesuítas. Dentre os principais aldeamentos de que se têm notícia até essa época, estão: Aldeia Nova (hoje Aracruz), Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), Reis Magos (hoje Nova Almeida), São João, Nossa Senhora da Assunção (hoje Anchieta)<sup>186</sup> e Aldeia dos Índios /Vila dos Jesuítas (hoje Guarapari). Embora esses núcleos tenham conseguido se firmar, muitas vezes como pequenas povoações, nenhum deles estava distante do litoral.

Mesmo com a ação dos missionários jesuítas, a ocupação do interior espírito-santense mostrava-se uma tarefa complexa, obstruindo o desenvolvimento econômico, pois, reservas de preciosas madeiras e drogas do sertão, por exemplo, permaneciam praticamente intactas. A população capixaba não só não conseguia ampliar seus domínios, mas até enfrentava muitas dificuldades na manutenção de sua pequena faixa litorânea.

O Espírito Santo ainda passou a ser pressionado ao Norte pelos Aimoré (Botocudo). A essa altura indígenas Aimoré não enfrentavam mais a resistência dos Tupiniquim da região de Ilhéus e Porto Seguro, uma vez que estes últimos já estavam muito enfraquecidos pela ação dos portugueses. Os índios Tupiniquim que resistiram passaram a buscar os aldeamentos jesuítas como forma de proteção. Enquanto isso, os Goitacá atravancavam qualquer tentativa de avanço da capitania ao Sul.<sup>187</sup>

Mesmo diante do quadro supramencionado, com Vasco Fernandes Filho a economia do Espírito Santo começava a ganhar impulso. Registrou-se, então, um

---

<sup>185</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, pp. 21-24.

<sup>186</sup> A Aldeia de Nossa Senhora da Assunção teve nos anos iniciais de sua ocupação o nome de Iriritiba (ou Reritiba). Quando elevada a vila passou a se chamar Benevende. Em 1887, foi elevada a cidade e recebeu o nome de seu fundador, o padre Anchieta. Como veremos a frente, em meados do XVIII, foi palco de forte resistência indígena.

<sup>187</sup> SALETTO, Nara. op. cit., pp. 96-97.

aumento da produção agrícola, criação de gado e instalação de engenhos.<sup>188</sup> Neste momento, a cooperação de grupos indígenas foi importante para o avanço das atividades agrícolas<sup>189</sup> e de cunho militar, sobretudo se considerarmos que a população do Espírito Santo – como de toda a América Portuguesa – ainda era bastante escassa.

Os indígenas associados aos portugueses representavam significativa parcela, quando não a grande maioria, dos responsáveis pela manutenção de pontos habitados, sobretudo daqueles raros que iam se distanciando do litoral. No entanto, ao passo que muitos índios livres estavam em “*confronto com os brancos e eram arredios à pregação dos jesuítas, [...] os escravizados, embora sensíveis à catequese, eram pouco constantes, voltando freqüentemente às práticas pagãs de sua cultura*”.<sup>190</sup> Dissuadidos pela escravização e os maus tratos, os indígenas muitas vezes abandonavam os aldeamentos jesuíticos e rumavam para os matos. Diferente do que foi observado em São Paulo, onde os aldeamentos eram principalmente mantidos como base fornecedora de mão-de-obra temporária, no Espírito Santo e Rio de Janeiro os aldeamentos tinham como principal função alargar a fronteira.<sup>191</sup>

A partir do final da segunda década do XVII, a ausência de donatários e a péssima administração de seus Capitães-mores levaram a capitania do Espírito Santo a uma nova fase de retrocesso econômico, chegando a ser observada a retração do número de colonos.<sup>192</sup> Esta situação só seria revertida com a chegada de Francisco Gil de Araújo, um abastado proprietário da Bahia, que comprou a capitania em 1675, incentivando e revitalizando sua economia.

Em carta datada de 06 de julho de 1675, Gil de Araújo “*dava conta*” ao Rei D. Pedro II “*doestado emque esta a Capitania, qHe omais mizeravel qse pode imaginar, tudo cauzado por alguns Capitaens que agovernarão, E ainda agora oq la esta...*” Em

<sup>188</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879. LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

<sup>189</sup> As técnicas empregadas por alguns grupos indígenas brasileiros em sua agricultura não se diferenciavam em todo de métodos utilizados pelos portugueses. O próprio emprego da coivara (queimada), para dissipar a cobertura vegetal, já era utilizado em terras lusitanas. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 163.

<sup>190</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 29.

<sup>191</sup> Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 88.

<sup>192</sup> LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

seguida, o novo donatário do Espírito Santo fala sobre sua intenção de “aumentar” as melhorias na capitania às custas de sua fazenda, “ *intenta [em] fazer jornada ao descobrimento das esmeraldas...* ”.<sup>193</sup>

Ao assumir a donataria do Espírito Santo, Gil de Araújo escreveu ao Rei clamando contra a jornada em busca das minas que faria Jose Gonçalves de Oliveira, o qual havia sido Capitão-mor da capitania de 1671 a 1675. Gonçalves de Oliveira propunha desempenhar a jornada às suas próprias custas, concedendo-lhe o governo apenas 150 índios das aldeias de Cabo Frio, Rio de Janeiro e Porto Seguro, assim como alguns produtos. Mas Gil de Araújo afirmava que o Espírito Santo “ *não estava em estado de sem sua presença intentar aquela jornada. Se o regente [o Rei D. Pedro II]*<sup>194</sup> *quisesse ele a custearia de bom grado, pois Jose Gonçalves de Oliveira era incapaz de a levar a cabo* ”.<sup>195</sup>

Alguns meses depois, Jose Gonçalves de Oliveira reclamava a D. Pedro II, Rei de Portugal, o fato de ter sido vetada a sua jornada rumo às minas de esmeraldas, expondo que “ *escreveu o Coronel F.<sup>co</sup> Gil de Araújo duas Cartas Huma por mar outra por terra dizendo nellas não fizece a jornada por que [Gil de Araújo] avizava a V. A. quea Capp<sup>ia</sup> era Sua eze não podia obrar nada Sem Sua ordem* ”.<sup>196</sup> Por fim, a Coroa acabou posicionando-se de forma favorável a Gil de Araújo, que então receberia as mesmas condições requeridas por Jose Gonçalves de Oliveira.<sup>197</sup>

Ao que parece, Gil de Araújo tinha, como principal incentivo para compra da capitania do Espírito Santo, a expectativa de encontrar as tão sonhadas esmeraldas. Com esse intuito acusado em sua correspondência, esforçou-se no sentido de impedir que jornadas fora de seu controle adentrassem os sertões em busca das riquezas minerais ocultas, como consta no documento supracitado.

O procedimento de Gil de Araújo não foi um caso isolado. Em 1667, Agostinho Barbalho Bezerra também não havia conseguido, do então Capitão-mor do Espírito

<sup>193</sup> CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de julho de 1675. CT:AHU-ACL-CU-007,cx.01 doc. 83 (folha 01). Foi mantida a grafia original neste e nos demais documentos a seguir.

<sup>194</sup> Dom Pedro II da Dinastia de Bragança (1640-1910) regente de Portugal entre 1668 e 1706.

<sup>195</sup> Documentos Históricos, LXVII, 189, apud SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 80.

<sup>196</sup> CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 15 de março de 1676. CT:AHU-ACL-CU-007, cx.01, doc. 85 (folha 01).

<sup>197</sup> Documentos Históricos, LXVII, 189, apud SALETTO, Nara. *Op. cit.*, p. 81.

Santo, Diogo Seixas Barraca, o atendimento necessário para prosseguir rumo à Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Matheus.<sup>198</sup> Esse embate entre os dirigentes da capitania do Espírito Santo nos conduz a repensar a versão oficial referente à sua má administração. Não é improvável que disputas internas dessa natureza dificultassem ali o bom andamento administrativo.

No último quartel do século XVII, Francisco Gil de Araújo já havia consumido de sua fazenda 14 mil cruzados na construção de várias obras e “[nas] *jornadas ao Sertão*”, colocando a capitania do Espírito Santo em bom estado.<sup>199</sup> Em uma Consulta do Conselho ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de 16 de outubro de 1683, os oficiais das Câmaras de Vitória, Espírito Santo e Conceição remetem um pedido no sentido de que “[deveria] VMg.<sup>de</sup> mandarlhe agradecer o bom procedimento e zello comque se empenhou nas cousas que forão a defesa daquella Capitania”.<sup>200</sup>

Com Gil de Araújo à frente, o Espírito Santo se reedificava e a esperança de serem encontradas as supostas esmeraldas era então a principal força que impulsionava os esforços do donatário no sentido de se empenhar nas jornadas aos sertões. Araújo “... *promoveu o soerguimento econômico do Espírito Santo, incentivando a agricultura, trazendo novos colonos e pagando os débitos da capitania...*”.<sup>201</sup> Contudo, sua diligência na tentativa de encontrar os preciosos minerais fracassou e, junto com ela, a ocupação distante do litoral.

De acordo com Haruf Salmen Espindola, desde o século XVI o Espírito Santo passou a ser o ponto de partida das expedições para o sertão. Para ele, “*Essa capitania estava livre da pressão de índios tapuias*”.<sup>202</sup> Não resta dúvida de que o Espírito Santo foi uma das principais capitanias de onde partiram várias expedições em busca das

<sup>198</sup> PROPOSTA (traslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus, Espírito Santo, 28 de abril de 1666. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 67.

<sup>199</sup> CERTIDÃO dos Oficiais da Câmara de Vitória a declarar que o Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo tem efetuado várias obras, pondo-a num bom estado, Vila da Vitória, 29 de julho de 1682. CT:AHU-ACL-CU-007, cx.01, doc. 88, (folha 01); CERTIDÃO da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, Vila da Vitória, 07 de agosto de 1682. CT:AHU-ACL-CU-007, cx.01, doc. 90 (folhas 01 e 02).

<sup>200</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II sobre o que escreve o Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita Capitania, Lisboa, 16 de outubro de 1683. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 91.

<sup>201</sup> LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

<sup>202</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005, p. 37.

riquezas minerais, fato já assinalado pela historiografia corrente e confirmado pela documentação examinada. Contudo, não é certo que os espírito-santenses estiveram livres dos ataques de índios tapuia, como aponta Haruf. Dentre as diversas ofensivas cometidas pelos indígenas na referida capitania, a presença dos Goitacá<sup>203</sup> nos primeiros anos e depois dos Botocudo, foi recorrente. Tais povos indígenas, pertencentes ao grupo Jê, eram também conhecidos na época como tapuia. Desde os primeiros anos de ocupação, como apontou Nara Saletto, os colonos estavam “*praticamente encurralados junto ao mar, sob assédio constante dos indígenas, goitacás e tupiniquins*”.<sup>204</sup> Não se pode desconsiderar que a escolha da capitania do Espírito Santo como ponto de partida para diversas entradas também esteve ligada à tática de se evitar barreiras naturais que dificultariam o curso, como a Serra do Mar, a Serra dos Órgãos e a Serra da Mantiqueira.

Com o afastamento de Gil de Araújo em 1682,<sup>205</sup> a capitania do Espírito Santo mergulhou em uma nova fase de decadência econômica. De acordo com Franklin Leal,

*... os sucessores de Francisco Gil de Araújo não se interessaram pela manutenção do desenvolvimento da capitania que, após 1685, quando da sua morte, voltou a uma nova fase de empobrecimento e abandono, sendo governada novamente por capitães-mor indicados pelo donatário*”.<sup>206</sup>

No entanto, o maior golpe que atingiria a capitania ainda estava por vir.

Pouco depois das tentativas de Gil de Araújo, – mais precisamente na década de 1690 –, os paulistas encontrariam as minas de ouro dentro da área que, segundo a carta

---

<sup>203</sup> Embora Alfred Metraux tenha indicado certa dúvida quanto aos Goitacás pertencerem ao grupo Jê, diversos trabalhos posteriores apontam os Goitacás como sendo deste grupo. Segundo Metraux, “*Os Waitaka, [...] provavelmente, faziam parte das antigas camadas de povos que ocupavam as costas do Brasil, muito antes que os tupis se assenhoreassem delas. Pertenciam, sem dúvida, a esta antiga camada étnica sul-americana, da qual as tribos Gês são as mais conhecidas representantes. Todavia, não é absolutamente certo ser preciso colocá-los entre os Gês*”. METRAUX, Alfred. *Les Indiens Waitaka - A propos d'un manuscrit inédit du cosmographe André Thevet*. Journal de la Societé des Américanistes de Paris, Nouvelle Serie, T. XXI, 1929.

<sup>204</sup> SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p.15.

<sup>205</sup> Após ter gastado muitos recursos com as expedições em busca das riquezas minerais sem lograr êxito, Gil de Araújo nomeou um substituto e regressou à Bahia, onde faleceu três anos depois.

<sup>206</sup> LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

de doação das capitânicas de 1534,<sup>207</sup> pertencia ao Espírito Santo. Os efeitos desta descoberta foram desastrosos para essa última. Além de perder uma rica e vasta área que fora incorporada a São Paulo, – a qual mais tarde tornar-se-ia a capitania de Minas Gerais –, também teve suas terras transformadas numa espécie de barreira natural contra as investidas de navios estrangeiros pelo litoral e das possíveis ações de contrabandistas pelo interior.

Já para o Rio de Janeiro, a descoberta do ouro, embora tenha gerado restrições na ocupação de áreas que se aproximavam das minas, – exceto, é claro, aquelas observadas ao longo do Caminho Novo –, propiciou um grande avanço, sobretudo ao tornar a cidade do Rio de Janeiro a mais importante de toda a costa. De acordo com Guillaume François de Parscau, que esteve na referida cidade durante a invasão francesa de 1711, “há apenas 35 ou 40 anos que esta urbe, em virtude da descoberta de abundantes minas de ouro a 40 léguas de distância, começou a tornar-se florescente”.<sup>208</sup>

A região das Minas extrapolava as linhas que definiam as capitânicas seiscentistas. Embora praticamente desconhecido e pouco palmilhado, essa ambígua área pode ser entendida como uma fronteira a ser alargada, ou ainda, de acordo com Antonio Carlos Robert Moraes, como *Fundos Territoriais*. De acordo com Moraes, seriam estes fundos

*... constituídos pelas áreas ainda não devassados pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalados na cartografia da época [...] Trata-se dos sertões, das fronteiras, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos “naturais” [...] Tal*

---

<sup>207</sup> As possessões espírito-santenses, de acordo com a Carta de Doação das Capitânicas de 1º de janeiro de 1534, tinham “...cinquenta léguas de terra na dita costa do Brasil, as quais começarão na parte onde acabarem as cinquenta léguas de que tenho mercê a Pedro de Campos Tourinho e correrão para a banda do sul tanto quanto couber nas ditas cinquenta léguas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver, até dez léguas ao mar na fronteira e demarcação destas cinquenta léguas, de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quais cinquenta léguas estenderão na mesma largura pelo sertão a dentro quanto puderem entrar e for de minha conquista”. Ou seja, originalmente, a donataria de Vasco Fernandes Coutinho se estendia para além das cinquenta léguas rumo a Oeste. O território compreendia, deste modo, uma vasta região que abrangia o atual território de Minas Gerais. *Carta de doação de 1º de janeiro de 1534* (RIH. Vol. 24, p.175), apud LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1, 2; ano 1904. p. 7.

<sup>208</sup> Guillaume François de Parscau, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p.73.

*categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da Metrópole, sendo, portanto, mais bem definidos como fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana.*<sup>209</sup>

Deste modo, o devassamento e conseguinte ocupação do território colonial eram de extremo interesse metropolitano, pois só assim se garantiria o controle e posse sobre as terras que se distanciavam do litoral. Se, por um lado, a Coroa “reconhecia a presença eventual de certas características acidentais dessa posse abstrata”, tais como os recursos minerais e cursos d’água, por outro, ignorava “os potenciais direitos prévios ou mesmo a presença de habitantes indígenas”.<sup>210</sup>

Com a descoberta das minas em fins do século XVII, as novas determinações da Coroa visavam a transformar o Espírito Santo em

*uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. [A Coroa] Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral, chegando-se ao cúmulo de embargar o uso do canal construído pelos Jesuítas ligando a baía de Vitória a Araçatiba.*<sup>211</sup>

O canal supramencionado, também conhecido como Rio Marinho, “era um canal do [Rio] Jucu, à baía de Vitória, que os próprios padres mandaram abrir para facilitar o escoamento da produção entre Araçatiba e [Vitória]”.<sup>212</sup> Construído em 1740, este canal foi o primeiro de que se tem notícia na América Portuguesa. Como apontou Leal, logo foi interditado, pois, às vistas da Coroa, o mesmo poderia oferecer problemas ao fisco.

<sup>209</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 2002, p. 88.

<sup>210</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 80.

<sup>211</sup> LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977. Araçatiba foi uma fazenda administrada pelos jesuítas a partir de 1716, em um local onde existia uma residência inaciana fundada em 1556. Atualmente Araçatiba é um Bairro de Viana.

<sup>212</sup> PACHECO, Renato. *Os subterrâneos do colégio dos jesuítas*. In: RIHGES, n° 50, 1998, pp. 395-7.

Medidas dessa natureza, se não impeliam ao despovoamento das raras regiões interioranas já fixadas, pelo menos tolhiam as possibilidades de desenvolvimento econômico, dado o embargo às comunicações e rotas comerciais. Uma vez que os caminhos eram restritos, restringia-se, assim, o possível deslocamento de ondas de colonização rumo ao Oeste da sede da capitania.

No decorrer do século XVIII, enquanto os espírito-santenses enfrentavam o embargo do avanço de sua fronteira rumo aos sertões do Oeste, do lado das Minas Gerais, a fixação em sentido contrário, ou seja, rumo a Leste, também era alvo de restrições. Tais medidas resultaram na “criação” de um espaço que, mais tarde, ficaria conhecido em diversos trabalhos sobre o Leste Mineiro como “área proibida”. O mesmo serviria para designar os espaços nos quais a abertura de picadas e fixação dos colonos era vetada pela Coroa, sendo caracterizado o desrespeito de tais determinações como *crime de lesa Majestade*. Contudo, “apesar das restrições da Coroa, os posseiros de todas as classes continuavam a se infiltrar lenta mas inexoravelmente no território dos índios. Alguns buscavam ouro, outros a simples subsistência”.<sup>213</sup>

A proibição das entradas nos sertões visava a impedir que tanto os habitantes de Minas Gerais quanto do Espírito Santo ampliassem as comunicações entre estas capitanias, conservando a área de mata existente naquela região e utilizando-a como uma grande barreira natural contra o extravio do ouro e possíveis invasões de potências européias. Contudo, estes espaços oclusos não estavam tão proibidos como apontam diversos autores. Além de vários indivíduos que desrespeitavam as determinações legais, os próprios governos de ambas as capitanias incentivaram entradas rumo a seus sertões subjacentes, em busca de riquezas minerais.

Podemos entender que determinações da metrópole não visavam a um total impedimento das explorações na referida área. Por outro lado, as restrições serviam mais como uma ferramenta de controle do governo do que como um simples obstáculo às explorações no *mattos*. Existiam dois objetivos claros: reduzir as ações de caráter não-oficial, submetendo qualquer descoberta dos preciosos minérios ao imediato poder metropolitano, garantindo, assim, algum controle operacional sobre as picadas e seus rumos e, ao mesmo tempo, evitar a ampliação das comunicações entre as capitanias que

---

<sup>213</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei*. p. 14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

consequentemente se desenvolveria de maneira acelerada com a ocupação descomedida dos mencionados matos. Reduzindo os caminhos, sobretudo os que ligavam o interior ao litoral, possivelmente reduzir-se-ia o “descaminho do ouro”.

### 3.2 A Descoberta do Ouro nos Sertões dos Cataguases e Suas Implicações na Capitania do Espírito Santo

A partir da primeira década do século XVIII, as incursões rumo aos sertões que partiam do Espírito Santo sofreram um grande cerceamento. Além da resistência dos indígenas já observada, os espírito-santenses sofreram embargo por parte do governo sobre suas entradas e fixação no interior. Em 1704, restrições ao trânsito dos caminhos que levavam até o litoral atingiram o Espírito Santo.<sup>214</sup> Alguns anos depois, mais precisamente em 1710, o Governador-Geral D. Lourenço de Almada confinou a população espírito-santense ao litoral, suspendendo os “*trabalhos, explorações e descobertas das minas de ouro da capitania e continuação de estradas para Minas Gerais*”, sob pena de confisco dos bens e degredo para Angola e Benguela para aqueles que desrespeitassem tais ordens.<sup>215</sup> No entanto, mesmo após a determinação metropolitana que pretendia tornar o sertão – pelo menos aquele intermediário a Minas Gerais e Espírito Santo – em uma “barreira natural”, algumas entradas foram incentivadas pelo governo.

Como foi observado, a descoberta das minas pelos paulistas fez do Espírito Santo uma espécie de barreira natural contra o descaminho da produção aurífera. Espaços subjacentes às regiões mineradoras foram transformados em áreas vetadas a incursões e abertura de “picadas”. O Governo metropolitano se esforçava no sentido de confinar boa parte dos espírito-santenses ao litoral. Se, por um lado, eles eram

---

<sup>214</sup> Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Coedição da Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005, p. 29.

<sup>215</sup> Cf. DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879. LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 6. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>> Acessado em: 20/03/2009.

importantes para guarnecer a costa contra invasões estrangeiras, por outro, “seus sertões” eram indispensáveis para conter os possíveis contrabandistas de riquezas minerais.

No século XVIII, mesmo diante das restrições metropolitanas, pode-se inferir que alguns aventureiros ávidos em explorar as riquezas minerais, como as tão sonhadas esmeraldas, partiram do Espírito Santo em expedições não oficiais, desrespeitando as determinações legais, e se embrenhando nas matas.

Embora as expedições – tanto as não oficiais quanto aquelas com respaldo dos governantes – muitas vezes não resultassem na colonização das áreas exploradas, elas tiveram grande importância no que tange ao rol de informações coletadas pelas áreas ainda desconhecidas, resultando em importantes “roteiros sertanistas”. Cartas topográficas, mapas de caminhos primitivos, descrição dos rios e, sobretudo, os contatos e às vezes aproximações com grupos indígenas, tudo isso contribuía para a composição de um significativo conhecimento sobre os espaços ignotos, o que, por sua vez, foi importante para o posterior avanço fronteiriço da capitania.

Diante da dificuldade de rastrear as expedições não-oficiais, nos valem apenas das informações contidas nos registros oficiais, ou seja, das expedições sobre controle do governo colonial.

As próprias autoridades incentivaram – em raros casos é certo – a prospecção mineral nos sertões tidos como barreira natural. Como no caso de Brás Esteves Leme, ao qual foi concedido pelo Governador-geral, em trinta de janeiro de 1728, o título de Superintendente de todas as minas que ele descobrisse em suas expedições nas cabeceiras do Rio São Mateus e imediações do Rio Doce.<sup>216</sup> Também foram observadas diligências em direção às minas do sertão do mesmo rio e do Arraial de Sant’Ana pelo Sargento-mor da capitania espírito-santense, Pedro Bueno Cacunda.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. (Coleção reconquista do Brasil. 3. série; v.6) Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 213. OLIVEIRA, José Teixeira de. *Historia do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: IBGE, 1975. pp. 191-192.

<sup>217</sup> CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda]..., Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183; CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da

As jornadas de Cacunda aconteceram entre aproximadamente 1710 e 1734, tendo havido, nesta última data, uma solicitação de apoio a uma nova jornada negada pelo Conde de Sabugosa.<sup>218</sup> Embora na região de Sant'Ana já se encontrassem padres jesuítas que ali fundaram a Aldeia dos Montes, ou das Minas, ainda em princípios do século XVII, com as incursões de Cacunda é que houve um verdadeiro *Rush* em direção ao local. O arraial de Sant'Ana do Castelo, como ficou conhecido inicialmente, teve seu desenvolvimento travancado pela política metropolitana que impedia os espírito-santenses de deixarem o litoral. Com o recuo de grande parte dos mineradores e o enfraquecimento dos que restaram por desentendimentos entre eles, a incipiente povoação não pôde resistir aos vários ataques dos Puri que eram impelidos a essa região, sendo abandonada em 1771 e só reerguida em 1845, quando ali se instalou o Aldeamento Afonsino. Com a exploração agrícola iniciada em 1848, surgia o povoado de Castelo.

É importante notar que, mesmo diante de uma política que impedia a fixação no interior, as Minas de Sant'Ana do Castelo e suas povoações persistiram. Tanto que, em 1754, foi elevada à categoria de matriz uma capela construída no Arraial Velho das Minas de Sant'Ana. Somente com “... *'sanhudo combate' e 'carnificina' impostos pelos indígenas...*” e que se deu a retirada total dos desbravadores daquela região.<sup>219</sup> Parece que, neste caso, a influência dos índios foi maior do que as imposições metropolitanas.

Mesmo tendo o governo incentivado algumas incursões rumo ao interior no decorrer do século XVIII, tal estímulo não foi frequente. No conjunto de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822) do AHU, referentes a um período que vai de 1618 a 1699, há dezessete relativos a incursões nos sertões à procura das minas de esmeraldas dentro de um conjunto de noventa e três documentos, por outro lado, entre 1704 e 1799, há apenas quatro documentos sobre às incursões as minas nos sertões, dos quais três são relativos à mesma região descoberta por Pedro Bueno Cacunda. Devemos lembrar que a quantidade existente de documentos correspondentes, ao século XVIII, é de 337, equivalente a quase quatro vezes o volume

---

Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

<sup>218</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. op. cit., p.94.

<sup>219</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Planejada e orientada por Jurandir Pires Ferreira, Volume VI, Rio de Janeiro: 1958.

relativo ao século XVII. Embora os documentos citados não se refiram ao número preciso de expedições – visto que alguns tratam da mesma jornada –, eles atestam o fato de que esse assunto esteve bem mais presente no século XVII do que no XVIII.<sup>220</sup> Tal análise corrobora a suspeita da provável clandestinidade dos entrantes que, diante do Estado altamente fiscalista do século XVIII, eram impelidos rumo a um desafio duplo: driblar as determinações metropolitanas e vencer os desafios proporcionados por um ambiente hostil. Indivíduos que escapavam às extorsões das autoridades certamente buscaram desviar das vilas e povoados, adentrando-se os matos para os quais “*escapavam também os fugitivos da justiça criminal e para onde outros criminosos haviam sido banidos*”. Tal conjuntura “*convertia a fronteira em uma espécie de depósito de degredados*”.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> CARTA RÉGIA (capítulo) do Rei [Felipe II] sobre a resposta de uma consulta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, Lisboa, 01 de agosto de 1618. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 07; CARTA dos Irmãos Antônio de Azeredo Coutinho e Domingos de Azeredo Coutinho, ao Rei [D. João IV], Vila da Vitória, 16 de maio de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 20; CERTIDÃO (traslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o Capitão Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira, da Companhia de Jesus, foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas, Espírito Santo, 06 de outubro de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 26; CERTIDÃO (traslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas, Lisboa, 23 de outubro de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 28; CARTA do [Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo], Antônio do Canto de Almeida, ao Rei [D. João IV], a informar da serra das esmeraldas, Espírito Santo, 25 de outubro de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 29; CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao Rei [D. João IV] a informar da busca para o descobrimento das minas de esmeraldas, Espírito Santo, 14 de julho de 1647. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 35; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre a partida dos Capitães Domingos de Azeredo Coutinho e Antônio de Azeredo Coutinho que vão para as minas de esmeraldas, Lisboa, 13 de setembro de 1647. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 36; CARTA PATENTE (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das minas no sertão do Espírito Santo, Lisboa, 11 de maio de 1660. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 57; PROPOSTA (traslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas, Espírito Santo, 28 de abril de 1666. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 67; CERTIDÃO a declarar que o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Diogo Seixas Barraca, impediu Agostinho Barbalho Bezerra na jornada das minas das esmeraldas, Espírito Santo, 19 de janeiro de 1667. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 68; REPRESENTAÇÃO dos Oficiais da Câmara de Vitória ao Rei [D. Pedro II], Vila da Vitória, 13 de novembro de 1668. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 72; CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória, ao Rei [D. Pedro II], Vila da Vitória, 13 de novembro de 1668. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 73; CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de junho de 1675. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 81; CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de julho de 1675. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 83; CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 15 de março de 1676. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 85; CERTIDÃO da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, Vila da Vitória, 07 de agosto de 1682. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 90; ORDENS RÉGIAS (minuta) do Rei [D. Pedro II] a nomear Garcia Rodrigues Paes para o posto de Capitão-mor da entrada e descobrimento das Minas de Esmeraldas, Lisboa, 23 de dezembro de 1683. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 92.

<sup>221</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 118.

Sem dúvida, e fato já assinalado pela historiografia corrente, o século XVIII foi marcado por um grande recuo das entradas espírito-santenses em direção ao interior. Pelo menos no que pudemos observar na documentação consultada no que tange às entradas oficiais. De maneira distinta da ocorrida no Espírito Santo, a partir de fins dos anos sessenta do século XVIII, em Minas ocorreu uma multiplicação do número de bandeiras e entradas controladas pelo governo colonial.<sup>222</sup>

Esse relativo embargo à ocupação dos matos que intermediavam Minas e Espírito Santo, associado às pressões que estas capitânias exerceram sobre as populações nativas locais, transformaram o Vale do Rio Doce numa espécie de abrigo para diversos povos indígenas. Inversamente proporcional à presença do branco, estava a presença de grupos indígenas.<sup>223</sup> Narrando sua expedição à região do Rio Doce já em 1885, o jovem William John Steains assegurava que,

*As vastas áreas de mata virgem que se estendem ao norte do rio Doce mantêm-se até hoje praticamente invioladas pelo homem civilizado, razão por que seus soturnos interiores oferecem refúgio seguro para as numerosas tribos de botocudos, que por ali vagueiam nas mesmas primitivas condições em que viviam seus ancestrais à época do descobrimento do Brasil, cerca de quatro séculos atrás.*<sup>224</sup>

Ainda que o relato de Steains seja carregado de uma olhar romântico e etnocêntrico, tratando os indígenas como “um vestígio do passado”, ele é bem elucidativo no que diz respeito à grande presença dos Botocudo na região do rio Doce, fato confirmado pela correspondência de Marlière.<sup>225</sup>

Embora – como já sublinhamos – as incursões aos matos que intermediavam Minas e Espírito Santo não estivessem de todo proibidas, não resta dúvida de que a presença do branco aí tenha sido embaraçada com as restrições da Coroa na primeira

<sup>222</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003, p. 71 et seq.

<sup>223</sup> Ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei*. p. 8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

<sup>224</sup> STEAINS, William John. *A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n° 5, 1984, p. 108.

<sup>225</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Volumes: X, XI e XII.

metade do século XVIII. Não obstante, podemos concluir que o aumento das migrações indígenas resultantes da fuga do litoral ou das regiões subjacentes às zonas mineradoras, pode ter multiplicado o choque entre populações indígenas distintas, o que, por seu turno, serviu rapidamente aos interesses dos brancos.

De acordo com Renato Pinto Venâncio, “*Os índios do Sertão do Rio Doce ficaram circunscritos entre núcleos coloniais baianos, norte fluminenses, capixabas e do interior mineiro*”.<sup>226</sup> Estes sertões foram sendo ocupados por um mosaico de povos indígenas, fato que foi muito mascarado pela redução da multiplicidade desses povos a nomes que os designavam de forma genérica, como, Coroado, Coropó, Puri e, sobretudo, Botocudo.

Sem dúvida, a presença destes indígenas ocupou um importante papel no ritmo do avanço fronteiriço das capitânicas com que tinham contato. Para os espírito-santenses não seria diferente. A associação ou resistência dos grupos indígenas foi de suma importância no processo de delineamento de sua fronteira. As dificuldades enfrentadas pelos espírito-santenses nas suas jornadas e fixação no interior não estavam apenas associadas às restrições governamentais.

### **3.3 Incursões Indígenas Sobre o Espírito Santo: A Presença dos Temíveis Botocudo**

Em carta datada de 07 de maio de 1779, os Oficiais da Câmara da Vila da Vitória expunham à Rainha D. Maria I sobre as hostilidades praticadas pelos índios Botocudo no distrito de Santa Maria, pedindo providências contra as investidas dos ditos índios sobre os colonos que, não tendo como resistir, eram forçados a abandonar suas fazendas. Os oficiais contavam que

*ogentio bárbaro, denominado Botocudo, [...] come carne humana, Contanto ódio deGente Portuguesa eecicutando naquelles moradores*

---

<sup>226</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 87-102.

*tam grandes hostilidades; que ahuns chegou aarrancar amaons vivos acabeça do corpo aoutros, abeberlhe osangue, pondo a bouca nas feridas, abertas a violência desuas Settas: eaoutros Separandolhes do corpo as Carnes, para levarem para seu mantimento.*<sup>227</sup>

Embora o relato mencionado provavelmente esteja carregado de exagero, ele é bem ilustrativo, sobretudo, como instrumento para análise das imagens forjadas sobre os Botocudo na construção do mito do bárbaro antropófago e seus desdobramentos na questão indígena do século XIX. Os oficiais da Câmara de Vitória possivelmente ouviram relatos de terceiros sobre tal carnificina, não se expondo – e isso é bem presumível – a nenhum contato próximo com os “Botocudo antropófagos”. De qualquer modo, o possível exagero não desqualifica por completo o relato no que diz respeito à violência dos ataques promovidos pelos Botocudo. De acordo com Chaves e Langfur

*A necessidade de retaliar as atrocidades dos índios fornecia exatamente a justificativa que se queria. Mesmo assim, particularmente no caso dos relatos, havia casos demais mostrando detalhes pormenorizados dentro de um período bastante longo para se acreditar que eram meras invenções das autoridades.*<sup>228</sup>

Os núcleos de povoação deveriam ser protegidos, evitando que as ondas de incursões dos Botocudo aumentassem, pois, “[se] odito Botocudo criassi comesta Retirada indicio manifesto detemor; lhefica fácil epronto expulsar osmais moradores [e assim] encantuandonos nesta Villa”. Segundo os oficiais, se os colonos cedessem aos ataques dos índios, recuando para áreas livres de seus assaltos, estariam os ditos Botocudo mais confiantes e prontos para ampliar suas investidas a novas áreas, pressionando a população de volta ao litoral. Contra tais índios, autoridades da época clamavam ter como “...os unicos meios praticados para oscohibir, oumandar contra

<sup>227</sup> CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila da Vitória, à Rainha D. Maria I, a informar das hostilidades praticadas pelo gentio bárbaro conhecido por nome de Botocudo. 07 de maio de 1779. CT:AHU-ACL-CU-007, ex. 04 doc. 373.

<sup>228</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

*elles ezpdicoens, a que chamam bandeiras, degente armada; aceStabalecer ordenado ahomens experimentados no Seo gênero de peleija... ”.*<sup>229</sup>

O referido avanço dos Botocudo sobre o Espírito Santo atingiu o “*certam* [rico em] *madeiras preciosas edefacil condusam*” que ficava próximo a Vila Nova de Almeida, isto é, bem próximo do litoral, causando temor aos índios mansos do local que não mais se atreviam em explorar aqueles matos sob o comando dos brancos. Ainda de acordo com o documento,

*como odito destrito de Sancta Maria Seja por huma parte abundantissimo decassa: eporoutra seconsservem muitos frutos, [...] cuja abundancia convida aos bárbaros: fazendo estes passagem pelo certam dadita Villa nova de Almeida, para virem invadir a Sancta Maria, que executam nos referidos Índios [índios mansos] as mesmas barbaridades; epassara aexecutalaz tam bem nosde Benevente,[atual Anchieta] que pelo certam dista muito pouco ”.*<sup>230</sup>

Como se pode notar, um dos motivos que conduziam os Botocudo em direção dos matos próximos do distrito de Santa Maria era a possibilidade de conseguirem alimento por meio da caça e coleta de frutos, então abundantes naquela região, não sendo movidos meramente pelo “instinto atroz” com que eram descritos. Também não se pode desconsiderar que, do lado de Minas Gerais, desde a segunda metade do XVIII, frentes de colonização começaram a avançar sobre os sertões que intermediavam as zonas de mineração e o Espírito Santo, ocasionando, com isso, um rearranjo no já abalado sistema de migrações indígenas. Afastando-se dos núcleos de povoação que se instalavam no Leste de Minas, alguns grupos indígenas rumavam em direção do Espírito Santo.

Mais de um século depois dos ataques descritos à vila de Santa Maria, os Botocudo ainda aterrorizavam os espírito-santenses. De acordo com o já mencionado William John Steains,

---

<sup>229</sup> CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila da Vitória, à Rainha D. Maria I, a informar das hostilidades praticadas pelo gentio bárbaro conhecido por nome de Botocudo. 07 de maio de 1779. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 04 doc. 373.

<sup>230</sup> *Ibidem*.

[os] índios pojicha estavam rondando a vila de São Mateus, levando pânico, às vezes, aos fazendeiros instalados nos pontos mais distantes daquele lugar. Os índios roubaram gado e além disso, tendo desaparecido as duas filhas de um rico fazendeiro, supõe-se que teriam sido levadas pelos índios, bem para o interior da região, onde seria impossível resgatá-las.<sup>231</sup>

Ainda segundo Steains: “Os botocudos têm resistido tenazmente a todas as tentativas de civilização feitas nos últimos 380 anos”.<sup>232</sup>

Conforme aponta o material consultado, pelo menos dois grupos indígenas (isso na grosseira divisão feita pelos brancos, generalizando diversos povos nativos) que ocupavam as então “áreas proibidas” foram observados em migrações para o Espírito Santo. Os Botocudo, resistindo à cooptação dos brancos e proferindo, às vezes, ataques contra estes e seus associados, e, na segunda década do XIX, os Puri, que buscaram amparo nos destacamentos instalados na estrada que ligava Minas ao litoral espírito-santense. Ainda de acordo com diversas fontes da época, os Coroados eram em questão, inimigos dos Puri, o que, provavelmente colaborou para que estes procurassem a associação com brancos.<sup>233</sup>

A reduzida mobilidade do Espírito Santo, sobretudo nas imediações das matas do Rio Doce, começou a alterar-se a partir do final do século XVIII. No momento em que os trabalhos nas catas auríferas de Minas Gerais já não eram tão prósperos, o governo metropolitano promoveu uma nova política de exploração. A partir de então, a ocupação e respectiva exploração do interior passou a ser uma das principais preocupações da Coroa. Em Minas Gerais, passaram por processo de ocupação a região do Cuieté, Arrepiados e os sertões do Rio Pomba. Neste contexto, também os espírito-santenses tiveram uma nova chance de ampliar seus domínios e, assim como os mineiros, tentaram ampliar sua fronteira rumo à região do Rio doce.

---

<sup>231</sup> STEAINS, William John. *A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nº 5, 1984, pp. 103-27.

<sup>232</sup> *Ibidem*, pp. 103-27.

<sup>233</sup> Ver por exemplo: REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997; *Correspondência de Guido Thomas Marlière*. RAPM. X, XI e XII, além do relato de diversos viajantes naturalistas do século XIX.

Multidões saíram em busca de novas terras com um amplo apoio metropolitano. Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, observou-se naquele momento, um grande número de

*... aberturas de rotas, com seus implementos complementares: a construção de quartéis e destacamentos ao longo dos cursos dos rios [...] e o aldeamento forçado de grupos Botocudos (sic); abertura de roças às margens dos rios para servirem de ponto de apoio aos viajantes e seus animais; abertura de picadas às margens dos rios; abertura de estradas vicinais e fixação de colonos ao longo das rotas.*<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia. USP, v. 35, p. 75-90, São Paulo: 1992, p.80.



aglomerações. Além dos diversos produtos importados provenientes do litoral fluminense, Minas Gerais começava apresentar uma dinâmica interna produzindo gêneros de primeira necessidade em várias roças.<sup>236</sup>

A partir de 1707, houve o estabelecimento da ligação da capitania de Minas Gerais com o Rio de Janeiro por meio do “Caminho Novo”. Esta via deslocou o curso que ligava as áreas mineradoras a Parati, também conhecido como “caminho Velho”<sup>237</sup> para o Rio de Janeiro, gerando uma grande economia no tempo gasto na viagem.<sup>238</sup> Além do menor tempo gasto e, por conseguinte, menores gastos com a viagem, soma-se também o interesse da Coroa em proteger-se do possível contrabando do ouro. De acordo com Paulo Mercadante: “*Procurava-se manter a ligação da capitania [mineira] ao Rio de Janeiro por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando...*”.<sup>239</sup>

Com a abertura do “Caminho Novo”, intensificou-se o processo de ocupação ao longo dessa via. Pequenos núcleos urbanos, imprescindíveis como entrepostos para os viajantes que por ali passavam, começaram a se firmar ainda na primeira metade do século XVIII e, mais tarde, tornaram-se cidades, como, Juiz de Fora, Barbacena e Santos Dumont, além de outras de jurisdição da então capitania do Rio de Janeiro.<sup>240</sup> Não obstante, iniciava-se uma nova dinâmica político-econômica voltada para o Rio de Janeiro, que então se torna o porto de maior importância, tanto para o abastecimento de mercadorias e pessoas – principalmente escravos africanos – para Minas Gerais, quanto para a saída da produção mineral.

<sup>236</sup> Ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais séculos XVIII e XIX*. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (org) *Termo de Mariana: História & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

<sup>237</sup> Existem indícios de que o “Caminho Velho” tenha sido a rota da bandeira de Fernão Dias (1674-81), responsável pela fundação dos primeiros arraiais da futura capitania mineira, sendo o mesmo já utilizado por expedicionários paulistas ainda no século XVI.

<sup>238</sup> Renato Pinto Venâncio, a partir de documentos contidos no *Códice Costa Matoso* e das pesquisas da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão, mostra que o Caminho novo não foi construído por dos esforços exclusivos dos colonizadores, mas sim conquistado dos povos indígenas que se utilizavam dessa rota desde os tempos pré-cabralianos. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia, V.21, 2000, pp. 181-189. Ainda sobre a modificação da Mata Atlântica pelos indígenas, ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 53.

<sup>239</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 22.

<sup>240</sup> *Códice Costa Matoso. Coleção das Notícias...* . Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1999.

Em um período no qual se tentou evitar a abertura de novos caminhos que pudessem driblar os registros<sup>241</sup> e as patrulhas subordinadas ao erário real, somente as vias de natureza oficial deveriam ser utilizadas.<sup>242</sup>

Tornava-se cada vez mais difícil o controle metropolitano sobre o extravio de ouro e, deste modo, a política da Coroa visava a manter populações de índios longe do contato com brancos e seus associados, seguindo a lógica de que a figura do índio poderia amedrontar os indivíduos que a mata adentravam. Para Maria Leônia Chaves de Resende, os índios que habitavam as “áreas proibidas” serviam como

... um cinturão de resistência nos sertões, intimidando a penetração dos contrabandistas, ávidos em explorar as jazidas minerais à revelia do controle metropolitano. Por isso mesmo, o Estado nem sempre se preocupou de fato com a “civilização” dos índios, que, muitas vezes, prestavam melhores serviços na condição de “bestas selvagens”...<sup>243</sup>

Essa barreira indígena já havia sido mencionada por Venâncio ao apontar que

---

<sup>241</sup> Nos registros eram cobrados os impostos e feitos os controles de entrada e saída de mercadorias e pessoas.

<sup>242</sup> Durante todo o período próspero de exploração aurífera e, mesmo depois, em parte do século XIX, os caminhos autorizados pela Coroa que ligavam a região mineradora ao litoral ficaram conhecidos como “*Estrada Real*”, tornando-se o principal eixo de um intenso processo de urbanização. Várias são as crônicas dos viajantes europeus sobre suas andanças nestes caminhos. Devemos considerar o que ficou conhecido como “*Estrada Real*” uma rede de caminhos que ligava as regiões mineradoras ao litoral, possibilitando a guarnição de pontos e o controle do erário Real. A “*Estrada Real*” que é vulgarmente conhecida nos dias de hoje visa a atender mais a interesses voltados para a exploração turística do que à memória histórica.

Em 1781, um dos personagens mais citados na historiografia brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi nomeado por D. Maria I, rainha de Portugal, Comandante do destacamento do Caminho Novo com o fim de estabelecer uma variante no trajeto que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro. No mesmo ano, Tiradentes levou a picada até o local onde fora instalado o Quartel de Porto de Meneses, onde ficou responsável pela guarnição do dito caminho. Três anos depois, Tiradentes foi indicado pelo Governador para guarnecer as fronteiras a leste da Capitania mineira nos limites com o Rio de Janeiro.

Em função de seu vasto conhecimento acerca dos caminhos que cortavam os sertões do Leste mineiro ou Mata mineira e pelas suas verificações sobre a possível existência de ouro, Tiradentes foi incumbido de impedir o descaminho do ouro e diamantes e proteger as fazendas dos ladrões e assassinos que transitavam por aqueles caminhos.

<sup>243</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003. Ver, também: LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 4 et seq.; RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

*Durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia [de Guarapiranga] permaneceu como limite da área de mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira – bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens – representada pelos índios bravios da Zona da Mata. Os camacãs, os pataxós, os maxacalis, os botocudos e os puri-coroados, durante muitos anos impediram o avanço das hostes mineradoras, estabelecendo uma fronteira militar sobre a fronteira econômica.<sup>244</sup>*

As restrições antes dirigidas aos espírito-santenses passaram a se aplicar aos mineiros e fluminenses, embora às vezes desrespeitadas. Mesmo sendo a abertura de picadas e vias de comunicação não autorizadas pelo governo colonial considerada como *crime de lesa Majestade*, alguns indivíduos partiam das áreas mineradoras e do litoral fluminense – como fizeram antes os espírito-santenses – e abriram caminhos à revelia do poder metropolitano para dinamizar o comércio, evitar os registros e, para os mais aventureiros, estabelecer permuta com índios coletores de poaia. O historiador rio-branquense Oíliam José descreve os primeiros momentos do devassamento da região que ficou conhecida como “*matos proibidos*”. Segundo ele, apesar da proibição oficial da incursão nestas áreas, negociantes de raízes e plantas medicinais conhecidas como poaia começaram a violar as determinações do Governo.<sup>245</sup> Esta última atividade que, como já vimos, também mereceu atenção do governo do Espírito Santo, foi observada nas primeiras incursões na fronteira entre a Capitania de Minas Gerais e o Rio de Janeiro e ocupou papel de destaque no processo de redução e/ou associação com os indígenas que ali viviam.

Como já apontamos neste trabalho, a proibição de entradas nos matos que ficavam a Leste da região mineradora não era tão inflexível, configurando-se mais como numa ferramenta de controle da exploração e do trânsito econômico. Não obstante, a presença indiscriminada do branco na região circunscrita a Minas Gerais, Espírito Santo e Norte fluminense foi cerceada. Não demoraria para este quadro mudar.

---

<sup>244</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext)> Acessado em: 23/02/2007.

<sup>245</sup> JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 27.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, ainda na primeira metade do século XVIII, o Capitão-Mor Luís Diogo Pinto, saindo de Guarapiranga, explorou a região da Zona da Mata em busca de cativos indígenas ao longo de três anos. Suas ações causaram muitas mortes entre os índios que ofereceram resistência. Em 1750, o Capitão Inácio de Andrade deu continuidade ao trabalho de apresamento indígena. “*Afinal, ao que parece, operou-se uma reviravolta na maneira de encarar a atuação junto àqueles selvagens*”. O então General da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, em um pedido ao Cabido de Mariana, conseguiu que o padre Manoel de Jesus Maria rumasse para os matos com o fim de cativar os indígenas.<sup>246</sup>

Se, durante o período próspero da mineração, os sertões do Leste ou Mata mineira foram usados como “uma barreira natural” contra os descaminhos do ouro e diamantes, com a queda da produção aurífera essas paragens passaram a despertar grande interesse na Coroa no sentido de promover a ocupação e exploração sistemática do local. O que se observou em seguida foi um grande choque envolvendo os brancos e seus associados e um mosaico de povos indígenas que ali viviam. O que não implica, necessariamente, na equivocada crônica de extinção, tão recorrente na historiografia tradicional.

Ainda de acordo com Venâncio,

*...a fixação da nova fronteira colonial só ocorreu em 1758, por ocasião da ocupação das matas do Peçanha. Ao longo dos anos, os primeiros povoadores dessa nova região foram progressivamente conquistando outras áreas, até chegarem aos contrafortes da Serra da Mantiqueira, na região do Rio Pomba, onde, em 1767, foram abertas lavras auríferas.*<sup>247</sup>

Deslocamentos de indivíduos das áreas mineradoras e do litoral fluminense, que se intensificaram a partir de meados do XVIII, geraram pressões sobre vários grupos

---

<sup>246</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, pp. 411-412.

<sup>247</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext)> Acessado em: 23/02/2007.

indígenas que, por sua vez, foram obrigados a se “associar” aos colonos, resistir por meio de ações militares em alguns casos e, em outros, adotarem novas rotas migratórias. Segundo Marcos Rubinger, a partir das primeiras décadas de 1800, os Maxacali foram recrutados para dar combate aos Botocudo.<sup>248</sup> Se, por um lado, os indígenas Botocudo não foram tão presentes nos aldeamentos artificiais e eram “refratários aos meios de civilização”, aparecendo em número reduzido – em comparação a outros povos – nas listas que serviam de estatística para o governo<sup>249</sup>; por outro, no que diz respeito à resistência à cooptação e a ataques proferidos, eles eram os mais recorrentes.

Como já é conhecido, no caso de Minas Gerais, o temor de um possível descaminho do ouro e pedras preciosas fez com que as autoridades coloniais redobrassem suas atenções, promovendo um esquadrinhamento nesta capitania. Funcionários régios, viajantes, militares, ou integrantes de expedições, além de devassarem o interior à procura de riquezas minerais, prestavam um serviço de informação sobre as potencialidades da terra. A partir de fins do século XVIII, no contexto, portanto, da criação da Academia de Ciências de Lisboa,<sup>250</sup> a Coroa Portuguesa promove e financia uma renovação no conhecimento científico e cultural, marcada pela atuação de cartógrafos, engenheiros, médicos, cirurgiões, naturalistas, botânicos, dentre outros. Estes emissários da Coroa foram, geralmente, guiados pelo elemento indígena que, para além de conhecerem bem os caminhos e veredas, eram capazes de instruir os europeus na aplicação e uso das plantas exóticas.

A ocupação da fronteira circunscrita a Minas Gerais, Espírito Santo e Norte fluminense não se deu de maneira rápida. Ações militares e de cunho religioso foram utilizadas concomitantemente com a tentativa de promoção de um convívio pacífico envolvendo alguns grupos indígenas e os colonos. Posteriormente às pressões desencadeadas pelo processo de devassamento dos matos, muitos índios rumaram em direção aos arraiais e vilas que iam se constituindo, não indicando, necessariamente, a ocorrência de conflitos por meio da violência, pois, vários deles acabaram imiscuindo-se à população destes locais. Estes indígenas não foram apenas –, usando o termo

---

<sup>248</sup> RUBINGER, Marcos. *Maxakalí, o povo que sobreviveu: estudo de fricção interétnica em Minas Gerais*. In: RUBINGER, Marcos Magalhães & AMORIM, Stella Maria & MARCATO, Sônia de Almeida. *Índios Maxacali: resistência e morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, pp. 9-97.

<sup>249</sup> Conferir o já mencionado: Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s.

<sup>250</sup> A Academia de Ciências de Lisboa foi fundada em fins de 1779 por Dona Maria I.

empregado por Laura de Mello e Souza – “*desclassificados sociais*”.<sup>251</sup> É importante assinalar que eles contribuíram para a formação sócio-cultural das regiões onde foram observados.<sup>252</sup>

## 4.2 Desentendimentos e Conflitos pela Posse de Terra

Assim que a produção aurífera apresentou suas primeiras quedas em meados do século XVIII, novas formas de exploração econômica passaram a ser fortemente incentivadas. Ainda em 1764, a ação pioneira de Francisco Pires Farinho foi responsável pela criação da *Freguesia do Mártir São Manoel da Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Coropós* (sic) na capitania de Minas Gerais. Os índios alcançados pela ação de Pires Farinho revelaram-se pacíficos e, logo, em 1767, acertou-se o trabalho de sua catequização levado a efeito pelo padre Manoel de Jesus Maria<sup>253</sup> no Arraial da Pomba. Com isso, chegaram multidões provenientes das áreas de mineração e da orla marítima fluminense para a construção das primeiras habitações, onde, em 1811, a “missão civilizadora” passava às mãos do francês Guido Thomas Marlière.

Além de portar maiores recursos que os excursionistas precedentes à sua ação, Pires Farinho empregava métodos brandos, ganhando a confiança dos indígenas do grupo Coroados por meio de doações de quinquilharias. De acordo com Oíliam José,

---

<sup>251</sup> Sobre o conceito de “Desclassificado Social”, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

<sup>252</sup> No caso específico de Minas Gerais, ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003. Neste trabalho a autora da visibilidade aos índios ao recuperar a experiência vivida por aqueles que, destribalizados de diversas procedências, buscam lugarejos e vilas movidos pelos mais variados motivos.

<sup>253</sup> “Nascido na *Freguesia de Santo Antônio da Caza Branca, filho natural de João Antunes e de Maria de nação Angola...*” – Processo de Habilitação *De Genere, Vitae et Moribus*. AEAM, Armário 09 - pasta 1576 –, o padre Manoel de Jesus Maria prestou grande serviço ao governo no que diz respeito ao “amansamento” dos indígenas na Mata mineira, abrindo caminho para a colonização dessa área. Seus esforços tiveram ocorrência, principalmente, nas aéreas correspondentes ao Rio Pomba e ao Chopotó dos Coroados. O sangue negro que corria nas veias de Jesus Maria provavelmente foi responsável pelo seu envio para junto aos índios, uma vez que os negros lhes causavam menos estranheza. Tal hipótese foi mencionada pelo seu sucessor Marlière, que dizia: “*Mais pode um fugitivo negro entre os índios que quantos missionários há: isto se prova desde o descobrimento*”. RAPM. Vol. 10, ano 1905, p.610.

com este trabalho Pires Farinho tornou-se Diretor dos indígenas da parte norte dos “sertões do Leste” da capitania de Minas Gerais.<sup>254</sup>

A Coroa passava a conceder títulos de sesmeiros nas áreas conhecidas como “proibidas”. Os indígenas que se aliavam aos brancos passavam à condição de “vassalos do Rei”, sendo utilizados como mão-de-obra em diversas atividades.<sup>255</sup> No entanto, interesses antagônicos e desentendimentos fomentados pelo empenho de alguns indivíduos em ocupar a maior posse de terras possível começaram a surgir.

Francisco Pires Farinho, no seu cargo de Diretor dos índios Coropó e Coroado, responsável pelo aldeamento dos ditos índios, redigiu uma carta a fim de denunciar “*a ereção de uma nova Capela para apossar das terras dadas aos índios*” na região do rio Pomba. Segundo Farinho,

... eoutros [referindo-se aos novos colonos] *Correrão com as Sesmarias sobre as ditas terras emeterão lhes Sismas dizendo lhes q. as terras q ceandavão medindo q erão do Sup.<sup>te</sup> enão deles [dos índios] eq. o depois q. oSup.<sup>te</sup> [o próprio Pires Farinho] os avia deos Lançar fora...*<sup>256</sup>

Diferente do observado em outras capitanias, em Minas Gerais ficou proibida a instalação de ordens religiosas, sendo a construção das capelas e igrejas, bem como a organização das práticas religiosas de encargo do Estado em associação com os colonos. Se, por um lado, essa proibição – como pensava o governo – facilitava o controle sobre a tributação de ouro e diamantes, por outro, a mesma propiciou a tomada de vastas glebas por particulares.

O mesmo Pires Farinho recebeu uma carta de Diogo Carvalho Moraes, detentor de terras na região, questionando o fato de o Capitão Farinho estar diligenciando índios para localizar na sua sesmaria. Moraes dizia não saber o “*motivo que Ovm oObriga*

---

<sup>254</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 29.

<sup>255</sup> Os índios eram utilizados como agricultores, canoieiros, soldados ou guardas, coletores de drogas do sertão, etc...

<sup>256</sup> “... *terras dadas aos índios...*”. Repare-se como o indígena passa da condição de dono das terras a invasor. RIHGMG. Vol. VII, Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro, 1960. pp. 709-711.

[referindo-se a Pires Farinho] *em Andar delegenciando Índios para Os Mandar Cituar nam.a SesMaria que em Nome deSuaMag.e semeConcedeu eComformou...*<sup>257</sup>

Pelo conteúdo da correspondência, pode-se compreender que a discussão envolvendo o direito de posse da terra indígena atendia muito mais a interesses particulares, não significando, portanto, empenho em salvaguardar o direito dos índios sobre as ditas terras.

Criticando a visão forjada do índio como mero agressor, Chaves e Langfur enfatizaram que

*A apropriação brusca da terra dos nativos do sertão do leste relativiza a alegação dos posseiros e dos oficiais da colônia de que os portugueses entraram na floresta virgem como mensageiros da civilização, forçados a usar a violência em autodefesa quando atacados pelos incorrigíveis “selvagens”.*<sup>258</sup>

Atendendo a vontade do General da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lopo da Silva, o padre Manoel de Jesus Maria entrou para o “*Certão dos Matos*” a catequizar os índios Coroado e Coropó e criou a Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe.<sup>259</sup> Jesus Maria se achava na condição de primeiro morador da referida freguesia, e lembrava que os demais habitantes só se instalaram na mesma após “...*verem que os ditos Índios não dezatendião ao suplicante [o padre] porque diante pela mortandade que haviam feito ninguém se animava adár hum passo adiante...*”. O padre também reclamava “*dízimos*” e recursos, assim se justificando: “...*os Índios Croatos foram muito bravos, etem o Suplicante conservado os ditos Índios Cropos, e Croatos, em huma Continuada paz...*”. Ele recorreu a Real Fazenda pedindo recursos a fim de vestir e dar sustento aos meninos índios que estavam sendo

<sup>257</sup> RIHGMG. Vol. VII, Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro, 1960. pp. 709-711.

<sup>258</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 9. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

<sup>259</sup> Hoje Rio Pomba. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

civilizados. Disse alguns dos quais “...*sahirão da Casa do suplicante sabendo bem ler e escrever e Assentarão Praça no Regimento Pago...*”.<sup>260</sup>

O negócio parecia promissor. As cõngruas oferecidas aos padres que faziam o trabalho de catequização sem dúvida motivaram muitos a se embrenharem nas matas. E não era só isso, vastas áreas que antes pertenciam aos índios foram empossadas pelos padres civilizadores.

De acordo com Rafael de Freitas e Souza, os padres, ao se fixarem entre os índios, tinham interesses que se somavam à conversão religiosa. Eram também movidos “... *por razões econômicas, tais como: recebimento de cõngruas e exclusividade sobre os novos cristãos e índios da região*”.<sup>261</sup>

Para o padre Jesus Maria, o não atendimento da Real fazenda “...*com algum vestuário...*” vinha propiciando o abandono dos índios aldeados e em processo de pacificação. Os indígenas, junto de alguns negociantes, iam para o sertão à procura de ervas medicinais (geralmente poaia), a fim de fazerem alguma permuta, na maioria das vezes pretendendo adquirir aguardente dos brancos.<sup>262</sup> O padre reclamava ter que arcar com a manutenção da escola, de sua própria proteção, alimentação e vestes dos índios:

*...como Deos Omnipotente que tudo pode, sustentou a quase acinco mil homens com cinco Paes e dois Peixes, e houve grande Sobra, porem o suplicante que he miserável Creatura lhe foi preciso procurar meyo para ajuda de poder pagar dispesas tantas...*<sup>263</sup>

Reclamava ainda sobre as despesas com a compra de escravos para o cultivo da terra<sup>264</sup> e o gasto dos gêneros que consumiam os índios que vinham povoar a freguesia do Pomba. Segundo o padre, a produção ainda era complementada com importações

<sup>260</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. p. 761-2.

<sup>261</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Purís: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v.3, n.1, p. 53-64, jul. 2003. p. 55.

<sup>262</sup> Ver: *Correspondência de Guido Thomas Marlière*. RAPM, Anos X, XI e XII.

<sup>263</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. pp. 762-4.

<sup>264</sup> A necessidade de aquisição de escravos negros para os trabalhos agrícolas vem confirmar a relutância dos indígenas na adoção da prática do cultivo do solo e, por conseguinte, de um modelo de vida sedentária. Contudo, não devemos descartar a possibilidade de o Pe. Manoel pregar certo exagero nas suas reclamações com o fim de obter maiores recursos da Coroa.

pagas por ele, e que ele mesmo teve que vender suas terras para custear a catequização do gentio e povoar a região.<sup>265</sup>

Mesmo sendo a venda de sesmarias proibida, Jesus Maria justificava a venda de terras na freguesia do Pomba dizendo que elas foram “... feitas a benefício da *Cathequização dos Índios...*”, que era comum os roceiros assentarem posses nas terras dos povos indígenas e que muitos colonos desejam “... *que se destruam os Índios, e se lhe repartão as suas Terra, e dezejam que Vossa Alteza Real os declare Captivos...*”.<sup>266</sup>

Se não era ação legal a venda de sesmarias, qual outra forma de as vendê-las? A resposta parece estar em um pedido de Jesus Maria ao governo metropolitano. O registro mostra que: “...o *suplicante* [o padre], *repugnava Conceder Sesmarias em terras de Índios...*”, e assim, pede mercê ao Rei de Portugal no sentido de possuir a terra em que plantava sem o título de sesmaria.<sup>267</sup>

Durante os quarenta e quatro anos em que viveu entre os índios, Manoel de Jesus Maria obteve grande sucesso ao “amansar” um grande contingente de índios então “bravos” nos sertões do Pomba e imediações. O que se viu em seguida foi um grande fluxo de migrantes da região das minas e do litoral fluminense rumo às ditas áreas. A partir daí, foi-se irradiando o assentamento de roceiros na Zona da Mata. Quando o padre veio a falecer, em três de dezembro de 1811, o Arraial do Pomba “...já não era muito pequeno...”. Seu sucessor, o Cônego José Bonifácio Duarte, assumiu a paróquia em 1813 e ali permaneceu até 1838.<sup>268</sup> A essa altura, o francês Guido Thomas Marlière já havia ampliado em muito o intento do governo no sentido de ocupar a Mata mineira, chegando às “*hordas dos belicosos Botocudo*” na Bacia do Rio Doce.

A doação de terras na região do Rio Pomba foi uma medida tomada pela Coroa com o fim de fazer dos novos colonos, colaboradores, além de efetivar a ocupação daquelas áreas. Os sesmeiros do século XVIII tinham um período de dois anos para tornarem as terras produtivas, sob pena de perdê-las caso isto não acontecesse.

---

<sup>265</sup> Na América Portuguesa, as sesmarias se aplicavam sobre terras devolutas e públicas, doadas com o fim único de serem cultivadas, não podendo, portanto, ser vendidas. Somente após 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras) é que foi permitida a venda de sesmarias. Contudo, a venda de terras obtidas como sesmarias foi frequente enquanto durou esse sistema.

<sup>266</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. p. 764.

<sup>267</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. p. 764..

<sup>268</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, pp. 411-412.

“Concedendo essas sesmarias, o Governo tinha a si mesmo na condição de senhor absoluto e incontestado das glebas, desconhecendo, em consequência, qualquer direito do indígena sobre as áreas que ele ocupava desde muito”.<sup>269</sup> Com isto, tanto as autoridades, quanto os sesmeiros poderiam reagir, até com armas, contra o indígena, que passou à categoria de invasor.

Os esforços no sentido de ocupar a maior quantidade de terras possível vão se intensificar a partir do século XIX. Já nas primeiras décadas desse século, o viajante Georg Wilhelm Freyreiss descrevia uma estratégia dos colonos para legitimar a posse de terras na Zona da Mata. De acordo com o seu relato,

*Certos indivíduos possuem aqui [na Zona da Mata] varias léguas quadradas de terras, que eles mesmos tomaram posse, das que o governo lhes concedeu. Porém nisto houve grandes abusos porque cada um se esforçava para obter a maior porção possível, sem se incomodar com a falta de meios de cultivar as terras todas. Mas como o governo tem estipulado que se o proprietário não cultivar as terras dentro do prazo de 3 anos<sup>270</sup>, voltam elas para a coroa, eles cultivam um pouco de milho ou soltam uma meia dúzia de bois para revalidar a posse.<sup>271</sup>*

Artifícios usados para legitimar a posse de terras e a sua posterior venda já tinham sido descritos por Manoel do Couto Reys no último quartel do século XVIII na região dos Campos dos Goitacases. Dizia Reys que, com o intuito de adquirirem algumas léguas de terras, alguns homens, após terem resposta positiva à suas solicitações, apenas formalizavam “*hum rancho de palha muito insignificante*”, para posteriormente vender as ditas terras sem ter tido o menor anseio de cultivá-las.<sup>272</sup>

Criavam-se instrumentos que visavam à tomada da terra indígena ou à redução desta em pequenas áreas. Na visão de Manoela Carneiro da Cunha, “...os índios ocupam

<sup>269</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 41.

<sup>270</sup> Note que o governo estende de dois para três anos o período estipulado aos colonos para tornarem a terra produtiva. Embora fosse tarefa quase impossível – poucos homens tornar vastas áreas produtivas –, as forças governamentais incentivavam a tomada de áreas originalmente indígenas.

<sup>271</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 54.

<sup>272</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 56.

*uma posição singular, já que têm de ser legalmente, senão legitimamente, despossuídos de uma terra que sempre lhes foi, por direito, reconhecida*".<sup>273</sup>

Com o declínio da produção de ouro nas regiões das minas, observou-se um grande afluxo de migrantes em direção à Zona da Mata. Segundo Ângelo Alves Carrara, em sua tese sobre esta mesma região – referindo-se mais especificamente ao Vale do Rio Pomba –, esta situação “...facilitava a ocorrência de conflitos pela posse de terra”.<sup>274</sup> Afirmção semelhante é feita por Manuela Carneiro da Cunha: “... o século XIX [...] está crescentemente interessado na questão de terras”.<sup>275</sup> Embora os indígenas tivessem sido brutalmente expropriados de suas terras, eles mantiveram resistência. Resistência que não se configurava apenas de uma maneira “externa” à sociedade, digamos, “civilizada”; por meio de ataques, deslocamentos, destruição de fazendas, etc. Por outro lado, em um movimento “interno” à sociedade colonial, muitos índios rumaram para os arraiais e vilas e, valendo-se dos mecanismos da justiça, empreenderam uma luta que não se fez, necessariamente, por meio da força, mas sim, pelo apelo aos códigos legais na tentativa de conseguir algum benefício.<sup>276</sup>

Neste contexto, a questão agrária torna-se evidente e os conflitos não se resumiam no embate envolvendo colonos, Capitães administradores, religiosos e indígenas. Disputas sobre o estabelecimento das fronteiras limítrofes entre as capitânicas/províncias também existiram, como no caso que se arrastou durante décadas envolvendo a capitania/província mineira e a espírito-santense.

Se por um lado os indígenas não devem ser entendidos como meros agressores, por outro, devemos relativizar a vitimização da figura do mesmo. Precisamos entender que no mundo colonial, as relações que os indígenas estabeleciam com a terra modificaram-se. Muitos índios podiam vender ou aforar suas terras, o que por sua vez, não os impedia de regressar às mesmas, expulsando os colonos. Seja como for, essas atitudes também podem ter se desenvolvido como forma de resistência contra violências maiores.

---

<sup>273</sup> CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 141.

<sup>274</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuidade (1839-1909)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de pós-graduação em História. Niterói: 1993, p. 50.

<sup>275</sup> CUNHA, Manoela Carneiro da. loc. cit.

<sup>276</sup> Sobre o acionamento da justiça colonial por parte de indígenas ver o importante trabalho de Maria Leônia Chaves de Resende, *Gentios brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003, p. 133.

Em momentos diferentes, o território indígena foi assolado por distintos arquétipos de ocupação. Se em primeiro lugar, teve-se a conquista dos sertões, com guerras, deslocamentos de grupos indígenas e a formação de aldeias, sobretudo pela ação das entradas e bandeiras, no século XVIII, teve-se a ação dos mineiros que, nas últimas décadas do referido século, promoveram um movimento de usurpação sobre os aldeamentos. Tal fato torna-se nítido após a implantação do *Diretório dos Índios*, quando indígenas junto aos párocos reivindicam o seu direito à posse de terra.

## 5 O DEVASSAMENTO DOS SERTÕES: RESISTÊNCIA E ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

### 5.1 Organizando a Fronteira: A Administração Pombalina e o “Diretório dos Índios”

Como já apontamos, os aldeamentos conduzidos pelos padres jesuítas, que reuniam o poder espiritual e temporal, tiveram um importante papel no que diz respeito à “pacificação” e redução de grupos indígenas em várias capitanias. O governo colonial desde cedo passou a se empenhar na redução indígena “*do lado neo-europeu da fronteira*”, pois, sendo os índios em sua grande maioria volantes e “*carentes do sentido de propriedade, se serviam com frequência das despensas do branco*”. Deste modo, os índios aldeados sob a tutela dos padres estariam, portanto, diante de “*um campo de treinamento para aprender o respeito à propriedade e também a aceitação da definição européia de trabalho e reverência para com o deus cristão*”.<sup>277</sup> No Espírito Santo, desde a chegada dos missionários (1549) até meados do século XVIII, muitos indígenas vinham assegurando, sob a administração dos jesuítas, importantes pontos ao longo do litoral e outros com poucas léguas rumo ao interior. No Rio de Janeiro também não foi diferente. Contudo, as agressões cometidas contra os índios, as epidemias e, sobretudo, o choque de valores culturais ainda faziam com que muitos deles voltassem a viver nos matos, abandonando os aldeamentos.

No Espírito Santo, na aldeia de Reritiba, os indígenas aldeados vinham apresentado resistência ao trabalho dos jesuítas na primeira metade do século XVIII. Em carta datada de 31 de março de 1744, André de Melo e Castro, Conde de Galveias, vice rei e Governador Geral do Estado do Brasil, informou o Rei D. João V, das ordens que os índios desta aldeia tiveram do ouvidor da capitania do Espírito Santo para expulsar os jesuítas. De acordo com Castro, os índios estavam pouco satisfeitos com a administração dos padres. Mesmo tendo sido atendidos com a substituição dos religiosos presentes por novos padres, os índios invadiram a igreja durante uma cerimônia, dizendo “*que tinham ido aos Goitacazes falar ao Ouvi.<sup>or</sup> daquela Cappn.<sup>a</sup> Pascoal Ferreira de Veras que ali seachava em correção [e] publicarão trazer ordens*

---

<sup>277</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 88.

*dod.<sup>to</sup> Ouv.<sup>or</sup> para expulsar os [...] padres*". Ao assenhorearem-se da aldeia, os índios, segundo Castro, dariam

*exemplo, econtágio dispostos para amesma sublevação os Índios das Aldeyas dos Reys Magos, e Cabo Frio, econsequentem.<sup>te</sup>, os hirão seguindo os mais, e resultarão deste distúrbio gravíssimas consequências.<sup>278</sup>*

Se por um lado, o ouvidor da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, incentivou a sublevação dos índios, – infelizmente não identificamos os motivos do ouvidor – o medo de um grande levante indígena assolou as autoridades coloniais. Ainda de acordo com Castro, mesmo os obedientes índios aldeados pelos jesuítas, *“forão esão ainda hoje os anteriores do Gentio Barbaro que antes do seo estabelecimento, infestarão todos aqueles dellatados contornos, com mortes, roubos, einsultos...”*. Se a sublevação continuasse, avisava Castro, os índios antes sob a tutela dos jesuítas poderiam se unir *“com aquelles bárbaros”*, [e então], *“experimentalíamos [os portugueses] outra guerra ainda mais arriscada do que foi ados Palmares em Pernambuco”*.<sup>279</sup>

A solução apontada por Castro consistia na imediata prisão dos envolvidos, *“Cabeças da sublevação **atte seus dos mesmos e Índios, edos outros que onão são...**”*.<sup>280</sup>

Como indica o documento, não se tratava de uma sublevação exclusivamente indígena. A existência de brancos envolvidos não se resumia ao incentivo do ouvidor Ferreira de Veras. Fica evidente que os brancos participaram ativamente quando Castro diz: *“atte seus dos mesmos”*, – portugueses, como o Rei D. João V, a quem Castro dirigia o apelo. Não obstante, *“edos outros que onão são”* aponta para a participação de indivíduos de outras *“qualidades”*, como negros e demais mestiços.

<sup>278</sup> CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar... , Bahia, 31 de março de 1744. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

<sup>279</sup> Ibidem.

<sup>280</sup> Ibidem, “grifo nosso”.

A sublevação na Aldeia de Reritiba ainda se arrastou por muitos anos. Numa consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre um pedido do padre Manoel Siqueira para o devassamento da dita sublevação em 15 de fevereiro de 1746, o padre apelava para o incremento da violência a fim de sufocar o levante. De acordo com o documento, deveriam proceder “*exterminando os cabeças do lugar...*”. Contudo, o mais interessante no documento é a presença de “*...hum Mulato por nome José de Passos Soldado desertor da Bahia que vive refugiado na aldeia dos Guarulhos da administração dos Padres Capuchos nos Goitacazes...*”,<sup>281</sup> como um dos cabeças da sublevação, evidenciando a associação de indivíduos de diversas “qualidades” com os índios.

Quatro anos depois, em carta ao Rei D. João V, datada de 1750, o ouvidor Geral da capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, descreveu como um índio de nome Manoel Lopes, estabelecido no sítio de Orobo, “*há mais de seis annos*” exercia uma espécie de direção sobre outros índios, “*que separados da Aldeya Reritiba, e administração dos Religiosos da Compania de Jesus, estão vivendo debaixo [do seu] mando e regência...*”. De acordo com o ouvidor, Manoel Lopes não permitia a entrada dos bispos no sítio de Orobo, o que fez do local, “*ponto de muitos criminosos desta Comarca; sendo estes [os índios sob as ordens de Manoel Lopes] talvez osque lhes persuadem aquela dezobed.<sup>a</sup>*”. Não nos resta dúvida de que Gouveia impregnou sua carta com certo exagero, sobretudo, ao atribuir a responsabilidade aos indígenas agremiados a Manoel Lopes pelos atos criminosos de indivíduos anônimos. Para as autoridades coloniais, a questão deveria ser resolvida de forma categórica. Necessitava ordenar

*V. Mg.<sup>e</sup> que desta Com.<sup>Ca</sup> seja exterminado odito Índio Manoel Lopes, e seus principays cabeças dadita separação, e ruína, eos mais índios obrigados aviver nasua aldeya, ou em outra qualquer das muitas; que há neste estado administradas por pessoas Relligiosas, que lhes sabem alingoa...*<sup>282</sup>

<sup>281</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D.João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira..., Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

<sup>282</sup> CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao Rei..., Vila da Vitória, 25 de junho de 1750. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 300.

O que é interessante no documento não é a referência à maneira que o ouvidor do Espírito Santo receitava para dar fim a esse tipo de oposição, solicitando punição exemplar aos líderes do levante. Mais do que isso, o manuscrito mencionado permite um novo olhar sobre a mobilização da coletividade indígena. Ao expulsar os jesuítas e impedir o acesso dos bispos à nova aldeia, o índio Manoel Lopes e seus seguidores não reconheceram a autoridade do governo colonial. Esta ação reflete muito mais do que um ato de rebeldia, apontando para um importante aspecto das experiências vivenciadas por estes indígenas. Liderados por Manoel Lopes, brancos, mestiços e demais indígenas associaram-se contra a ordem vigente, apontando para a existência de uma complexa rede de sociabilidades dentro do universo colonial.

Na mesma aldeia de Reritiba viveu o índio Miguel Pestana, cujo processo (1737-1744) foi estudado por Luiz Mott. Trata-se de um indígena acusado de praticar feitiçaria. O texto de Mott torna-se muito importante, não só quando o autor penetra no imaginário popular da demonolatria, mas, sobretudo, quando revela a mobilidade social e os intercâmbios que o índio Miguel Pestana desenvolveu com os brancos e negros. Em seu processo, revela que foi “... *Capitão do Mato na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, no caminho das Minas...*”, tendo também desenvolvido atividades de carpinteiro. Embora a prática de rituais de feitiçaria fosse mais recorrente entre os negros, Miguel Pestana era acusado de ensinar “*mandingas aos negros*”, fascinando-os com seus supostos poderes demoníacos.<sup>283</sup> Ao que parece, a aldeia onde o padre José de Anchieta pregou a fé até a data de sua morte passou por várias ebulições no século XVIII.

O governo – ou às vezes, desgoverno –, que os padres exerceram sobre os índios não se alargou para além da década de cinquenta do século XVIII. Em 07 de junho de 1755, um Decreto Régio criando o “Diretório dos Índios” deitou fim na administração temporal que os padres detinham sobre os indígenas aldeados no Pará e Maranhão. Três anos mais tarde as mesmas determinações estenderam-se a toda a América Portuguesa. O então Marquês de Pombal se esforçou para colocar os interesses da Coroa acima as

---

<sup>283</sup> MOTT, Luiz. *Um Tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1744*. Disponível em: <<http://luiz-mott.blogspot.com/2006/08/um-tupinamb-feiticeiro-do-espírito-santo.html>> Acessado em: 22/05/2008.

ambições particulares, numa clara tentativa de sanar o longo embate entre colonos e os religiosos.<sup>284</sup> De acordo com o Decreto,

[fica] *sendo proibido por Direito Canônico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdócio; e a que ligando essa prohibicao muito mais urgentemente os Parocos das Missões de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inhiorem, assim os Religiosos da Companhia de Jesus...*<sup>285</sup>

Era a primeira intervenção do período pombalino nas obras que os jesuítas empreendiam nas aldeias. A partir de então, seriam nomeados pelo Governador e Capitão-general de cada capitania os “Diretores” responsáveis pela administração dos índios. Dentre as várias medidas contidas neste Decreto, não se pode deixar de mencionar o esforço do governo no sentido de suprimir a língua indígena, tornando o idioma português exclusivo e obrigatório em todos os aldeamentos. Tal medida afirmava o domínio português sobre os seus súditos pela imposição da língua do colonizador. Quatro anos depois, em 03 de setembro de 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas da metrópole e das colônias, confiscando todos os seus bens.<sup>286</sup>

Entre as principais diretrizes do Diretório estavam: a proibição do uso nos aldeamentos de qualquer língua que não fosse o português; a obrigatoriedade de todo aldeamento possuir uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas; a proibição da nudez e das habitações coletivas; a criação de sobrenomes portugueses para os índios; o incentivo ao processo de mestiçagem; a transformação progressiva de muitos aldeamentos em povoações e vilas.<sup>287</sup>

<sup>284</sup> CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 133.

<sup>285</sup> *Decreto Régio de 07 de Junho de 1755 visando a criação do Diretório dos Índios em substituição do ensino jesuíta*. Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. <<http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/index.php>> acessado em: 07/02/2008. Ver também: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

<sup>286</sup> *Lei de 03 de setembro de 1759, expulsando os Jesuítas e proibindo a comunicação com os mesmos*. Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. <<http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/index.php>> acessado em: 07/02/2008.

<sup>287</sup> FREIRE, Jose Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de estudos dos povos indígenas. Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, 1997;

Com o fim de deslocar a tutela dos jesuítas sobre o indígena para um processo “emancipador” proposto por Pombal, – o qual visava imiscuir econômica e culturalmente os indígenas entre os luso-brasileiros –, a escravização indígena foi declarada ilegal e os casamentos entre brancos e índias estimulados. Os índios antes aldeados passaram a ser declarados como *administrados*,<sup>288</sup> e o esforço de assimilação do índio teria, sobretudo, o escopo de fazer dele um agente povoador dos fundos territoriais ainda apenas assinalados pela cartografia da época, bem como adequá-lo à lógica produtiva de então. Não obstante, pretendeu-se atenuar a pretensa inferioridade indígena, imiscuindo-os aos brancos.

Empenhado em centralizar e aperfeiçoar a administração colonial, o que possibilitaria animar a metrópole portuguesa bastante abalada naquela época,<sup>289</sup> o governo pombalino tomava várias medidas, dentre as quais o acirramento do controle sobre as áreas de mineração. Com o fim de dar maior proteção à região das minas, a administração pombalina ainda transferiu a capital da Colônia de Salvador para São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1763.

O encerramento da direção jesuíta sobre os aldeamentos causou um grande abalo no já há muito agitado sistema organizacional indígena. Buscando assimilar estes povos, o governo incentivou a ampla presença de brancos, negros e pardos nos Aldeamentos Régios, “*modificando dessa forma sua composição e interferindo na própria posse da terra*”.<sup>290</sup> Por outro lado, a ação dos novos Diretores nem sempre foi uma garantia para os índios, visto que muitos colonos eram estimulados a se fixarem entre os indígenas “mansos”. Não demorou muito, passaram a usurpar as terras dos índios e submetê-los a trabalhos forçados. Diante dessa situação, muitos índios revoltaram-se, abandonando os aldeamentos.

---

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) *Historia geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo I, 1960, p. 41; Sobre a estratégia de supressão das diferenças e o empenho em homogeneizar a sociedade brasileira já na segunda metade do século XIX, ver: MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, pp. 389-391.

<sup>288</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. loc. cit. No referido texto existe certo exagero quando o autor fala sobre “... *incentivar o progresso e mesmo a felicidade dos povos subjogados*”. O que acontece na prática é a percepção de que os povos indígenas prestariam melhores serviços como aliados e não como escravos.

<sup>289</sup> Em primeiro de novembro de 1755, um terremoto atingiu Lisboa, destruindo-a quase completamente e ainda arrasando o litoral de Algarve. Esse episódio gerou grandes reflexos nas colônias portuguesas, pois a reedificação da metrópole contou com recursos advindos dos seus domínios no ultramar. Para tanto, foi criado o *Subsídio Voluntário* com prazo previsto de dez anos.

<sup>290</sup> FREIRE, Jose Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de estudos dos povos indígenas. Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, 1997.

Para sanar esse problema, fazia-se necessária uma aproximação de forma mais habilidosa. A saída encontrada pelas autoridades baseava-se no relativo restabelecimento da autoridade nominal dos Principais de uma tribo. Diferentemente dos aldeamentos jesuítas, nos Aldeamentos Régios, os indígenas Principais assumiram, – e em vários casos, pode-se dizer –, a direção destas unidades. Respeitados entre sua parentela, os diretores índios prestaram um grande papel no que tange à aproximação de seu povo com os ditos “civilizados”.

Em um roteiro de viagem (do Rio de Janeiro ao Espírito Santo) datado de 8 de outubro de 1802, Manoel José Pires Silva Pontes, sobrinho de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, aponta uma *nota estatística* referente à “civilização” dos índios nos aldeamentos que existiram desde a foz do Rio Casca para o Sul. Segundo Manoel Pontes, são:

- 1.<sup>o</sup> *O do Pomba Director foi o C<sup>el</sup> Silvestre de Nação Coropo;*
- 2.<sup>o</sup> *O do Porto S<sup>to</sup> Antônio Director C<sup>el</sup> Manoel Carlos de Almeida – Pury;*
- 3.<sup>o</sup> *O de Manoel Burgo. Di.<sup>or</sup> Constantino José Pinto – Pury;*
- 4.<sup>o</sup> *O do Presidio – diretor C<sup>el</sup> Gonçalo – Croato;*
- 5.<sup>o</sup> *Abre-Campo – Alf.<sup>s</sup> Jose Caetano;*
- 6.<sup>o</sup> *Pão de Assucar – idem;*
- 7.<sup>o</sup> *Villa do Principe – idem.<sup>291</sup>*

Dos sete aldeamentos indicados, quatro eram dirigidos por índios, revelando a associação de indígenas com a administração colonial. Essa situação não pode ser ingenuamente entendida como um mero mecanismo de aniquilamento da cultura e identidade indígena, mas, por outro lado, mais uma vez estamos diante estratégias de sobrevivência, em razão das quais os índios tiveram que valer-se de instrumentos de controle colonial. Os indígenas não estavam isentos de serem movidos por interesses particulares, onde a associação com o branco podia ser percebida como uma forma de

---

<sup>291</sup> ENGRÁCIA, Pe. Júlio. *Addenda ás “ephemerides mineiras”*. RAPM, v. IX, Fasc. 1, 2, 1904, p. 127. “grifo nosso”

lhes render algum tipo de vantagem. Considerando o interesse das autoridades coloniais, uma vez que os indígenas diretores dos aldeamentos acima mencionados eram de procedências étnicas diferentes, não seria estranho se imaginássemos que eles poderiam estar sendo designados, também, com o fim de estabelecer a mediação cultural entre os brancos e os diferentes grupos indígenas envolvidos. Contudo, o que parece mais provável é que, já que em cada aldeamento referido o Diretor indígena era do mesmo grupo que habitava a região, serviria este, portanto, como um pacificador dos índios locais.

Conforme Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a partir do século XIX, existiu

*“... uma política indigenista calcada na valorização dos aliados e na demonstração explícita dos benefícios e do bom tratamento que era dispensado àqueles que se dispusessem a participar do processo de conquista e do domínio de outros grupos indígenas”.*<sup>292</sup>

Ainda com todos os esforços, a maioria dos aldeamentos não logrou êxito por muito tempo. As constantes usurpações movidas pelos colonos e o despreparo de alguns diretores que, muitas vezes, empenhavam-se em sujeitar os índios à própria vontade, mesmo contra as determinações da Coroa, acabou provocando o malogro desse sistema. Curioso é que, passados mais de duzentos e cinquenta anos, a discussão envolvendo a escolha entre tutela e emancipação dos povos indígenas ainda se faz presente.

Após contínuos deslocamentos, muitos indígenas passaram a morar junto às populações rurais e, no caso da capitania mineira, urbanas, que há muito se firmaram, não sendo, portanto, simplesmente exterminados como aponta historiografia tradicional. Essa análise permite romper *“com a ideia de que tivessem desaparecido e perdido sua identidade ou que tivessem [simplesmente] fugido para o interior da colônia no final do século XVII e início do XVIII, época do povoamento do território mineiro”.*<sup>293</sup>

<sup>292</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <[http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA\\_HILDA\\_BAQUEIRO\\_PARAISO.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf)> Acessado em: 20/02/2008.

<sup>293</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. pp. 7, 8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

## 5.2 A Resistência Indígena na Fronteira

A partir do século XIX, aceleraram-se as mudanças nas deliberações da metrópole. O período foi marcado por inversões nas políticas que diziam respeito às comunicações entre as capitanias/províncias, às doações de sesmarias e outros assuntos referentes à questão agrária e, por conseguinte, à questão indígena. Segundo Maria Odila da Silva Dias,

*preocupou-se a Corte em abrir estradas e, fato quase inédito, em melhorar as comunicações entre as capitanias, em favorecer o povoamento e a doação de sesmarias. Tinham como fé obsessiva aproveitar as riquezas.*<sup>294</sup>

O acesso ao mercado mundial por meio da navegação do Rio Doce, a ocupação dos espaços conhecidos como sertões e a guerra contra populações indígenas ganharam destaque na pauta do governo central e dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo.<sup>295</sup> Diversos quartéis e destacamentos foram estabelecidos a fim de proteger e animar a navegação dos rios, sobretudo do principal deles, o Rio Doce.

Se, por um lado, os quartéis erigidos em pontos estratégicos nas matas serviam para afugentar grupos indígenas hostis, principalmente os Botocudo, por outro, o efetivo nestes postos tinha, em muitos casos, a composição de indígenas associados aos brancos “civilizadores”. Em muitos casos os indígenas chegaram a dirigir divisões de “soldados

<sup>294</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. RIHGB. n. 278, 1968.

<sup>295</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Coedição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005, p. 25. Carta Régia de 02 de dezembro de 1808, Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007. Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, ao Governador, e Capitão General da Capitania do Espírito Santo dando várias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da dita Capitania. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007.

dos matos”, como o caso que veremos mais à frente do índio Miguel da Silva, que fazia incursões a partir da capitania do Espírito Santo rumo ao Vale do Rio Doce.<sup>296</sup>

Cabe lembrar que os indígenas da região circunscrita a Minas e Espírito Santo não estavam apenas sujeitos a um movimento centrípeto, a ondas migratórias que apontavam sempre para o interior dos matos. Na realidade, tais movimentos comportaram-se das mais variadas formas, recuando rumo ao interior em algumas áreas, resistindo em outras e, até mesmo, avançando sobre regiões distantes do interior, como nos deslocamentos do grupo Botocudo rumo à capitania do Espírito Santo, que se multiplicaram com o avanço dos mineiros sobre os sertões do Rio Pomba e, posteriormente, rumo ao Rio Doce, especialmente após meados do século XVIII.<sup>297</sup> Trata-se, portanto, de uma fronteira multidirecional, e não de um avanço linear que se desloca do Leste para o Oeste. O processo de alargamento das fronteiras coloniais da América Portuguesa não pode ser compreendido pela maneira como é vulgarmente representado na cartografia de meados do século XVIII e, muito menos, pela caricatura da idéia de “progresso” ainda presente em nosso imaginário.

Pressionados por todos os lados, vários grupos indígenas – sobretudo os Botocudo – tiveram sua organização territorial e social desarticulada e, ao evitarem os colonizadores, acabavam entrando em choque uns contra outros. Com isso, as guerras intestinas, já existentes em períodos anteriores à presença dos portugueses, ganharam uma nova dinâmica. Além das pressões que poderiam colocar diversas tribos lutando pelo domínio de um dado território, a aquisição de escravos indígenas capturados nestes conflitos também contribuiu para tornar as guerras inter-tribais praticamente contínuas. Aproveitando-se destes conflitos, os colonizadores buscavam alianças com grupos indígenas que os aceitavam como coligados contra um inimigo, às vezes, ancestral. Por sua vez, tais alianças nem sempre significaram uma perspectiva positiva para estas comunidades.

---

<sup>296</sup> CUNHA, Francisco Manoel da. *Ofício Que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo (26-02-1811)* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, XII, 1849, pp. 511-18.

<sup>297</sup> A ocupação dos sertões do Rio Pomba teve início ainda em meados do XVIII com a ação de Francisco Pires Ferinho, que abriu espaço para o trabalho de catequização do padre Manoel de Jesus Maria e, posteriormente, a ação de Guido Thomas Marlière que atingiria o Vale do Rio Doce na segunda década do XIX.

Ângelo Alves Carrara, ao tratar da região que hoje leva o nome de Zona da Mata Mineira, discorre sobre a região de fronteira do Vale do Rio Doce. Segundo o autor – referindo-se a esta área como sub-região norte da Zona da Mata Mineira –, embora já tivesse sido iniciado o processo de ocupação desde meados do século XVIII, a presença dos indígenas Botocudo vinha atravancando o avanço econômico da região. O Vale do Rio Doce, deste modo, permaneceu numa situação periférica; era uma área de economia praticamente inexpressiva para Minas Gerais até 1880. Para evidenciar isto, Carrara assinala: “*Durante boa parte da Primeira República esta sub-região norte continuou recebendo verbas estaduais para colonização indígena*”.<sup>298</sup> Embora do lado da capitania/província mineira, Guido Thomas Marlière tivesse desempenhado grande trabalho no que tange à incursão a essas áreas desde 1819, a pacificação dos indígenas Botocudo ainda vinha se mostrando tarefa por demais penosa. O caráter nômade desses indígenas dificultava a instalação de aldeamentos e, por conseguinte, a sua pacificação.

Outro fator que explica a irredutibilidade dos indígenas do grupo Botocudo advém do temor que estes tinham dos surtos epidêmicos que devastaram vários aldeamentos, chegando até mesmo a se propagar nas aldeias de formação espontânea no interior dos matos, quando índios reduzidos “*escapavam de volta para suas famílias*”. Os índios do litoral foram as principais vítimas, ocorrendo grandes devastações no Espírito Santo, desde os primeiros anos de colonização. De acordo com Warren Dean, os poucos sobreviventes evitavam todo tipo de contato com os europeus, “*seja abandonando inteiramente a agricultura e dividindo-se em pequenos grupos de caçadores, seja demonstrando uma ferocidade tão terrível que os portugueses receavam entrar em seu território*”. Destacaram-se, entre esses sobreviventes os indígenas Aimoré,<sup>299</sup> também identificados como Botocudo.

---

<sup>298</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e contínuismo (1839 – 1909)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós-Graduação em História, Niterói, 1993. p. 57.

<sup>299</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 79.

### 5.3 Intensificação dos Esforços na Ocupação da Fronteira: Estruturas de Comunicação e Controle

Antonio Pires da Silva Pontes Leme, governador do Espírito Santo entre 1800 e 1804, ficou incumbido de estudar o curso do Rio Doce, da sua foz à Cachoeira das Escadinhas. Para isso era imprescindível a aproximação com os indígenas Botocudo, habitantes que tiveram nessa região um de seus últimos abrigos. O trabalho resultou na “*Carta Geográfica do Rio Doce e seus Confluentes*”. Silva Pontes ainda teve como uma de suas principais tarefas entender-se com o governador mineiro, Bernardo José de Lorena, sobre a demarcação dos limites entre as duas capitanias.<sup>300</sup>

Depois da Cachoeira das escadinhas, foi instalado o Quartel do Souza,<sup>301</sup> “*quartel e porto na margem sul do rio Doce, 2 léguas abaixo da foz do Guandu e limite neste ponto entre a província<sup>302</sup> do Espírito Santo e a de Minas Gerais, a 32 leguas da foz do rio Doce*”,<sup>303</sup> local onde em 06 de novembro de 1800 foi celebrado o acordo referente aos limites e a abertura da navegação do Rio Doce.<sup>304</sup>

Tal acordo visava referendar o Auto de Demarcação de outubro de 1800<sup>305</sup>, o qual rezava que,

*tomando-se por divisa a linha Norte-Sul, pela parte mais elevada do espigão que se acha entre os rios Guandu e Manhuaçu, ficando pertencendo a Minas Gerais todo o terreno que se achasse ao Oeste desta linha, e ao Espírito Santo o que ficasse a Leste da mesma linha no*

<sup>300</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Coedição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005, p. 58. DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

<sup>301</sup> Alguns desses quartéis serviam como Registros, antigas unidades aduaneiras. Há notícia de quatro dessas unidades no Espírito Santo: no quartel de Óleos, Ourém, Porto do Pontal e Comboios. SAINT-ADOLPHE, Milliet. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brazil*. Tomo II, 1845, p.171.

<sup>302</sup> Somente em 1821 foi extinto o sistema de capitanias. Enquanto a maioria tornava-se províncias, algumas tiveram o seu território anexado às nascentes unidades.

<sup>303</sup> RUBIM, Brás da Costa. *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo*. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Tomo XXV, 1862. pp. 597-648.

<sup>304</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

<sup>305</sup> RUBIM, Brás da Costa. *Memória estatística da Província do Espírito Santo*. In: RIHGB. Rio de Janeiro Tomo XIX, 1º trimestre de 1856, Nº 21. p. 169.

*rio Doce, tendo-se ainda estabelecido os quartéis de Souza e Lorena nas margens do mesmo rio[...].*<sup>306</sup>

Silva Pontes não obteve resultados satisfatórios. Ataques indígenas minavam a resistência do Porto e afugentavam os comerciantes. Em 1805, faleceu Silva Pontes sem conseguir fazer do referido porto um entreposto comercial, deixando, assim, sua obra inacabada.

Em 1806, o então *Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais*, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, propõe “...estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas...” a fim de patrulhar os portos e margens dos rios, facilitando a entrada “...para o nosso interior...”, pois, segundo o governador, o gentio Botocudo vem atacando os povos “...que confrontam com a Mata Geral de Aquém do Rio Doce no termo da Cidade de Marianna”.<sup>307</sup>

Ataíde e Mello lembra o estabelecimento de seis presídios pelo seu predecessor, o Visconde de Barbacena, e ainda diz que estes propiciaram “...algumas utilidades”.<sup>308</sup> Embora geralmente estes presídios produzissem apenas uma agricultura de subsistência, detinham grande importância no que diz respeito à manutenção de postos avançados no interior da densa mata.

Os destacamentos propostos por Ataíde e Mello seriam estabelecidos no Rio do Peixe, no Rio da Casca e na Barra do Ribeirão Belém. Os gastos da Coroa com a instalação, pagamento dos praças, fornecimento de pólvora e munição seriam justificados com os tributos dos “...Dízimos, e já no Quinto do Ouro, que se pode extrair em alguns daquelles Rios...”.<sup>309</sup>

No início do século XIX, o então ministro do Estado, Conde de Linhares, sabendo da existência de terras férteis em Ubá, “...encarregou o sr. José Rodrigues de partilhá-las”. Este último não encontrou grandes empecilhos, pois muitos dos índios que ali viviam tinham sido dizimados por doenças adquiridas dos vizinhos portugueses. Nas palavras do naturalista Saint-Hilaire: “Uma doença de pele, moléstias venéreas e,

<sup>306</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Op. cit.* As querelas envolvendo a questão dos limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais ainda se arrastariam por grande parte do século XX.

<sup>307</sup> RAPM. Ano III, Fascículo III e IV, 1898, p. 743.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 744.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 744/5.

sobretudo, a varíola começaram logo suas devastações entre eles [os índios] e fizeram padecer grande número”. Os indígenas que restaram rumaram para a outra margem do Rio Paraíba, integrando-se a outras tribo conhecidas genericamente como Coroado. Os índios passaram a viver próximos de Ubá, nas “florestas vizinhas do Rio Bonito”. Desde então, foi observado um rápido desenvolvimento na habitação, onde o “... sr. José Rodrigues mandara construir um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá”.<sup>310</sup>

Fazia-se necessária a criação de um ambiente menos hostil aos colonos que adentravam aquela área de fronteira.

Com o intuito de dinamizar o processo de exploração da região do Rio Doce e animar a navegação entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, o príncipe regente Dom João remeteu a Carta Régia de 13 de maio de 1808,<sup>311</sup> dirigida ao então governador da capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, decretando guerra ofensiva aos Botocudo “*Antropophagos*” e criando as seis Divisões Militares do Rio Doce. O ato justificava as ações militares que resultariam no apresamento de indígenas e/ou no convívio forçado destes com os brancos e a conseguinte usurpação de suas terras. Também pontuava as principais diretrizes da política do governo no que tange à questão indígena então em foco. Seguia-se a lógica da doação de sesmarias nas terras indígenas, que, por sua vez, seriam supervisionadas pelos Comandantes das Divisões Militares estabelecidas no sertão. Neste contexto, a diversidade indígena sofreu uma redução em consequência deste ato, que centralizava na figura dos “Botocudo” a identidade principal, os quais, nas palavras de D. João VI: “passarão a praticar as mais horríveis e atrozescenas.”<sup>312</sup> Tais determinações se estenderiam até 1831, mas seus efeitos durariam muito mais. Embora a “guerra justa” fosse dirigida aos Botocudo, todo e qualquer indígena relutante ao processo de

<sup>310</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p.28.

<sup>311</sup> “Que [...] fique estabelecida por dez anos a livre exportação, e importação de todos os Gêneros de Comercio, que se naveguem pelo mesmo Rio Doce, seja descendo para a Capitania do Espírito Santo, seja subindo da mesma para a de Minas Gerais...” Carta Régia de 13 de maio de 1808, Constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007.

<sup>312</sup> BIEBER, Judy. *Soldados-etnógrafos, viajantes e canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas oitocentista*. Departamento de História da Universidade do Novo México. Conferencia realizada na FAFICH-UFMG, no dia 24 de maio de 2007.

associação com os brancos estava a partir dessa declaração, sujeito à escravização e/ou extermínio.<sup>313</sup>

Aos índios que buscassem a associação com os colonos seria provida educação e proteção contra os abusos dos brancos e contra os ataques de indígenas relutantes a associação. Segundo determinação legal, os índios capturados na “Guerra Justa” poderiam ser escravizados por um período de 12 anos ou “...até que cessem sua ferocidade...”.<sup>314</sup>

Com isso, os índios “mansos” foram “beneficiados” com uma legislação que visava a “protegê-los”. Aqueles que abandonaram seu traço volante, fixando-se na terra e servindo como “braços” para os colonos ou em arregimentações militares, ou até mesmo, em alguns casos, recebendo sesmarias e participando da lógica produtiva do governo, passaram a ser assistidos.

Entretanto, o que acontecia na prática era a construção de uma legislação que submetia os índios à vontade dos brancos. Ora, os indígenas, com costumes ancestrais, pelos quais a caça, a pesca e a coleta compunham um conjunto de atividades satisfatórias para a manutenção de seu modo de vida, foram entendidos como vadios e, deste modo, submetidos ao trabalho nas fazendas que surgiam naqueles sertões.<sup>315</sup>

Como já apontamos, o possível traço antropofágico entre os indígenas Botocudo ainda apresentava-se de forma bastante nebulosa. No momento em que se fazia urgente a ampliação dos domínios do governo rumo às áreas inóspitas de fronteira, a autorização de uma “*Guerra Justa*” contra os “*selvagens antropófagos*” parecia muito conveniente

<sup>313</sup> Sobre a declaração de “Guerra Justa” aos Botocudo, ver também: LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, pp. 3, 4. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>> Acessado em: 20/03/2009; MATTOS, Izabel Missaglia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

<sup>314</sup> Carta Régia de 02 de dezembro de 1808, Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007.

<sup>315</sup> Não devemos esquecer que no momento em questão o indivíduo que fosse entendido como vadio estaria sujeito a penalidades descritas pela legislação vigente. O crime de vadiagem ainda existiu ao longo do século XX. Sobre o crime de vadiagem, ver: MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Vadios e Mendigos no Tempo da Regência (1830 – 1831): Construção e Controle do Espaço Público da Corte*. [Dissertação de Mestrado]. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da UFF, 2002.

– para o governo, é claro. Diversas imagens foram forjadas acerca da fronteira e, provavelmente, o mito do Botocudo antropófago tenha sido uma das mais recorrentes no imaginário popular daquela época. Um aspecto interessante acerca do mito da antropofagia é que esta não provocava temor apenas entre aqueles não índios. De acordo com Paraíso, um dos expedientes usados para atrair os indígenas para os aldeamentos “... *era a difusão de ideias aterrorizantes sobre os seus inimigos [indígenas], particularmente a suposta prática do antropofagismo*”.<sup>316</sup>

É importante salientar que as determinações de 1808 não promovem um mero extermínio. A partir de tal documento, estava **reaberta legalmente a escravização indígena**. Grupos inteiros de Botocudo foram dizimados ou reduzidos aos aldeamentos compulsórios. Somente no início da terceira década dos oitocentos é que a fúnebre Carta Régia foi revogada, quando grande parte desse grupo já estava reduzida aos aldeamentos ou aniquilada. Essa perseguição aos Botocudo foi justificada pela visão de que tais indígenas “...*eram incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação*”.<sup>317</sup> No entanto, alguns índios botocudo foram observados em associações com os brancos. Em número muito reduzido, é certo, se comparados aos Coroado, Coropó e Puri, os Botocudo prestaram serviço como canoieiros no Vale do Rio Doce.

Na zona da Mata, mais precisamente no Presídio de São João Batista, Guido Thomas Marlière promoveu a pacificação e o aldeamento de inúmeros indígenas, lutou contra o uso indiscriminado de aguardente entre estes, como consta em sua correspondência oficial, e tomou providências para a abertura da estrada para Campos dos Goitacases, ligando o Presídio a Campos, na província do Rio de Janeiro.<sup>318</sup> Marlière ainda cuidou da educação elementar na região do Presídio e do Rio Pombo, solicitando ao Príncipe Regente a criação de uma sala de primeiras letras para as crianças indígenas.

O contato com os indígenas do grupo Puri revelou-se bem mais difícil do que aquele promovido com os Coroado e Coropó, – estes já em franco andamento com os

---

<sup>316</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <[http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA\\_HILDA\\_BAQUEIRO\\_PARAISO.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf)> Acessado em: 20/02/2008.

<sup>317</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 83.

<sup>318</sup> Esta estrada detinha grande importância, pois permitia que os presidienses se comunicassem e comerciassem com a Baixada Campista e o vizinho litoral fluminense.

trabalhos do padre Manoel de Jesus Maria nas imediações do Pomba e Presídio. Prova disto é a confissão de Marlière de ter enviado duas bandeiras<sup>319</sup> punitivas aos Puri então bravios.<sup>320</sup> Somente no ano de 1819 é que foi estabelecida a paz entre os Coroado e Puri e, daí em diante, pôde-se também aldear estes últimos.

Sobre os Puri em processo de aldeamento, há algumas reflexões de Marlière. Segundo ele,

*... no q.' respeita a nova Nação dos Purís na sua primeira Aldeação se podem mandar ensinar Off.<sup>os</sup> mecânicos; e o mesmo P.<sup>e</sup> q.' V. M. I. for servido Mandar p.<sup>a</sup> Capellão será obrigado a ensinar-lhes a ler, escrever p.<sup>a</sup> melhor conhecerem a palavra de D.<sup>s</sup>, e aproveitarem as Almas dos innocentes e a cada homem dar-se hum maxado, foice, e enxada para os admittir ao trabalho e fazerem cada hum suas plantações p.<sup>a</sup> suas famílias p.<sup>r</sup> q.' desta forma se evitará as despezas q.' em principio do aldeam.<sup>10</sup> não se podem despensar.<sup>321</sup>*

Marlière permaneceu até 1816 no Presídio de São João Batista – núcleo inicial de sua atuação –, quando foi promovido a Capitão da 4ª Companhia de seu Regimento, transferindo seu quartel logo em seguida para a Serra da Onça (hoje entre Guidoal e Dona Euzébia). Sua ação entre os índios da Zona da Mata alcançou grande resultado, “amansando-os” e tornando, assim, aquelas áreas propícias à ocupação dos colonos.

<sup>319</sup> Embora o termo “bandeira” seja comumente usado para designar ações dos paulistas, sendo mais frequente o emprego de entradas, armações ou simplesmente expedições quando nos referimos a ações ocorridas nas demais capitânicas, o relato de Marlière serve para demonstrar que tal termo foi utilizado em outras capitânicas, não sendo exclusivo no caso paulista. A respeito dessa discussão ver: PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002, pp. 196-7.

<sup>320</sup> Em correspondência datada de 28 de março de 1828, Marlière presta contas ao presidente da província de Minas Gerais, recordando ter “...mandado, em 1814 ou 15, duas Bandeiras ao Matto, contra os Puris então bravos...” a primeira “composta de Portuguezes da Esquadra do Matto”, enquanto a segunda era “inteiramente de Coroados [...] o resultado da 1ª foi hum pequeno Combate, entre huns, e outros em que morréo hum Purí, e ficou flexádo um Portuguez. O resultado da 2ª foi mais eficaz porque os Coroados levarão a vingança à hum exesso q' não esperava: mataram o Chefe dos Puris chamado Igir, e me trosuserã os despojos delle, e vários pares d'Orelhas do inimigo vencido – intentando eu por fim à essa Guerra desastroza, e repugnante – mandei Offerecer a paz aos Puris pelo modo usitado entr'os Índios, o qual he pendurar nas suas picadas mallócas de Espigas de Milho: quando o que quer a paz come o Milho, então ella está feita; aliás o deixa ficar...” A composição desta segunda bandeira é mais um registro do quanto era necessária a atuação do elemento indígena nas campanhas contra aqueles índios que se negavam a se associar aos brancos e que, por sua vez, se configuravam em um entrave à expansão da fronteira agrícola e demais formas de exploração da região pretendida pelos adventícios. RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

<sup>321</sup> RAPM. Ano X, p. 440.

A partir de 1819, Marlière ampliou seus trabalhos de redução indígena até as florestas inóspitas dos vales do Rio Doce e Jequitinhonha,<sup>322</sup> então habitadas pelos temidos Botocudo. Em função do êxito de seus esforços, apaziguando os embates entre índios e colonos, em 1824 foi elevado a Diretor-Geral dos Índios. Às margens dos rios supracitados, foram implantadas sete Divisões Militares e foram erigidos 27 quartéis, todos sob a administração de Marlière, cujo domínio chegou a se estender do Vale do Rio Doce aos Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro. Tais estruturas promoviam a proteção dos colonos e expedicionários que adentravam esta área de densa mata.

Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso,

*As relações estabelecidas entre os membros dos quartéis e dos destacamentos e os Botocudos podem ser caracterizadas pela violência combinada com a tentativa de atrair os índios com a oferta de presentes [...] e, principalmente, comida.*<sup>323</sup>

Uma estratégia empregada por Marlière era a de estabelecer aldeamentos “nas matas virgens, próximo aos rios, para o sustento e banho dos índios”. Mantendo o indígena em seu meio natural, o abandono dos aldeamentos por parte deles apresentava-se menor do que o ocorrido em áreas diversas das que originalmente eles ocupavam. Contudo, para os novos colonos, “quando necessário, recorria-se à força, à aplicação da justiça dos brancos ou, até mesmo, à distribuição de roupas infectadas de varíola”.<sup>324</sup>

Ainda sobre os aldeamentos dirigidos por Marlière, há informações nas *Reflexões sobre os Índios da Prov.<sup>a</sup> de Minas Geraes Mar.<sup>co</sup> de 1826*:

<sup>322</sup> De acordo com Marcos Rubinger, no início do século XIX, a região do médio Jequitinhonha e do Mucuri – local habitado por índios Maxacali – foi devassada lentamente por frentes de extração de poaia, madeiras e peles, sendo só muito mais tarde, penetrada por alguns criadores de gado e pequenos agricultores. RUBINGER, Marcos. *Maxakali, o povo que sobreviveu: estudo de fricção interétnica em Minas Gerais*. In: RUBINGER, Marcos Magalhães & AMORIM, Stella Maria & MARCATO, Sônia de Almeida. *Índios Maxacali: resistência e morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, pp. 9-97.

<sup>323</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia. V.35, p. 75-90, São Paulo: USP, 1992. p. 84.

<sup>324</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Purís: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v.3, n.1, p. 53-64, jul. 2003. p. 56.

*... devem ser estabelecidos em Mattas Virgens, Pátria dos Índios em avezinhanças de Rios navegáveis, sendo possível abundantes de Peixe, q,' determinará a sua fixd.<sup>a</sup> pela abund.<sup>e</sup> daquelle sustento, e o deleite dos banhos, sem os quais não passam. [...] Aldeã fundada em Campos já mais hade existir. O ardor do Sol os mata e afugenta...*<sup>325</sup>

Contemporâneas ao trabalho de Marlière no Presídio e na Serra da Onça foram as visitas de naturalistas como, G. W. Freireyss, August de Saint-Hilaire, Von Spix e Von Martius, entre outros. Estes viajantes deixaram importantes informações sobre a Zona da Mata e as imediações do Rio Doce no início do século XIX. A densa floresta parecia cada vez menos inóspita.

Guido Thomas Marlière não conseguiria atingir seu grande feito como “agente civilizador” e, por conseguinte, grande partícipe da ocupação da região de fronteira que se inscrevia entre as capitânicas/provincias de Minas Gerais, Espírito Santo e Norte fluminense, sem o trabalho de seus predecessores, os missionários padre Manoel de Jesus Maria e Padre Francisco da Silva Campos. Ambos os padres tiveram algum sucesso na “civilização” dos indígenas Coroado e Coropó que viviam nas áreas correspondentes a Rio Pomba, Ubá e Presídio de São João Batista. No entanto, coube a Marlière a difícil missão de pacificação dos remanescentes Puri e dos bravios Botocudo do Rio Doce, feito que antes dele parecia quase impossível.

Marlière ainda contou com a ajuda do indígena Botocudo Guido Pokrane. Convertido ao cristianismo e batizado pelo próprio Marlière, foi indispensável como “língua” ou intérprete. Pokrane guiou Marlière nas matas então habitadas pelos Botocudo do Rio Doce, mostrando-se fiel ao “civilizador” ao trazer consigo índios para os aldeamentos. Contudo, parece não ter sido tão fiel ao seu povo, aplicando castigos

---

<sup>325</sup> RAPM. Ano XI – fascículos I, II, III e IV – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906, p. 81. Pensava-se que, ao aldearem os índios em “Campos”, ou seja, longe dos rios e das matas, o sol escaldante poderia os matar. Deste modo, os “brancos” não consideravam que a abrupta mudança nas relações de trabalho do mundo indígena podia ser a resposta para tamanha deserção de alguns aldeamentos – pelo menos não encontramos nenhum relato dessa natureza. A divisão do trabalho entre homens e mulheres era muito bem delineada dentro das sociedades indígenas. Talvez isso explique o motivo que tornou os índios menos relutantes ao seu emprego no corte e transporte de madeira, – isto desde os primeiros contatos com o europeu – e às arregimentações militares, por exemplo. Assim, ao serem deixados em seus recantos naturais, os índios apresentavam-se menos relutantes à sua fixação em pousos estáveis. Ademais, se os índios tornaram-se roceiros, o processo não deixou de ser lento e penoso. Lembremos das reclamações do padre Manoel já apresentadas nesse trabalho, entre as quais estava a de ter que arcar com despesas para a compra de escravos para o cultivo das terras “destinadas” aos índios. Com o passar dos anos, ao passo que se restringia o espaço vital para o desempenho das atividades de sobrevivência dos índios nos modos pré-cabralinos, a cultura do “mundo civilizado” foi sendo incorporada pelos indígenas. Prova disso, foi o grande número de índios roceiros na segunda década do século XIX.

quando os indígenas se mostravam indisciplinados.<sup>326</sup> Pokrane atuou como soldado na 6ª Divisão, onde mais tarde, compôs o efetivo na margem esquerda do Rio Doce fundando aldeamentos.<sup>327</sup>

Marlière também trabalhou para cessar os conflitos entre grupos indígenas rivais, contudo, muitas vezes, teve mais trabalho em pacificar o próprio branco, que, ao se lançar sobre as terras indígenas, anulava sua obra, tornando os índios novamente inimigos dos ditos civilizados. Em sua correspondência figuram inúmeras reclamações sobre os abusos cometidos contra os índios praticados pelos colonos, agentes do governo e até mesmo soldados sob suas ordens.<sup>328</sup> Seu trabalho teve, sem dúvida, imensa importância para a execução do projeto do governo: a pacificação dos índios e, por conseguinte, a ocupação seguida da exploração das novas áreas. No entanto, para os indígenas, parece que este trabalho não foi tão benéfico. Vitimados por guerras justificadas pela sua indolência, despojados de seu espaço vital, poderiam deslocar-se para outras regiões, associarem-se aos brancos ou refugiarem-se nos arraiais e vilas, buscando, às vezes, amparo nos códigos legais vigentes.

A ação de homens como o padre Jesus Maria e Marlière foi grande responsável pela desorganização do mundo indígena. A partir do contato com os brancos, os índios foram vítimas não só das guerras e da exploração de sua força de trabalho. Foram vitimados também pelas doenças e diversos vícios inseridos pelos adventícios.

Prosseguiram então os esforços rumo a ocupação dos sertões. Em um ofício, datado de 26 de fevereiro de 1811, ao Conde de Linhares sobre a capitania do Espírito Santo, Francisco Manoel da Cunha lamentava a morte do diligente Silva Pontes e pedia providências para o desenvolvimento da navegação no Rio Doce, referindo-se a esse rio como “*Nilo Brasiliense*”. Cunha assinalava um verdadeiro retrocesso econômico em função do descaso com a navegação do rio naquele momento e demonstrava um imenso descontentamento com o governo Tovar (1804-1811). Também, atribuía ao pouco empenho das divisões que se encontravam ao longo do rio o êxito dos ataques dos

---

<sup>326</sup> JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1958. p79-80.

<sup>327</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <[http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA\\_HILDA\\_BAQUEIRO\\_PARAISO.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf)> Acessado em: 20/02/2008.

<sup>328</sup> Ver: RAPM. Vol's X, XI e XII.

Botocudo, que estavam a “atacar os lugares mais vizinhos da Vila da Vitória [...], chegando a última até mesmo Carapina, distante duas léguas da vila capital, onde se acham refugiados os habitantes daqueles sítios”.

Para Manoel da Cunha, as estradas chamadas intermédias, construídas ao longo do sertão com despesas da Real Fazenda, quando desguarnecidas, não tinham serventia aos propósitos do governo, ao contrário, tornavam-se “o meio mais pronto e eficaz para que o gentio facilmente fizesse as suas incursões, mostrando-se-lhe como com o dedo o trilho que deviam seguir”. Ele ainda justificou o sobredito expondo o fato de que

*sucedeu no Piraquê-Mirim, onde foram devorados alguns índios que por ali residiam e laboravam a terra, logo que nesse lugar se abriu há mais de dois anos uma das ditas estradas: prova-se ainda mais pela conduta de um chefe das divisões chamado Miguel da Silva, índio de nação, que marchando pelo interior do sertão, e devendo sair defronte de Linhares, ao sul do rio Doce, tendo ao mesmo tempo ordem de abrir uma das sobreditas estradas pelas cabeceiras da lagoa do Campo, foi atacado na sua retaguarda, vendo-se na necessidade de fazer fogo avulso toda a noite, o que dantes não acontecia.*<sup>329</sup>

Mais a frente, sugeria Cunha: “Se o governo atual aumentasse de distancia em distancia pequenas povoações, certamente a horda botocuda estaria mais alongada, e a domesticação das tribos Pataxo e Manaxo seria de grande vantagem para atraí-los.” Indicava assim a possibilidade de pacificando os Botocudo do vale do Rio Doce, ainda resistentes ao avanço colonizador.<sup>330</sup> Como bem salientaram Chaves e Langfur, tanto indígenas quanto colonos não agiram apenas em defesa própria,

*principalmente no caso dos Puri e dos Botocudo, eles repetidamente iniciaram ataques em territórios recentemente ocupados e, em alguns*

<sup>329</sup> CUNHA, Francisco Manoel da. *Ofício Que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo (26-02-1811)* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, XII, 1849, pp. 511-18, “grifo nosso”. Em outro documento, datado de 23 de Junho de 1811, Francisco Manoel da Cunha levava informações ao então ministro de Estado Antonio de Araújo Azevedo sobre “... os obstáculos que dificultam a intentada navegação...” do Rio Doce. CUNHA, Francisco Manoel da. *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania, do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo Azevedo, 23/6/1811*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, VI, 1844, pp. 461-466. “grifo nosso”

<sup>330</sup> CUNHA, Francisco Manoel da. *Ofício Que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo (26-02-1811)* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, XII, 1849, pp. 511-18. Os índios Pataxo e Manaxo pertencem ao grupo Jê e também foram chamados de Botocudo.

*casos, até em territórios considerados firmemente controlados pelo poder colonial. Os índios, em suma, eram ao mesmo tempo vítimas e perpetradores da violência.*<sup>331</sup>

Concordamos com Chaves e Langfur, é certo, sobretudo quando eles tratam da importância das bandeiras, mesmo que de forma indireta, no processo de resistência indígena. Não obstante, mais uma vez, sublinhamos que as pressões exercidas sobre os índios os colocavam, em muitos casos podemos concluir, em choque com núcleos de colonização.

Analisando a correspondência de Francisco Manoel da Cunha, podemos concluir que a abertura de estradas nas áreas de mata não ofereceu ao indígena apenas a “*desestruturação do seu mundo*”. Pelo contrário, tais estradas configuravam-se, literalmente, em vias de mão-dupla para as investidas, tanto dos brancos, quanto dos índios. Não obstante, os deslocamentos pelas estradas que iam cortando os matos também serviram, como veremos, não só para levar a guerra, mas também para propiciar associações entre brancos e índios. Esse registro documental descortina uma situação muito interessante, na qual dispositivos coloniais de controle eram também utilizados pelos indígenas em seu favor.

Com a ascensão de Francisco Alberto Rubim ao governo do Espírito Santo (1812-1819), aconteceram os esforços de maior vulto no sentido de alargar a fronteira espírito-santense rumo às áreas de mata. E, claro, não se pode esquecer que a conjuntura era propícia. Como já apontamos, neste contexto a ocupação dos fundos territoriais era altamente incentivada pelo Príncipe Regente.

Por Carta Régia datada de 17 de janeiro de 1814, o governo espírito-santense ficou autorizado a conceder sesmarias. Em consequência, as concedeu em número de cento e sessenta e quatro em toda a capitania. Destas, oitenta e duas estavam na região do Rio Doce, revelando o interesse do governo do Espírito Santo em ocupar a região. No entanto, até o ano de 1828 apenas duas foram efetivamente ocupadas e cultivadas.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. pp. 9, 10. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

<sup>332</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Extraído de: <<http://www.estacaoapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

Os Botocudo rechaçavam os poucos colonos que se atreveram a embrenhar em suas paragens, tornando esta fronteira tão penosa para os espírito-santenses quanto para os que se aventuravam partindo de Minas Gerais. Tome-se como exemplo as impressões de William John Steains em sua exploração ao Rio Doce em 1885:

*Não existe em todo o Brasil um território mais rico que aquele situado entre os rios Mucuri e Doce, e todavia aquilo é, metaforicamente falando, um deserto. Quase 25.000 milhas quadradas de terra rica e habitável jazem ali inaproveitadas devido ao pavor que aos moradores do Espírito Santo, como também aos de Minas Gerais, os índios inspiram.*<sup>333</sup>

Em função da forte resistência indígena, o território hoje correspondente ao Vale do Rio Doce teve uma população bastante rarefeita, o que se manteve até as primeiras décadas do século passado. Segundo a observação de um padre salesiano em visita à região,

*Aqui em Minas não passaram de 10 mil os que habitaram as faldas da serra dos Aymores, a bacia do Mucury, as mattas do Baixo-Rio Doce (no Cuyethe, Laranjeiras, Manhuassu) e do Baixo-Jequitinhonha.*<sup>334</sup>

Ainda no ano de 1814, em um acordo com o governo da capitania de Minas Gerais, o governador Rubim se empenhou em “abrir uma estrada para Vila Rica a partir da cachoeira do rio Santa Maria na Vitória”.<sup>335</sup> Tratava-se da *Estrada Nova do Rubim*, que ligava Mariana a Vitória. Mais tarde, por ocasião da independência, a estrada ficaria conhecida por *Estrada de São Pedro de Alcântara*, em homenagem ao Imperador.

<sup>333</sup> STEAINS, William John. *A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nº 5, 1984, p. 109.

<sup>334</sup> RAPM, XIII (1908), 169.

<sup>335</sup> LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1,2; ano 1904, pp. 13-14.

Em Carta Régia datada de 1816,<sup>336</sup> Dom João VI determinava ao governador do Espírito Santo, Alberto Rubim, as diretrizes referentes a viação entre os dois governos. De acordo com as determinações régias, cabia às respectivas capitanias cuidar da competência da abertura da estrada em sua jurisdição, sendo então esta via de comunicação fruto de esforços de ambas as capitanias. Seguia a lógica de aproveitamento do solo – exploração agrícola, prospecção mineral, extração de madeira, etc. –, proteção dos colonos e viajantes e, sobretudo, da tentativa de pacificação (escravização ou extermínio) de grupos indígenas resistentes ao avanço colonizador.

Nas palavras do governador espírito-santense,

[tinha] *essa estrada setenta e uma léguas e foi feita de machado e foice, cortando matas e montanhas da cachoeira da Santa Maria a Vila Rica e até Souzel [onde] se levantaram quartéis, ou ranchos de três em três léguas.*<sup>337</sup>

Do rio Santa Maria, em Vitória, até o rio Pardo na margem oriental da Serra Geral, ponto divisor entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais,<sup>338</sup> foram estabelecidos

*os quartéis de Braganca, Pinhal, Serpa, Ourem, Barcellos, Villa Viçosa, Monforte e Sausel, de distância em distância de três em três léguas, para a guarda, segurança e comodidade dos viajantes, e para facilidade das recíprocas comunicações commerciaes...*<sup>339</sup>

<sup>336</sup> Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, ao Governador, e Capitão General da Capitania do Espírito Santo dando várias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da dita Capitania. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007.

<sup>337</sup> RUBIM, Brás da Costa. *Descrição da Estrada para a Província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria mais medição, direção e observação da nova estrada*. In RIHGB, Rio de Janeiro. 6, 1844, pp. 461-466.

<sup>338</sup> Ponto divisor estabelecido pelo Auto de Demarcação de 1800.

<sup>339</sup> Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, ao Governador, e Capitão General da Capitania do Espírito Santo dando várias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da dita Capitania. <[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007. No *Dicionário topográfico da província do Espírito Santo* (citado neste texto), também de autoria de Rubim, são apontados mais quatro quartéis na referida estrada.

Embora considerada a Estrada Nova do Rubim uma grande obra daquele tempo, fruto das despesas da Real Fazenda e, sobretudo, das vidas de muitos indígenas – tanto daqueles que possivelmente trabalharam em sua construção,<sup>340</sup> quando dos que ficaram no seu caminho –, ela não se conservou por duas décadas. Em função dos baixos resultados comerciais alcançados e de uma série de obstáculos em seu curso – dentre esses, a resistência de grupos indígenas –, os quartéis ao longo da estrada foram desativados em 1830, quando ela já não era tão frequentada.

De acordo com a Carta Régia de 1816 ao governador espírito-santense, a estrada, que partia de Vitória, chegara à área próxima aos limites da capitania mineira. Contudo, o encarregado da estrada por parte da então província do Espírito Santo, Ignácio Pereira Duarte Carneiro, ao atingir a área sob jurisdição mineira, se deparou com uma estrada intransitável, “*fechada de matto e paus que com o tempo tem cahido*”. Acontecia que a estrada havia sido abandonada por parte de Minas, pois, segundo Guido Thomaz Marliere,<sup>341</sup> escrevendo a Saint-Hilaire, os mineiros não conseguiam vender “*seus animais e [...] outros gêneros que transportavam*”, tornando o comércio com os habitantes de Vitória desanimador.<sup>342</sup>

Por outro lado, a viação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro mostrava-se mais estimulante desde a segunda metade do XVIII. Ao se estabelecer na freguesia do Presídio,<sup>343</sup> o padre Manoel catequizou e “civilizou” muitos dos índios que ali se encontravam.<sup>344</sup> Também se esforçou para que se abrissem caminhos ligando o Arraial do Presídio ao Rio Pomba e “... *através dele ao mar, na foz do Paraíba do Sul*”. Esta via se mostrou importante, pois era através dela que se escoavam os poucos produtos da nascente freguesia rumo aos empórios comerciais fluminenses. Também por esse

---

<sup>340</sup> Renato Pinto Venâncio aponta a participação indígena na construção das estradas. Segundo ele: “A construção de estradas e abertura de caminhos, como é sabido desde a publicação dos *Desclassificados do Ouro*, era, na maioria das vezes, uma incumbência dos homens livres e pobres, sendo os carijós forros considerados como tais”. Ver também: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

<sup>341</sup> Marlière era então Diretor Geral dos Índios e responsável pela fundação de aldeamentos para índios Puri nos sertões do Muriaé. Também inspecionou o caminho do lado mineiro.

<sup>342</sup> (RIHGB, T. 19, 1856, p. 295), apud LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1,2; ano 1904, pp. 21-22.

<sup>343</sup> Hoje Visconde Do Rio Branco.

<sup>344</sup> Coroado e Coropó.

caminho térreo-fluvial entravam mercadorias advindas do litoral, como “...sal, tecidos, pequenas ferramentas, bebidas, carne salgada, medicamentos e quinquilharias”.<sup>345</sup>

#### **5.4 A Fronteira Entre o Espírito Santo e Minas Gerais: Possibilidades na Exploração de Recursos Naturais e Uso da Mão-de-obra Indígena**

Como havia acautelado Francisco Manuel da Cunha, em carta já mencionada, a estrada tornava-se uma possível via de acesso de índios do interior ao litoral espírito-santense. Contudo, alguns indígenas que se deslocavam por aquela via não tinham intenção de promover ataques. Agindo de modo bem diferente, famílias de índios Puri buscaram os quartéis instalados ao longo da estrada, desejando fixar suas aldeias ao lado destas unidades. Provavelmente estavam à procura de alimentos e proteção contra o ataque dos Coroados, seus conhecidos rivais naquele contexto, e, sobretudo, do assédio por parte de colonos que os submetiam ao trabalho. O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, em 1830, dando resposta à informação de Duarte Carneiro sobre a aproximação dos Puri, sugeria que fossem beneficiados “*o mais que puder os índios e as suas aldeiações.*” Estes Puri que vinham “*deixando os quartéis das divisões de Minas*”<sup>346</sup> certamente seriam bem aproveitados pelos espírito-santenses, sobretudo como agricultores e soldados nos quartéis que se distanciavam da sede da província.

Outro tipo de deslocamento de indígenas de Minas Gerais para o Espírito Santo, já na segunda metade do século XIX, consistia na condução compulsória dos mesmos. Durante a construção da estrada que ligava Manhuaçu à província espírito-santense, vários indígenas que se situavam em Minas Gerais foram forçados a se estabelecer em solo capixaba – pelo menos é o que diziam as autoridades mineiras. Tal situação gerou embates entre o governo de ambas as províncias, pois, estes indígenas seriam aliados essenciais na manutenção dos territórios ocupados, como interpretes e no auxílio à “...

---

<sup>345</sup> JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 39-40.

<sup>346</sup> (RIHGB. Vol. XIX, pp. 213-214), apud LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1,2; ano 1904, pp. 74-75.

*catequese e civilização dos índios errantes da região*”.<sup>347</sup> Embora existisse um discurso em defesa dos índios, – salienta Paraíso –, pelo menos no caso daqueles de Manhauçu, os responsáveis pela sua exploração eram os construtores das estradas, ou seja, a administração provincial tanto mineira quanto capixaba.<sup>348</sup>

Essa região circunscrita entre Minas Gerais e Espírito Santo foi foco de sérios embates envolvendo os Diretores dos aldeamentos indígenas que, sedentos pelas preciosas drogas do sertão conhecidas como poaias, não respeitavam os frágeis limites das respectivas províncias, buscando índios com o fim de utilizá-los na cata da referida raiz.

Essa atividade que desde meados do XVIII passou a ocupar papel central no processo de redução indígena e na conseguinte ocupação de suas terras em Minas Gerais começava a se destacar também no Espírito Santo. A extração de *poaia* foi observada em 1828, pelo então presidente da província do Espírito Santo, Inácio Acioli de Vasconcellos. Na *Memória estatística da província do Espírito Santo*, Vasconcellos ponderava: “A *poaia* há pouco se emprega neste ramo [de exportação] e se pode exportar muito mais”.<sup>349</sup>

Descrevendo as matas da província, Vasconcellos julgava que, com exceção da Fazenda de Muribeca, no Rio Itabapoana, que possuía nove léguas de costa de mar e aproximadamente seis de largo; do Campo da vila do Espírito Santo, (atual Vila Velha) possuindo um baldio de duas léguas de extensão em comprimento e uma de largura usado para a criação; Carapina, com um baldio de três léguas por uma de largura também usado para a criação; do Rio Doce ao São Mateus, com um Baldio de vinte léguas, sendo que nenhuma é explorada na agricultura ou criação; e o Campo do Riacho, possuindo um baldio de duas léguas quadradas, de que se valem os índios para suas plantações e agricultura, “*quase tudo o mais são matas virgens, e riquíssimas em*

---

<sup>347</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <[http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA\\_HILDA\\_BAQUEIRO\\_PARAISO.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf)> Acessado em: 20/02/2008.

<sup>347</sup> Ver: RAPM. Vol's X, XI e XII.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

*madeiras de toda a qualidade e de outros mil produtos incógnitos até esta época, e só habitadas por feras e selvagens*".<sup>350</sup>

Ao apresentar as potenciais riquezas ocultas nos sertões do Espírito Santo, Vasconcellos deu demasiada ênfase à poaia, sugerindo que essa droga do sertão pudesse propiciar muitas divisas para a então província do Espírito Santo.

Ainda de acordo com o trabalho de Vasconcellos, o volume de poaia exportado nos anos de 1826 e 1827 foi de cinquenta arrobas para cada ano mencionado, sendo que o preço médio (em arrobas) para este produto era de 30\$000 (trinta mil réis), contra 1\$720 (mil setecentos e vinte réis) alcançado pelo café.<sup>351</sup> Sem dúvida, a exploração de poaia apresentava-se como uma atividade bastante promissora, sobretudo devido ao alto preço negociado nas exportações.

A coleta da poaia era tarefa quase que exclusiva dos índios, que a permutavam com o branco, geralmente por aguardente. Na província mineira, de acordo com o *Mapa dos Aldeamentos Indígenas em Minas Gerais* feito em 1828, os Puri eram os únicos índios aldeados que realizavam a coleta de poaia.<sup>352</sup> Sabendo disso, as autoridades espírito-santenses poderiam empregar tais indígenas nesta atividade que prometia bons lucros.

Se os Puri, ao final, mostravam-se afeitos à associação com os brancos, o mesmo não pode ser dito sobre os Botocudo.

Na tentativa de estabelecer aproximação com os indígenas Botocudo, o governo espírito-santense construiu, em 1824, o aldeamento de São Pedro de Alcântara. Localizado na "*margem direita do rio Doce, [continha] três léguas de costa de mar e [era] compreendido pelo lugar Comboios e rio Doce*". Em aldeamento estabelecido para a "*residência dos índios botocudos que se iam domesticando,*" não obteve sucesso. Os indígenas deixaram o lugar deslocando-se para Linhares e posteriormente para o Porto de Souza, nos limites com a província mineira, "*donde se retiram e tornam a*

---

<sup>350</sup> Ibidem.

<sup>351</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

<sup>352</sup> Mappa fazendo conhecer os Aldeamentos..., RAPM. Volume XII, 1907/1908. p. 498 et seq.

*aparecer quando querem, e se destruíram as suas casas*”,<sup>353</sup> confirmando a grande relutância que estes índios tinham com relação a sua associação com os brancos.

Mesmo com o incentivo da Coroa e dos esforços de Silva Pontes em tornar o Rio Doce navegável e de Rubim, em ampliar as comunicações entre Minas e Vitória, o Espírito Santo ainda permanecia circunscrito ao litoral, tendo poucos povoados e vilas que se afastavam da orla marítima. A efetiva ocupação do seu interior só se daria a partir da segunda metade do século XIX, com a progressiva introdução de imigrantes estrangeiros.<sup>354</sup>

Ao que parece os atrativos oferecidos pelo Espírito Santo não foram capazes de seduzir significativo número de colonos. Mesmo com os esforços do governo imperial, que assumiu grande parte dos encargos com a imigração e colonização, o Espírito Santo permanecia fracamente povoado.

No segundo quartel do século XIX, Saint-Adolphe avaliava que,

*A província do Espírito Santo pode dizer-se que so é povoada na vizinhança da costa, onde se acham a cidade da Victoria, e as villas de Almeida ou Reis Magos, de Barra Secca, Benevente, [Anchieta], Espírito Santo, Guarapari, Itapemirim e S. Matheus. No interior se vem as novas villas de Linhares, Serra e Vianna, creadas pela assembléia legislativa provincial, as quais por sua importância podem se considerar como pequenas povoações.*<sup>355</sup>

Embora o governo de Rubim tenha sido uma referência da fase próspera no Espírito Santo, já era tarde “*para o alargamento alem da serra geral, [...] o auto de medição de 1800 e a carta regia de 1816, que o confirmou, haviam lançado a barreira legal a conquista permitida pela carta de doação de 1534*”.<sup>356</sup>

<sup>353</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. op. cit.

<sup>354</sup> Sobre a ocupação das matas do Espírito Santo em meados do século XIX, ver: CAMILO, Tiago de Araújo. *Entre febres e feras, o imigrante vai à floresta: a saúde e o meio ambiente na formação da colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900*. [Dissertação de Mestrado] Viçosa: UFV, 2006.

<sup>355</sup> SAINT-ADOLPHE, Milliet. *Dicionário geographico, histórico e descriptivo do Império do Brazil*. Tomo I, 1845, p. 351.

<sup>356</sup> LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1,2; ano 1904. p. 17. Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, Carta Régia ao Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Gerais dando várias providências sobre a abertura de estradas para o interior da dita Capitania. <

Com esse tímido avanço rumo às áreas interioranas, ao lado de alguns quartéis que surgiram nos sertões, nasceram povoações que, em certos casos, se firmaram, constituindo vilas. Em outros, o fracasso econômico e/ou o confronto com grupos indígenas obrigou os colonos a recuarem para áreas livres da resistência indígena. Estes quartéis tinham como fim ampliar, ou pelo menos assegurar os pontos alcançados no processo de expansão da fronteira agrícola; servir em alguns casos como unidades aduaneiras e facilitar a dinâmica econômica entre as capitâneas, dando proteção aos transeuntes contra índios hostis e animais ferozes. Deste modo, o governo se esforçava para colocar a América Portuguesa na rota do comércio internacional e, neste contexto, o litoral espírito-santense ocupava um papel de suma importância.

Para a efetivação da posse e domínio dos espaços coloniais e sua respectiva exploração, era necessário “humanizar”, ou “civilizar” – como se lê frequentemente nos documentos da época – os indígenas “selvagens”. O corte e extração das tão preciosas madeiras, a agricultura, a coleta de drogas do sertão, os intérpretes – conhecidos como línguas – e, principalmente, a proteção contra índios que faziam oposição ao avanço dos brancos só poderiam ter resultado com o apoio de índios aliados. Além do mais, o princípio do povoamento de várias localidades foi muitas vezes engrossado pela composição de indígenas, chegando estes, em muitos casos, a representarem a grande maioria, como nos importantes aldeamentos que se estabeleceram e constituíram-se em vilas. Ao tratar dos primeiros momentos da ocupação de Minas Gerais, Renato Venâncio diz que,

*Dada a ausência de caminhos, os cabras da terra deviam percorrer as íngremes trilhas que uniam as lavras ao núcleo urbano, transportando mercadorias essenciais para a sobrevivência do garimpo. A caça, a pesca e a coleta, em virtude da irregularidade das linhas de abastecimento, também parecem ter tido bastante importância nos primeiros tempos da colonização mineira. Enquanto os homens encarregavam-se destas tarefas, as mulheres ocupavam-se do artesanato doméstico ou então trabalhavam na agricultura de subsistência.<sup>357</sup>*

---

[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)> acessado em: 10/09/2007.

<sup>357</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext)> Acessado em: 23/02/2007.

É provável que nenhum avanço pudesse ser feito sem a contribuição de alguns grupos indígenas. O percentual de índios em relação aos brancos, sobretudo ao se tratar de arregimentações militares, era esmagador, chegando a corresponder a dez vezes ou mais ao número de brancos.

Tomemos como exemplo o *Mapa da população da província de Espírito Santo* para o ano de 1824, que registra na Vila de Nova Almeida um total de 3011 índios, enquanto o restante da população, somados brancos pardos e pretos, incluindo os cativos, era de 516 “*almas*”. Em Benevende [Anchieta], dos 2007 habitantes, 848 eram índios. Na aldeia de Linhares, dos 532 habitantes, 261 eram indígenas.<sup>358</sup> Já no censo de 1827 – salvo algumas possíveis irregularidades que o próprio Vasconcellos desconfiava ofuscar as observações –, nota-se uma emigração da população, sobretudo entre os índios e pretos forros, que diminuiriam o seu número, “*podendo-se atribuir quanto aos índios ao recrutamento para a Força de Terra, Arsenal e Marinha da Corte para onde se têm remetido por vezes não poucos*”.<sup>359</sup>

Essa observação de Vasconcellos é muito esclarecedora no que tange à verificação de um aspecto importante da história indígena. No que diz respeito às arregimentações militares, os indígenas não foram utilizados como soldados apenas em alguns destacamentos ou na composição de bandeiras e armações durante o período colonial. Foram também largamente utilizados pelas forças militares do então Império do Brasil.

A historiografia do Espírito Santo, durante muito tempo, atribuiu aos povos indígenas boa parte do malogro (se é que este existiu) na ampliação das fronteiras da capitania. Não desconsiderando os diversos fatores de ordem econômica e política sublinhados neste texto, pode-se dizer que o elemento indígena ocupou, sim, grande importância na dinâmica da fronteira do Espírito Santo. Contudo, isto não quer dizer que os indígenas foram apenas um entrave. Muitos deles, associando-se aos brancos, foram de suma importância para o domínio e sustentação dos espaços coloniais.

---

<sup>358</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

<sup>359</sup> VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

Embora descrita por Capistrano de Abreu como uma capitania que ocupava situação privilegiada frente às demais,<sup>360</sup> parece que isso não foi suficiente para despertar o interesse dos colonos em se fixarem no Espírito Santo, sobretudo quando estavam quase sempre debaixo de investidas dos indígenas que habitavam a região. Sua posição econômica logo iria se tornar periférica. Diante de tal quadro pode-se perguntar: por que não se desenvolveu, a exemplo de São Paulo, uma sociedade composta por mamelucos, dotados das qualidades necessárias para o esquadramento, a prospecção e devassamento de suas fronteiras subjacentes? Ora, São Vicente era um entreposto que atendia os navios vindos da Europa desde o século XVI. Os primeiros europeus chegados ali haviam deixado uma geração de mestiços que serviu de apoio 30 anos depois.<sup>361</sup> Tais mestiços foram fundamentais para a resistência dos portugueses posteriores a Martim Afonso de Souza. Como já visto, de maneira distinta do ocorrido na capitania paulista, os espírito-santenses foram desde o início açoitados por ferozes ataques indígenas, tendo sua população reduzida e a sua economia emperrada. Aqui cabe mais uma pergunta: por que aqueles primeiros moradores de São Vicente não foram atacados pelos indígenas como os do Espírito Santo? Enquanto os primeiros habitantes da região que viria a ser São Vicente eram uns poucos, não causando nenhum dano à organização social tribal, o Espírito Santo recebeu habitantes que seguiam uma lógica de exploração de maior vulto determinada a partir da Carta de Doação das Capitanias. Pode-se inferir que essas diferenças no padrão de ocupação da terra foram decisivas no que diz respeito às possibilidades de alianças entre índios e europeus e, por conseguinte, no posterior desenvolvimento do perfil de sua população.

---

<sup>360</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 54.

<sup>361</sup> “É preciso saber que esses paulistas são um amontoado ou mistura de todos os povos e raça...” Relato de Guillaume François de Parscau durante a invasão francesa de 1711, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 135; “Estes primeiros colonos que ficaram no Brasil, degradados, desertores, náufragos, subordinam-se a dois tipos extremos: uns sucumbiram ao meio, ao ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos, e cevar-se em sua carne; outros insurgiram-se contra ele e impuseram sua vontade, como o bacharel de Cananéia, que se obrigou a fornecer quatrocentos escravos a Diogo Garcia, companheiro de Solis, um dos descobridores do Prata”. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 40, ver p. ex. pp. 110, 117; Warren Dean, ao tratar sobre a necessidade da aquisição de cativos indígenas em meio à grande depopulação dos mesmos nas proximidades de São Paulo e São Vicente em meados de 1580, aponta a intensificação das atividades bélicas: “Os próprios colonos, nesse ínterim, haviam aprendido a fazer guerra ofensiva na floresta quando sua segunda geração nativa atingiu a maturidade”. Após mencionar a adoção dos modos indígenas pelos europeus, Dean ponderava: “...os proprietários de terra em São Paulo referiam-se aos nativos que retinham para eles a posse não como rendeiros mas como frecheiros (sic)”. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 75, 85, 86, 105.

## 5.5 O Avanço na Zona da Mata: Introdução da Aguardente na Mata da Poaia

A fim de obter trabalho, favores e, sobretudo, aproximarem-se do indígena da Zona da Mata – a exemplo de outras áreas há muito verificadas na historiografia – foram empregadas várias bugigangas como “presentes” e, depois, também na forma de permuta. Contudo, o produto que parece ter despertado maior interesse entre aqueles foi a aguardente. Por isso esta bebida tornou-se o principal artigo de que os comerciantes de poaia valeram-se para obter suas procuradas raízes.

A prática do escambo era extremamente necessária aos adventícios e, às vezes, desejada pelos indígenas. Porém, quando estes se viam supridos das quinquilharias, de artigos que tinham uma vida útil um pouco mais longa, sem dúvida, o escambo deixava de exercer poder sobre a sociedade indígena, pois a demanda de produtos provenientes dos adventícios era bem limitada. Com a introdução da aguardente, o processo de permuta sofreu uma profunda alteração.<sup>362</sup> Diferente das outras quinquilharias, a aguardente não se avolumava e, ao mesmo tempo, gerava um vínculo de dependência social. Saint-Hilaire relatou a reação dos índios da Zona da Mata que, diante da possibilidade de adquirir a aguardente, se dispuseram a dançar: “...e para levá-los a isso foi necessário prometer-lhes aguardente, licor que já lhes fora distribuída ampla razão”.<sup>363</sup>

Com a introdução do cultivo da cana de açúcar na Zona da Mata, o comércio envolvendo aguardente e raízes medicinais foi acelerado. O introdutor da nova prática

---

<sup>362</sup> Bebidas alcoólicas eram conhecidas pela maioria dos grupos indígenas antes do contato com o branco, como a obtida pela fermentação da mandioca que era misturada com saliva. No entanto, tal bebida era consumida com fins ritualísticos. Foi somente com a introdução da aguardente pelo branco que os índios passaram ao consumo indiscriminado da bebida alcoólica, tornando-se escravos de seus efeitos. Essa situação prolonga-se até os dias atuais, quando diversos grupos indígenas têm entre seus membros, indivíduos que praticam trabalhos penosos, que esmolam, se prostituem, tudo isso com o fim de obterem a aguardente. Sobre o uso indiscriminado do álcool entre os índios no século XX e como a situação passou a ser um problema policial, ver: MARCATO, Sônia de Almeida. *O indigenismo oficial e os Maxacali – séculos XIX e XX*. In: RUBINGER, Marcos Magalhães & AMORIM, Stella Maria & MARCATO, Sônia de Almeida. *Índios Maxacali: resistência e morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, pp. 119-199.

<sup>363</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, trad. de Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 31.

agrícola, Padre Campos, tinha originalmente como intenção oferecer aos índios aldeados e demais habitantes daquelas áreas mais uma atividade agrícola e comercial. Campos preocupou-se em obter “...O açúcar, então sob a forma de rapadura (...) que custava elevado preço quando trazido do distante litoral fluminense”.<sup>364</sup>

Contudo, os adventícios logo perceberam que a aguardente era um produto bem mais vantajoso do que o açúcar grosseiro. Diversos engenhos responsáveis pela produção da aguardente surgidos em Minas Gerais desdobraram suas atividades em direção às áreas de fronteira da capitania. Para se ter uma idéia da importância que ocupou a fabricação de aguardente em Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século seguinte, basta sublinhar a existência de quarenta engenhos de cana somente na Freguesia de São João Batista do Presídio<sup>365</sup>, Termo da cidade de Mariana, no ano de 1822 – área em que se localizava um importante aldeamento indígena.<sup>366</sup> Nestes engenhos encontravam-se 245 escravos e 65 empregados. Embora não sejam descritas as “qualidades” desses escravos e empregados, é muito provável que entre eles existissem índios, sobretudo os que passaram por um processo de sedentarização. Para Ângelo Alves Carrara,

*A convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios. Em troca de roupas, rapadura, feijão, farinha, açúcar, machados, facas, pregos, pólvora, chumbo, os índios se fixaram, receberam terras, e dispuseram delas (...) Ao lado daqueles ex-índios que de algum modo conseguiram sedentarizar-se, aculturando-se, permaneceram existindo índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras dos proprietários rurais...<sup>367</sup>*

Apesar de Carrara não fazer menção à aguardente como um produto largamente oferecido ao indígena, isto fica evidente nas inúmeras reclamações de Guido Thomaz Marlière sobre a oferta de aguardente ao indígena. Segue uma reflexão de Marlière sobre os efeitos maléficos da referida bebida, datada de 07 de março de 1826:

<sup>364</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 35.

<sup>365</sup> Atual Visconde do Rio Branco.

<sup>366</sup> Lista de Habitantes do Presídio e Ubá – 1819, AHCMM, código: 398.

<sup>367</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuidade (1839-1909)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de pós-graduação em História. Niterói: 1993, p. 51.

*Hé a peste das Aldeias, [a aguardente] o meio infallivel de introduzir os Índios a todo equaq.<sup>r</sup> exesso de se matarem huns aos outros q,<sup>do</sup> estão inebriados, e de perderem o resp.<sup>to</sup> e subordinação a q.<sup>m</sup> os governa. São immensos os exemplos dos funestos eff.<sup>tos</sup> desta perniciosa droga. — Os Índios a troca della dão mulheres, e filhas aos indignos Contractadores. (...) p.<sup>r</sup> experiência própria, visto 30 Indios Jornaleiros meus, largarem o Serviço p.<sup>a</sup> irem beber agoar.<sup>te</sup> em Caza de hum viz.<sup>o</sup>, q.<sup>'</sup> a vendia clandestiname.<sup>te</sup>, isto não sem prejuízo delles, e meu; p.<sup>r</sup> q.<sup>'</sup> não tendo dinhr.<sup>o</sup>, vendem p.<sup>r</sup> beber as ferramentas próprias, e as alheias, o q.<sup>'</sup> tudo se lhes aceita, e se esconde. Em os Arraiaes frequentados pelos Índios naturaes da paragem como Prezidio de S. João Bap.<sup>ta</sup>, e Pomba, duas Sodomas, q.<sup>'</sup> vivem de roubos feitos aos Índios, q.<sup>'</sup> p.<sup>a</sup> satisfazer aos preceitos da Religião, em os dias festivos bem vestidos, e sahem nus despidos pelos Taverneiros, q.<sup>'</sup> são hum em cada caza, e os lanção depois de bêbados na rua aonde morrem apopleuticos, ou esmagados pelos Carros, e Cavallos dos passageiros...*<sup>368</sup>

No Termo de Mariana foram produzidos, no ano de 1781, 8250 barris de aguardente<sup>369</sup>. Esta produção caiu para 6399 no ano de 1786, retomou seu crescimento em 1796 com a produção de 8035 barris e atingiu, no ano de 1804, a quantia de 10455 barris.<sup>370</sup> Estes números mostram que a aguardente desde cedo passou a ser um produto de importância em Minas Gerais, sobretudo nas áreas próximas e naquelas que compreendiam a Zona da Mata, refutando a idéia de que esta bebida ocupava papel secundário dentro dos engenhos de cana.

Dentre as diversas drogas do sertão, a poaia ou ipecacuanha tornara-se a mais importante no quadro de exportações voltadas para o comércio exterior. No início do século XIX, o Rio de Janeiro exportava aproximadamente quatro toneladas dessa raiz por ano. Contudo, a técnica de coleta empregada pelos “caboclos” na capitania fluminense acabou por eliminar “as ocorrências facilmente encontradas da planta” no

<sup>368</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 81.

<sup>369</sup> Encontram-se no ACMM os seguintes códices referentes à tributação de aguardente: 77, 95, 177, 179, 187, 196, 197, 204, 272, 336, 337, 338, 340, 353, 362, 401, 491, 559 e 657.

<sup>370</sup> Códices: 77, 95 (coleta de subsídio literário das aguardentes), 177 e 401 (Manifesto das aguardentes). ACMM. O *Subsídio Literário* foi criado para custear as despesas do ensino na colônia após a expulsão dos jesuítas – principais responsáveis pelo ensino de até então – a partir da segunda metade do século XVIII.

Estes números representam apenas o volume de aguardente taxado pelo governo colonial, desconsiderando as possíveis sonegações de impostos.

seu território. Com isso, a procura pela poaia passou a se concentrar em Minas Gerais.<sup>371</sup>

Paralela à ação dos missionários que adentraram na Zona da Mata, e até mesmo antes dela, comerciantes de poaia rumavam para o referido local, embarçando o trabalho, tanto dos catequizadores, quanto daqueles que visavam “civilizar” os índios. Na fase do devassamento, os indígenas, especialmente os do Pomba e do Chopotó dos Coroados, mantinham contato com comerciantes de poaia. A intensificação da procura por essas raízes em território mineiro acabou por contribuir com o devassamento e a posterior ocupação de áreas de floresta ao Leste da região mineradora, ocupando, portanto, papel central na constituição da fronteira jurisdicional do atual território de Minas Gerais. Podemos entender que esse comércio acabou por aproximar índios e brancos, pois, se por um lado os indígenas desejavam a aguardente, por outro, a atividade de coleta necessária para a obtenção dessa bebida não era conflitante com os valores indígenas relacionados à divisão sexual do trabalho. Contudo, esse tipo de aproximação não sinalizava algo positivo, pelo menos para as sociedades indígenas.<sup>372</sup>

Esta atividade comercial já era praticada por alguns indivíduos que desrespeitavam as determinações que visavam impedir o livre trânsito de pessoas entre as capitânicas e, como vimos, também despertou o interesse do governo do Espírito Santo desde o início dos oitocentos.

Ao que parece, com o passar de alguns anos, a coleta de poaia deixou de ser uma atividade desempenhada quase que exclusivamente pelos índios e permutada com os comerciantes. No ano de 1821, Antônio Francisco do Espírito Santo, no ato de seu casamento com a escrava Eugênia, assinava um contrato no qual se comprometia a prestar 12 anos de serviço gratuito a Moutinho, senhor da escrava, em troca da liberdade

---

<sup>371</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 147.

<sup>372</sup> Sobre a quase total dizimação dos Maxacali nos Oitocentos, Izabel Missagia atribui à “*sua estratégia de escambo com os potentados locais, que acabou por situá-los na condição de escravos*”. Cf. MATTOS, Izabel Missagia. *Formas e fluxos Maxakali nas fronteiras do leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800)*. In: 25<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, 2006.

dela. Entre as atividades que cabiam a Antônio do Espírito Santo constava a internação no mato na cata de poaia.<sup>373</sup>

Os indígenas da Zona da Mata tiveram que se adequar às necessidades dos colonos e, especialmente, da empresa de exploração das novas áreas. Não bastava a criação de um ambiente menos hostil aos colonos, os índios ainda tinham que ser úteis aos brancos e à lógica do Estado. O relatório sobre a situação dos aldeamentos indígenas em Minas Gerais, apresentado ao Diretor Geral das divisões em 1827,<sup>374</sup> comprova o supracitado. Nele são mencionados os “melhoramentos” que os Sub-Diretores fizeram entre os índios aldeados. Entre os “benefícios” estão:

*...de os dedicar á agricultura outros á extracção da poálha p.ª conta dos Sub-Directores não assalariados: Os Puris, e os Botocudos vão trabalhando progressivamente nos Rios, Doce, e Giquitinhonha, e mesmo 40 dos Índios dissidentes do Sargento Norberto da 5.ª Divisão ja trabalhavão, e ajudavão os Soldados nas plantaçõens de 1827.*<sup>375</sup>

Fica manifesto que a exploração de poaia não representava um problema em si – pelo menos para alguns interessados nos lucros provenientes dessa prática. Por outro lado, essa atividade era provedora de divisas para a capitania/província de Minas Gerais e particulares e despertava interesse de muitos negociantes. Em data de 24 de abril de 1822, relata Marlière: “...Huma pacificação total reinava desde Belmonte ate os Campos de Goitacazes, e em toda a provincia de Minas Geraes que tirou hum dinh.º immenso na negociação da poaia com elles [os índios]....”.<sup>376</sup> Ainda segundo Marlière, a poaia seria um “Artigo de que os Missionários poderião tirar vantagemem em beneficio dos Indios animando este Comemercio; e no Rio Doce há abundancia deste genero”.<sup>377</sup>

Devido à sua grande utilização pela medicina da época, a poaia ocupou destacado lugar no quadro de exportações da província de Minas Gerais, podendo

<sup>373</sup> *Ação de Liberdade*, Cód. 386, ACSM, 1858. Agradeço à professora Andréa Lisly Gonçalves pela indicação deste documento.

<sup>374</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, p.498 et seq.

<sup>375</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, p. 526.

<sup>376</sup> RAPM. Ano X, 1905 p.425.

<sup>377</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906. p. 87.

superar volumes de outros produtos exportados como a farinha de mandioca e o fubá. No ano de 1839, as quantidades exportadas foram as seguintes: 39 alqueires de poaia, 17 alqueires de fubá e 14 alqueires de farinha de mandioca.<sup>378</sup>

Se, por um lado, as ditas poaias eram fonte de divisas para as capitânicas/províncias que exploravam esse gênero e para comerciantes particulares, por outro, o deslocamento dos indígenas que rumavam para as matas a fim de explorar essas raízes passou a gerar dificuldades no processo de aldeamento. Assim relata um Sub-Diretor de aldeamento indígena: “*No meu tempo, aldeamentos inteiros, seduzidos p.<sup>r</sup> Brasileiros ambiciosos de poalha tem desaparecido...*”.<sup>379</sup>

Entre os grupos indígenas aldeados na Mata mineira, os conhecidos como Puri eram aqueles que mais praticaram a coleta de poaia. Isto pode ser verificado pela análise do Mapa dos Aldeamentos Indígenas em Minas Gerais<sup>380</sup>, cuja data é de 20 de janeiro de 1828. Dos vinte aldeamentos descritos, cinco eram de índios da nação Puri; um era dos Coropó; um era dos Coroado; cinco eram dos Botocudo; cinco eram dos Naknenuck; um era dos Malali; um era dos Macone e um composto pelas nações Naknenuck e Malali. Curioso é que, nestes aldeamentos, onde os índios já se encontravam imersos no processo de redução, a extração da poaia era ocupação exclusiva dos índios Puri. Nenhum outro grupo acima mencionado praticava tal atividade. Tal observação sugere que realmente os Puri ofereciam certa dificuldade em se fixarem em aldeamentos estáveis e, deste modo, rumando para as matas, mantinham seu traço nômade. Também indica a dificuldade de aproximação entre Puri e Coroado e/ou Coropo, uma vez que estes dois últimos já se encontravam em franco processo de associação com os brancos da Zona da Mata.

A abundância das poaias na mata mineira e seu amplo mercado faziam destas raízes um negócio promissor para aqueles aventureiros que iam à sua procura. “*Esses a adquiriam geralmente pelo processo da troca, permutando-a pela aguardente, que, uma*

---

<sup>378</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: LPH: Revista de História. nº 5, 1995, p. 110-111.

<sup>379</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908 p.526.

<sup>380</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908. P.498 et seq.

vez conhecida do indígena, tornava-se sua perdição...”, como escreve Oíliam José.<sup>381</sup> O mesmo é verificado por Marlière:

*...Há pouco o Cobradór, ou aferidór da Câmara de Marianna vendeo Licença a todos os Fazendeiros, e Poalheiros<sup>382</sup> da Matta do Prezidio a Serra da Onça cheia de Aldeãs de Coroados, q.' eu tinha livrado da Praga dos Taberneiros p.<sup>a</sup> a venderem publicam.<sup>te</sup> [a aguardente] dizendo que com tal Licença, eu não podia mais embaraçar a Peste, que introduzia legalm.<sup>te</sup> confr.<sup>e</sup> o seu dizer, e illegalmente conf.<sup>e</sup> a Ley.<sup>383</sup>*

Conforme se pode notar, o documento acima faz referência aos comerciantes de poaia como importantes fornecedores de aguardente aos índios.

Aldeados em Meia Pataca – na estrada do Presídio de S. João Batista aos Campos de Goitacases, existente desde 20 de setembro de 1822 –, um grupo de Puri representa bem a imagem dos indígenas alcançados por aqueles que levavam “as graças da civilização”. Assim eles são descritos: “Elles [os Puri] por ora não tem terras próprias para a sua cultura – trabalhão como jornaleiros para os Fazendeiros daquela estrada, e vendem poalha, e outras drogas do Sertão”.<sup>384</sup> Os viajantes Spix e Martius observaram, por sua vez, o escambo entre indígenas e comerciantes de poaia e perceberam que “... os índios não aceitam dinheiro, porém permutam com cachaça, utensílios de ferro, panos de algodão, etc”.<sup>385</sup>

A desorganização da sociedade indígena foi, sem dúvida, um meio eficaz para sua conversão, redução e em alguns casos, até eliminação, e a introdução da aguardente acelerou esse processo.

O escambo observado no século XVIII adquiriu novas dimensões. Os índios que supriam os comerciantes de poaia alteravam práticas herdadas do modo pré-colonial. Em razão da coleta da referida raiz, deixavam, por exemplo, de distribuir de forma

<sup>381</sup> JOSÈ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 34.

<sup>382</sup> Comerciante de poaias.

<sup>383</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 81.

<sup>384</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, p. 498 et seq.

<sup>385</sup> SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lúcia F. Lahmeier. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL; v. 1, 1976, p. 222.

equilibrada seu tempo de caça, pesca e coleta. As exigências do escambo também alteravam o calendário da prática ritual, além de criar tensões no interior das aldeias e aldeamentos.

A extração de poaia, ao servir como elemento para o índio ter acesso a bebidas alcoólicas, acelerou o processo de desorganização de sua sociedade. Como se vê, o escambo não pode ser entendido como uma prática não desestruturadora da sociedade indígena – como queria Florestan Fernandes, em seu texto *Antecedentes indígenas*, ou mesmo Alexander Marchant, em: *Do escambo à escravidão*.<sup>386</sup> Esta foi uma prática eficaz que perdurou ao longo do tempo. Existente desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas, o escambo cruzou os séculos e espaços geográficos sendo constatado até meados do século XX.

O impacto causado pela busca da poaia na região da Zona da Mata em meados do século XIX não teve antecedentes. A multiplicação das rotas e caminhos para atender essa atividade gerou uma grande incitação à imigração e, desta vez, bem maior do que a estimulada pelos lavradores itinerantes.<sup>387</sup> Contudo, foi somente a partir da segunda metade do XIX que a fronteira passaria a ser alargada numa velocidade nunca vista. O advento da locomotiva destinada ao transporte do produto que assumiria a maior importância nas exportações, o café, inaugurou um novo ritmo de avanço fronteiriço e, por conseguinte, no processo de expropriação do território indígena.

## 5.6 A Aliança Goitacá: Associação Indígena e Reforço Contra os Botocudo

Já em fins do século XVI, alguns dos indígenas homônimos da região de Campos dos Goitacás encontravam-se em paz com os colonos portugueses que para ali rumavam. Segundo o relato de um marujo inglês aprisionado pelos portugueses no Rio

---

<sup>386</sup> Ver: FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981; MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

<sup>387</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 177.

de Janeiro na virada do referido século, por meio da permuta os brancos conquistaram a confiança dos índios que, em troca de instrumentos de ferro, como facas e machados, vendiam até mesmo suas mulheres e filhos.<sup>388</sup>

Nas primeiras décadas do século XVII, os Goitacá, mesmo diante da imensa mortalidade ocorrida entre suas crianças, fruto, provavelmente, do choque microbiano, vinham sujeitando-se ao cristianismo. O jesuíta Luís Baralho de Araújo deixou um curioso relato no qual consta o batismo das crianças Goitacá – pelo menos da pequena parcela que sobrevivera ao contato – e a maneira da qual os jesuítas se valiam para convencer os índios a entregar seus filhos e se associarem aos cristãos.

*Dissemo-lhes, [aos índios] com o intuito de induzi-los a colaborar com o batismo, que aquelas [crianças] que morreram, como tinham sido unguidas com água batismal, poderiam interceder por seus pais junto ao Senhor. Determinamos, em seguida, que um dos nossos desse sepultura a elas [...] Os bárbaros impressionaram-se muito com essa cerimônia [cerimônia fúnebre] e, desde então, passaram a entregar-nos mais facilmente suas crianças.*<sup>389</sup>

Digo curioso relato, pois o medo causado pela morte epidêmica, como a ocorrida entre as crianças mencionadas no documento, era um dos principais fatores que conduziam os índios para longe do contato com os brancos. Provavelmente os indígenas Goitacá vislumbraram na aliança com os brancos a possibilidade de ampliar seus poderes para fazer frente a outros grupos indígenas opositores seus.

Enquanto o Sertão do Rio Doce podia figurar tanto para Minas quanto para o Espírito Santo, o Sertão dos Goitacases ou Campos dos Goitacases estava situado em uma região que abrangia as capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro e, posteriormente, aproximou-se da região das Minas Gerais.<sup>390</sup> Ou seja, mais uma vez

<sup>388</sup> Relato de Anthony Knivet, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, 27.

<sup>389</sup> Carta ânua de Luís Baralho Araújo, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p.45.

<sup>390</sup> Ver: BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Aldeamento de São Fidelis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. REQUERIMENTO de Domingos Rabelo Pereira e demais sócios, à Rainha [D. Maria I], a pedir carta de sesmarias. Campos dos Goitacases, [Ant. a. 1795, Março, 07] - CT: AHU-ACL-CU-

estamos diante de uma região de fronteira, cujos limites, como se vê, eram bastante imprecisos.

Habitado por índios Goitacá que resistiram à pressão dos Tupi, dando origem aos índios identificados como Coroado, Coropó e Puri, o sertão dos índios Goitacá teve ainda no início do século XVII o princípio de sua colonização.<sup>391</sup> A pecuária era então a principal atividade voltada para o mercado Rio de Janeiro. No século XVIII, desenvolveu-se a atividade açucareira. Em 1753 a então Vila de São Salvador dos Campos, hoje Campos dos Goitacases, era anexada à Capitania do Espírito Santo. Somente em 1832, por determinação de uma Carta de Lei, a vila foi transferida para a Capitania do Rio de Janeiro.<sup>392</sup>

Além da presença dos jesuítas, outras ordens religiosas estiveram presentes na região dos Campos dos Goitacases. Em 1652 se estabeleceram os beneditinos. Também desde 1672 chegaram os missionários capuchinos, contudo não conseguiram grande êxito entre os índios nessa época. Em 1780 outros padres capuchinos fundaram um aldeamento a fim de reduzir os indígenas Coroado remanescentes.<sup>393</sup> Uma vez pressionados, muitos indígenas da região, como os Coroado, Puri e os remanescentes Coropó, vinham se deslocado para a região do Arraial do Presídio do lado de Minas Gerais, região que nessa época contava, como vimos, com os “prósperos” trabalhos de redução indígena desenvolvidos pelo padre Manoel de Jesus Maria.

O processo de migrações indígenas sofreu, portanto, profundas alterações com a presença dos brancos. A concentração dos Coroado na região presidiense acabou contribuindo para que os Puri, –segundo diversos relatos, naquele contexto seus inimigos – fossem empurrados em direção da capitania do Espírito Santo. A partir daí surgem os já mencionados ataques às minas do Castelo<sup>394</sup> registrados na segunda metade do século XVIII, e, posteriormente, buscando ajuda dos brancos no momento da

---

007 , cx. 05 doc. 416; PARECER do Conselho Ultramarino sobre o Capitão Jerônimo Pinto Neto... Lisboa, 19 de Fevereiro de 1802. CT: AHU-ACL-CU-007 , cx. 06 doc. 476.

<sup>391</sup> BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Aldeamento de São Fidelis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. p. 37. De acordo com a autora, os Tupinambá haviam chegado há pouco no litoral na época da colonização. Com isso, expulsaram tribos antigas que antes ocupavam a área.

<sup>392</sup> Ver: REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

<sup>393</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 62 *et seq.*

<sup>394</sup> Ver o caso mencionado neste trabalho no capítulo 3.0.2. A Descoberta do Ouro nos Sertões dos Cataguases e Suas Implicações na Capitania do Espírito Santo.

construção da Estrada Rubim, época em que certamente suas forças já estavam muito debilitadas.<sup>395</sup>

Em 1757, o padre Ângelo Peçanha firmou uma aliança entre os povoadores de Minas Gerais e os indígenas Goitacá. Segundo Manoel Ignácio Machado de Magalhães, tal aliança foi fundamental dez anos mais tarde, durante o governo de Luiz Diogo Lobo da Silva, quando a capitania mineira sofreu ataques dos indígenas Botocudo. Magalhães lembra que,

*Tendo sido chamados os Goytacazes pelo Padre Ângelo Peçanha em auxílio dos mineiros, correram em defesa dos seus aliados e caíram sobre os Botocudos, e, fazendo nelles grandes estragos forçaram-nos a retirar para além das matas do baixo Rio Doce.*<sup>396</sup>

Como já apontamos, os ataques dos Botocudo correspondem ao período de devassamento da Zona da Mata empreendido pelo deslocamento de colonos que se multiplicavam rumo aos sertões do Pomba e Arraial do Presídio. Não fomos os primeiros, é certo, a verificar tal processo. Maria Leônia e Hal Langfur já disseram que o “*ápice da violência que colocou soldados e posseiros contra os índios no sertão mineiro aconteceu não no início da corrida do ouro, como poderia se imaginar, mas durante a segunda metade do século XVIII na região oriental da capitania*”.<sup>397</sup>

É importante sublinhar que o ano de 1767, data dos ataques dos Botocudo de acordo com Magalhães, coincide com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria nos sertões ao Leste das Minas. Pressionados pelos Goitacá que se associaram aos mineiros, os Botocudos foram obrigados a se retirar em direção da capitania do Espírito Santo, uma vez que nesta direção ainda existia um grande território, praticamente indevassado. O mesmo aconteceu com os índios Puri. Até fins do século XVIII, eles mantiveram resistência ao processo de associação com os brancos, o que lhes rendeu fama de índios

<sup>395</sup> Ver o caso mencionado neste trabalho no capítulo 5.2.1. A Fronteira Entre o Espírito Santo e Minas Gerais: Possibilidades na Exploração de Recursos Naturais e Uso da Mão-de-obra Indígena.

<sup>396</sup> MAGALHÃES, Manoel Ignácio Machado de. *Resumo Histórico de Ponte Nova*. Ponte Nova: Typografia Ideal, 1926. Agradeço ao professo Renato Pinto Venâncio pela indicação desse documento.

<sup>397</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. P. 6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

agressivos, como fica ilustrado nos documentos como o mencionado ataque às minas do Castelo e nos relatos de viajantes, como o de Freyreiss. Contudo, como foi observado, acabaram buscando a associação como único recurso à sua sobrevivência. Já os Botocudo continuaram resistindo até as primeiras décadas do século XX.

Segundo Joaquim José da Rocha, um militar de origem portuguesa, os Puri aliaram-se aos Botocudo na região fronteira do Espírito Santo na segunda metade do século XVIII, e então passaram a mover contínua guerra contra os Manaxo, Malali, Maxacali, Capoxo e Tambacuri, causando-lhes imensa destruição em suas aldeias e culturas. Ainda de acordo com Rocha, sob ataque dos Botocudo, tais indígenas buscaram associações com os

*...povoadores de Minas, os quais se lhes têm unido algumas vezes, por pequenas escoltas, enviadas pelos Ex<sup>mos</sup> Generais, que têm governado as mesmas Minas, para que juntos destruíssem aquelas bárbaras nação.*<sup>398</sup>

O relato de Rocha demonstra o quanto as guerras intertribais intensificaram-se com as pressões desencadeadas pelo avanço da fronteira sobre os povos indígenas na segunda metade do século XVIII.

Tendo em vista as informações apresentadas, reafirmamos o ponto central de nossa pesquisa: a análise da evolução dos povos indígenas de Minas Gerais, Espírito Santo e Norte fluminense devem levar em conta uma territorialidade étnica e não aquela definida pelos atuais limites administrativos dos respectivos Estados.

---

<sup>398</sup> ROCHA, Joaquim José da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais - 1780*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, pp. 77-78. Apud. MATTOS, Izabel Missagia. *Formas e fluxos Maxakali nas fronteiras do leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800)*. In: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho examinou um aspecto da fronteira distinto daquele proposto pelos clássicos, caracterizados por uma visão otimista, pela qual esse espaço se torna o campo privilegiado para o surgimento de figuras idílicas. Não obstante, não resume suas constatações ao extremo oposto, vendo a fronteira como um mero espaço de invariável conflito. Seja como for, muitos indígenas acabaram por se associar aos brancos. O que não quer dizer que esta era uma escolha fácil. Isto é observado, por exemplo, no caso dos Puri, que, após manterem tenaz resistência, ao se verem cercados pelos colonos mineiros e por índios que lhes eram inimigos, tiveram que buscar auxílio junto aos espírito-santenses.

Observou-se que, se os indígenas não foram sempre os agressores, tampouco foram apenas vitimados pelos colonizadores. Contudo, por mais que se tente ser imparcial, fica difícil não reconhecer que eles foram invadidos e, geralmente, proferiam ataques quando sujeitos a pressões provocadas por deslocamentos e, sobretudo, pela instalação de colonos em seus domínios. Tal hipótese fica comprovada ao se cruzar fontes que registram ataques indígenas – como no caso da multiplicação de investidas dos Botocudo no Espírito Santo e em Minas Gerais – com o avanço da fronteira agrícola nas áreas de mata à Leste dos núcleos mineradores, – região do Cuiete. Estes eventos ocorreram no mesmo contexto (segunda metade do século XVIII), o que justificou a necessidade de se traçar um recorte que extrapola as atuais fronteiras administrativas.

Verificou-se que, diferente do que se pode pensar, a instalação de estradas para facilitar a viação entre as capitânias/províncias, que ocorreu com maior intensidade a partir do século XIX, nem sempre foi responsável pela desagregação do universo indígena. Pode-se constatar que, estes se valeram dessas estruturas do governo colonial para se deslocar até as áreas ocupadas por colonos e então proferir seus ataques. Tal constatação sinaliza para a necessidade de relativização da eficiência e impacto dos mecanismos de controle colonial.

Também tentamos agregar uma nova perspectiva às tradicionais leituras que culpam os indígenas por travancar expedições que partiam do Espírito Santo em busca de riquezas minerais e, por conseguinte, pela interdição do avanço de sua fronteira rumo às áreas que se distanciavam do litoral. Como ficou exposto, disputas internas ocorridas

na referida capitania no período que antecede os descobertos auríferos – ou seja, antes do bloqueio imposto pela Coroa – nos sertões dos Cataguases também tiveram peso no que tange ao embargo dos expedicionários.

Ao retomar o ponto central desta pesquisa, pelo qual a dinâmica dos povos indígenas das capitanias/províncias do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro deve ser pensada livre dos limites administrativos desses Estados, mas levando-se em conta sua dimensão cultural, verificou-se que a resistência e/ou associação entre brancos e índios foi de suma importância para o avanço, permanência ou recuo das fronteiras de cada uma dessas capitanias/províncias. Deste modo, o indígena deixa de ocupar um papel passivo, tão comum à historiografia tradicional, e inserindo-se nitidamente como sujeito ativo e causador de grande impacto no processo histórico.

## FONTES

### 1. Documentos manuscritos

*Ação de Liberdade*, Cód. 386, ACSM, 1858.

*População do Bispado de Mariana (1814)*, ANRJ, cód. 808, livro 1, fl. 129 et-seq, cópia no AHCMM.

*Coleta de subsídio literário das aguardentes*, AHCMM, cód's. 77, 95.

*Manifesto das aguardentes*, AHCMM, cód's. 401, 177.

*População da freguesia de São João Batista do Presídio (1819)*, AHCMM, cód. 398.

*Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus.*(P<sup>o</sup>. Manoel de Jesus Maria), AEAM, Armário 09 - pasta 1576.

### 2. Documentos manuscritos em meio digital

Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822) - Arquivo Histórico Ultramarino/Lisboa.

CARTA RÉGIA (capítulo) do Rei [Felipe II] sobre a resposta de uma consulta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, Lisboa, 01 de agosto de 1618. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 07.

CARTA dos Irmãos Antônio de Azeredo Coutinho e Domingos de Azeredo Coutinho, ao Rei [D. João IV], Vila da Vitória, 16 de maio de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 20.

CERTIDÃO (traslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o Capitão Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira, da Companhia de Jesus, foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas, Espírito Santo, 06 de outubro de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 26.

CARTA do [Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo], Antônio do Canto de Almeida, ao Rei [D. João IV], a informar da serra das esmeraldas, Espírito Santo, 25 de outubro de 1646. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 29

CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao Rei [D. João IV] a informar da busca para o descobrimento das minas de esmeraldas, Espírito Santo, 14 de julho de 1647. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 35.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre a partida dos Capitães Domingos de Azeredo Coutinho e Antônio de Azeredo Coutinho que vão para as minas de esmeraldas, Lisboa, 13 de setembro de 1647. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 36.

CARTA PATENTE (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das minas no sertão do Espírito Santo, Lisboa, 11 de maio de 1660. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 57.

PROPOSTA (traslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas, Espírito Santo, 28 de abril de 1666. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 67.

CERTIDÃO a declarar que o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Diogo Seixas Barraca, impediu Agostinho Barbalho Bezerra na jornada das minas das esmeraldas, Espírito Santo, 19 de janeiro de 1667. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 68.

REPRESENTAÇÃO dos Oficiais da Câmara de Vitória ao Rei [D. Pedro II], Vila da Vitória, 13 de novembro de 1668. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 72.

CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória, ao Rei [D. Pedro II], Vila da Vitória, 13 de novembro de 1668. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 73.

CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de junho de 1675. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 81.

CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de julho de 1675. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 83.

CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 15 de março de 1676. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01, doc. 85.

CERTIDÃO dos Oficiais da Câmara de Vitória a declarar que o Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo tem efetuado várias obras, pondo-a num bom estado, Vila da Vitória, 29 de julho de 1682. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01, doc. 88.

CERTIDÃO da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, Vila da Vitória, 07 de agosto de 1682. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01, doc. 90.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II sobre o que escreve o Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita Capitania, Lisboa, 16 de outubro de 1683. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 91.

ORDENS RÉGIAS (minuta) do Rei [D. Pedro II] a nomear Garcia Rodrigues Paes para o posto de Capitão-mor da entrada e descobrimento das Minas de Esmeraldas, Lisboa, 23 de dezembro de 1683. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 92.

CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda]..., Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183.

CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira..., Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar... , Bahia, 31 de março de 1744. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao Rei..., Vila da Vitória, 25 de junho de 1750. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 300.

CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila da Vitória, à Rainha D. Maria I, a informar das hostilidades praticadas pelo gentio bárbaro conhecido por nome de Botocudo. 07 de maio de 1779. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 04 doc. 373.

REQUERIMENTO de Domingos Rabelo Pereira e demais sócios, à Rainha [D. Maria I], a pedir carta de sesmarias. Campos dos Goitacases, [Ant. a. 1795, Março, 07] - CT: AHU-ACL-CU-007 , cx. 05 doc. 416.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o Capitão Jerônimo Pinto Neto... Lisboa, 19 de Fevereiro de 1802. CT: AHU-ACL-CU-007 , cx. 06 doc. 476.

### 3. Documentos manuscritos em meio eletrônico

Carta Régia de 13 de maio de 1808, Constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Extraído de:

<[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)>  
 acessado em: 10/ 09/2007.

Carta Régia de 02 de dezembro de 1808, Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Extraído de:

<[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)>  
 acessado em: 10/ 09/2007.

Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, ao Governador, e Capitão General da Capitania do Espírito Santo dando várias providencias sobre a abertura de estradas pelo interior da dita Capitania. Extraído de <

[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)>  
 acessado em: 10/ 09/2007.

Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, Carta Régia ao Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Gerais dando várias providencias sobre a abertura de estradas para o interior da dita Capitania. Extraído de: <

[http://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/CB/general.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.html)>  
 acessado em: 10/ 09/2007.

Decreto Régio de 07 de Junho de 1755 visando a criação do Diretório dos Índios em substituição do ensino jesuíta. Ius Lusitaniae. Extraído de: Fontes Históricas de direito Português. <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>> acessado em: 07/02/2008.

Lei de 03 de setembro de 1759, expulsando os Jesuítas e proibindo a comunicação com os mesmos. Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>> acessado em: 07/02/2008.

PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova. *Capitania do Espírito Santo, julho de 1816*. Transcrição e notas de Maria Clara Medeiros Santos Neves, 2003. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: APEES Extraído de: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> acessado em: 09/11/2007.

#### 4. Fontes Impressas

Código Costa Matoso. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1999.

CUNHA, Francisco Manoel da. *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania, do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo Azevedo, 23/6/1811*. In RHIGB. Rio de Janeiro, VI, 1844.

\_\_\_\_\_. *Ofício Que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo (26-02-1811)* In: RHIGB. Rio de Janeiro, XII, 1849.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sergio Milliet, apresentação de M. G. Ferri, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro, 1960, RIHGMG. Vol. VII.

FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

MAGALHÃES, Manoel Ignácio Machado de. *Resumo Histórico de Ponte Nova*. Ponte Nova: Typografia Ideal, 1926.

RAPM, volumes III, IX, X, XI e XII.

REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

RUBIM, Brás da Costa. *Descrição da Estrada para a Província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria mais medição, direção e observação da nova estrada*. In: RHIGB. Rio de Janeiro. 6, 1844.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo*. In: RHIGB. Rio de Janeiro, Tomo XXV, 1862.

\_\_\_\_\_. *Memória estatística da Província do Espírito Santo*. In: RHIGB. Rio de Janeiro, Tomo XIX, 1º trimestre de 1856, N° 2. p.169.

SAINT-ADOLPHE, Milliet. *Dicionário geographico, histórico e descriptivo do Império do Brazil*. 1845

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975,

SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lúcia F. Lahmeier. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL; v. 1, 1976.

STEAINS, William John. *A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda*. RIHGES, nº 5, 1984.

VASCONCELLOS, Inácio Acioli. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: APEES.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: LPH: Revista de história. nº 5, 1995

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 46.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

ARAÚJO, Emanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo”. IN: PRIORE, M. L. M. (Org.) *Revisão do Paraíso: os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. 1. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2000.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995

\_\_\_\_\_. *Historia de Minas Gerais*. Vol. II, Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Aldeamento de São Fidelis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.

BIEBER, Judy. *Soldados-etnógrafos, viajantes e canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas oitocentista*. Conferencia realizada na FAFICH-UFMG, no dia 24 de maio de 2007.

CAMILO, Tiago de Araújo. *Entre febres e feras, o imigrante vai à floresta: a saúde e o meio ambiente na formação da colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900*. [dissertação de mestrado] Viçosa: UFV, 2006.

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuísmo (1839-1909)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de pós-graduação em História. Niterói: 1993.

CARVALHO, Daniel de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Direção de José Simeão Leal. Cadernos de cultura - Ministério da Educação, 1956.

CERTAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadoras e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006.

BÔAS, Crisoston Terto Vilas. *A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia*. Revista de História. Ouro Preto, LPH. n.º. 5, 1995.

CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. RIHGB. n.º. 278, 1968.

DICK, Everett. *The Sod-House Frontier: Everyday life in Kansas, Nebraska and Dakota, 1854-1890*. Lincoln, NE: Johnsen Publishing Company, 1954.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005.

FARAGHER, John Mack. (org.) *Rereading Frederick Jackson Turner: "The Significance of the Frontier in American History" and Other Essays*. New Haven: Yale University Press, 1998.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. (Coleção reconquista do Brasil. 3. serie; v.6) Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FREIRE, Jose Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de estudos dos povos indígenas. Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.- 47ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2003

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais séculos XVIII e XIX*. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (org) Termo de Mariana: História & documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

HEVILLA, María Cristina. *El estudio de La frontera em América: una aproximacion bibliográfica*. In: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] N° 125, 24 de noviembre de 1998. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-125.htm>> acessado em: 10/06/2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre o americanismo*. Cobra de vidro, São Paulo: Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. 1941.

\_\_\_\_\_. (org) *Historia geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo I, 1960.

\_\_\_\_\_. *Monções*. (3ª ed. ampliada) São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1987.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Planejada e orientado por Jurandir Pires Ferreira, Volume VI, Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1958.

JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1958.

\_\_\_\_\_. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

LANGFUR, HAL. *The "Prohibited Lands": conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>> Acessado em: 20/03/2009.

\_\_\_\_\_. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

LEAL, João Eurípides Franklin. (org.) *Catalogo de Documentos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. 2ª ed. Vitória: APEES, 2000.

LEAL, João Eurípides Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

MALDI, Denise. *De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX*. Rev. Antropologia, vol. 40, n° 2, São

Paulo: 1997. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200006&script=sci_arttext)> Acessado em: 18/06/2008.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: co-edição Programa de Pós-Graduação Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Vadios e Mendigos no Tempo da Regência (1831 – 1830): Construção e Controle do Espaço Público da Corte*. [Dissertação de Mestrado]. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da UFF, 2002.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formas e fluxos Maxakali nas fronteiras do leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800)*. In: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, 2006.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades*. Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, [ISSN 1138-9788], Nº 45 (38), 1 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-38.htm>> Acessado em: 20/06/2008.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

METRAUX, Alfred. *Les Indiens Waitaka - A propos d'un manuscrit inédit du cosmographe André Thevet*. Journal de la Société des Américanistes de Paris, Nouvelle Serie, T. XXI, 1929.

MONTEIRO, John Manoel. *A descoberta dos índios*. D.O. *Leitura*, São Paulo, Ano 17 nº 1, maio de 1999.

\_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec. 2002. p. 88.

MOTT, Luiz. *Um Tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1744*. Disponível em: <<http://luiz-mott.blogspot.com/2006/08/um-tupinamb-feiticeiro-do-espírito-santo.html>> Acessado em: 22/05/2008.

OLIVEIRA, Jose Teixeira de. *Historia do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: IBGE, 1975.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. (Coleção História &... Reflexões, 1) Belo horizonte: Autentica, 2002.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <[http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA\\_HILDA\\_BAQUEIRO\\_PARAISO.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf)> Acessado em: 20/02/2008.

\_\_\_\_\_. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35.

PACHECO, Renato. *Os subterrâneos do Colégio dos Jesuítas*. In: RIHGES, no 50, 1998.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002.

REBORATTI, Carlos E. *Fronteras agrarias en América Latina*. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos de publicados sobre geografía y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Nº 87, mayo de 1990). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-26.htm>> Acessado em: 12 de junho de 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.); VILLALTA, L. C. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas I*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

\_\_\_\_\_. & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

Revista de Antropologia, 2(2), 1954.

RUBINGER, Marcos Magalhães & AMORIM, Stella Maria & MARCATO, Sônia de Almeida. *Índios Maxacali: resistência e morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

SALETTI, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SANTOS, Fabio Muruci dos. *Um Éden Germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 35, p.22 – 46, 2006.

SILVA, Antônio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10ª edição revista, corrigida e muito aumentada e actualizada. Por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Lisboa/ Portugal, Editora Confluência, 1945.

SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG : ABPHE, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

SOUZA, Melissa de Mello e, *Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner*. Dissertação (mestrado), orientador, Marco Antonio Pamplona. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Rio, Departamento de História, 2003.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Puris: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v. 3, n. 1, p. 53-64, jul. 2003.

STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira re mito: Turner e o agrarismo nort-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2008.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés, São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TAUNAY, Affonso d'Escragolle. *História: São Paulo nos primeiros anos*, São Paulo: Paz e Terra – Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. *História Geral das Bandeiras paulistas: escripta a vista de avultada documentação inédita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portuguezes*. São Paulo: Tipografia Ideal; Imprensa Oficial, 1924-1950.

TRIGGER, Bruce G. *Etnohistória: problemas e perspectivas*. San Ruan: Universidad Nacional de San Ruan, 1987.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Maria Mello e. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo*. Revista Tempo, Niterói, v. 6, p. 95-118, 1999.

VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 87-102.

\_\_\_\_\_. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia, V.21, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext)> Acessado em: 23/02/2007.

WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959.

WEGNER, Robert. *O Brasil e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os Estados Unidos na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Cadernos de Sociologia e Política, Rio de Janeiro: V. 3, p. 13-25, 1997.